

METROPOLIZAÇÃO NAS MARGENS

2025

A ocupação da margem do Rio Iguaçu no bairro São Bento
em Duque de Caxias (RJ)

Carolina Maia Contarato | Orientadora: Maria Paula Gonçalves Lysandro de Albernaz

Carolina Maia Contarato

METROPOLIZAÇÃO NAS MARGENS: a ocupação da margem do Rio Iguaçu no
bairro São Bento em Duque de Caxias (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo, Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em Urbanismo

Orientadora: Professora Dr^a. Maria Paula Gonçalves Lysandro de Albernaz

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

C759m Contarato, Carolina Maia
Metropolização nas margens: a ocupação da margem
do Rio Iguaçu no bairro São Bento em Duque de Caxias
(RJ) / Carolina Maia Contarato. -- Rio de Janeiro,
2025.
182 f.

Orientadora: Maria Paula Gonçalves Lysandro de
Albernaz.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo,
2025.

1. Metropolização. 2. Corpos hídricos. 3.
Urbanização periférica. 4. Justiça ambiental. 5.
Duque de Caxias. I. Albernaz, Maria Paula Gonçalves
Lysandro de, orient. II. Título.

Carolina Maia Contarato

METROPOLIZAÇÃO NAS MARGENS: a ocupação da margem do Rio Iguaçu no
bairro São Bento em Duque de Caxias (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo, Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em Urbanismo

Aprovada em: 11/12/2025

Professora Dr^a. Maria Paula Gonçalves Lysandro de Albernaz
PROURB-FAU-UFRJ (Orientadora)

Professor Dr. Claudio Rezende Ribeiro
PROURB-FAU-UFRJ (Membro interno)

Doutor Sebastião Fernandes Raulino
Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (Membro externo)

RESUMO

CONTARATO, Carolina Maia. Metropolização nas margens: a ocupação da margem do Rio Iguaçu no bairro São Bento em Duque de Caxias (RJ). Rio de Janeiro, 2025. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

O trabalho investiga o fenômeno da metropolização das cidades da periferia do capitalismo e sua relação com a ocupação das margens dos rios, partindo do contexto da urbanização brasileira, com foco específico no município de Duque de Caxias, integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A metropolização, vinculada aos processos de industrialização e urbanização acelerada do território, impactou significativamente a mudança das relações entre espaço urbano, corpos hídricos e sociedade. Devido à dificuldade de ocupar as áreas de várzeas e alagadiças ainda não aterradas, a negligência no tratamento desses espaços às margens dos rios, somada à carência de políticas habitacionais, resultou em sua vulnerabilidade a ocupações irregulares, seja de maneira espontânea ou impulsionada por agentes como a milícia. Após o período de transformações urbanas profundas e rápidas (1950-1990) em um território já densamente ocupado, as margens aparecem como oportunidades para esses agentes, mesmo quando localizadas em áreas de preservação ambiental. O estudo utiliza o caso referência, a ocupação da margem do rio Iguaçu no bairro São Bento, como concentrador e exemplo das relações entre o fenômeno da metropolização e as questões ambientais. A partir de sua análise, busca compreender essas relações e os processos de urbanização mais recentes e, desse modo, fornecer uma atualização sobre a dinâmica urbana contemporânea em municípios periféricos, considerando as implicações ambientais, sociais e as nuances das políticas urbanas. Além disso, busca contribuir para o estudo de lugares sensíveis à água, um campo crítico dentro do contexto atual de mudanças climáticas e crise hídrica.

Palavras-chave: metropolização; corpos hídricos; urbanização periférica; justiça ambiental; Duque de Caxias.

ABSTRACT

CONTARATO, Carolina Maia. Metropolização nas margens: a ocupação da margem do Rio Iguaçu no bairro São Bento em Duque de Caxias (RJ). Rio de Janeiro, 2025. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This study investigates the phenomenon of metropolization in cities on the periphery of capitalism and its relationship with the occupation of riverbanks, based on the context of Brazilian urbanization, with a specific focus on the city of Duque de Caxias, part of the Rio de Janeiro Metropolitan Region. Metropolization, linked to the processes of industrialization and accelerated urbanization of the territory, has significantly impacted the changing relationships between urban space, water bodies, and society. Due to the difficulty of occupying floodplains and wetlands that have not yet been reclaimed, the neglect of these spaces along riverbanks, coupled with the lack of housing policies, has resulted in their vulnerability to irregular occupation, whether spontaneous or driven by agents such as militias. After a period of profound and rapid urban transformation (1950-1990) in an already densely occupied territory, riverbanks appear as opportunities for these agents, even when located in environmental preservation areas. The study uses the reference case, the occupation of the banks of the Iguaçu River in the São Bento neighborhood, as a focal point and example of the relationship between the phenomenon of metropolization and environmental issues. Based on its analysis, it seeks to understand these relationships and the most recent urbanization processes and, thus, provide an update on contemporary urban dynamics in peripheral cities, considering the environmental and social implications and nuances of urban policies. In addition, it seeks to contribute to the study of water-sensitive places, a critical field within the current context of climate change and water crisis.

Keywords: metropolization; water bodies; peripheral urbanization; environmental justice; Duque de Caxias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Luiza e Angelo. Sem eles eu não seria nada do que sou. Sou profundamente grata por todo o esforço que fizeram para me dar a base sólida que tive, pelo carinho, amor e apoio incondicional, e por sempre acreditarem em mim.

À minha irmã, Nathalia, agradeço por ser minha parceira em todos os momentos, pelas conversas, pelas risadas e pela cumplicidade.

Ao meu companheiro, Wallace Abreu, agradeço por todo o apoio, por me ouvir, ler, compreender e acalmar sempre.

Aos meus amigos, minha família, Bárbara Martins, Bruno Fernandes, Isabelle Norões e Fernanda Bouzan, agradeço pela amizade, pelas conversas e pelos momentos compartilhados. Suas trajetórias de vida, trabalho e pesquisa são uma grande inspiração. Sinto-me verdadeiramente honrada por ter amigos tão criativos e comprometidos com o nosso território.

Expresso meu profundo carinho e gratidão à professora Maria Paula Albernaz, por sua orientação meticulosa, atenta e generosa. Inspiro-me em sua sabedoria e trajetória. Agradeço também pelo apoio e acolhimento no LAPU, fundamentais para a minha trajetória e que me proporcionaram aprendizado, ferramentas e conhecimento.

Agradeço a todos os pesquisadores do município de Duque de Caxias que, mesmo diante de tantos desafios, seguem lutando pela cultura e pela salvaguarda da memória de nossa gente e de nosso território. Em especial, à Marlúcia Santos de Souza, por compartilhar seu rico conhecimento, disponibilizar documentos e me acolher com tanta generosidade no Museu Vivo do São Bento; e à Tania Amaro, pela disposição e acolhimento no acesso ao acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Ao PROURB e UFRJ, agradeço pela formação, infraestrutura e convivência acadêmica, bem como aos professores que contribuíram para meu amadurecimento intelectual. Em especial, ao professor Claudio Ribeiro, a quem tive a sorte de conhecer ainda na graduação, suas aulas e reflexões foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Agradeço também aos professores da banca de qualificação, Claudio Ribeiro e Rosângela Cavallazzi, pelas leituras atentas e pelas valiosas contribuições. E agradeço a esta ilustre banca pela disponibilidade e atenção.

Por fim, agradeço à CAPES pela bolsa concedida e reitero a importância de ampliar o incentivo e financiamento à pesquisa em instituições públicas no país.

LISTA DE FIGURAS

- [Figura 1] Mapa com relevo e hidrografia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024) e ANADEM. 18
- [Figura 2] Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com Baixada Fluminense e Duque de Caxias destacados. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024). 33
- [Figura 3] Mapa geopolítico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024) e IBGE (2024). 37
- [Figura 4] Baixada núcleo, Baixada ampliada e desmembramento do antigo município de Nova Iguaçu. Fonte: adaptado de Ribeiro e Silveira (2017, p. 226 e 227). 43
- [Figura 5] Mapa dos distritos de Duque de Caxias. Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da SMPHU-DC, IBGE e geo inea (2024). 47
- [Figura 6] Áreas de proteção ambiental municipais e estaduais de Duque de Caxias. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024). 57
- [Figura 7] Bacia hidrográfica Iguaçu com o rio Iguaçu primitivo e atual destacados. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados geo inea (2024) e carta topográfica de 1767. 65
- [Figura 8] Carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro, Manuel Vieira Leão, 1767 e aproximação no Rio Iguaçu. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional. 69
- [Figura 9] Porto Estrela, Rugendas, 1835. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional. 70
- [Figura 10] Carta demonstrativa da ocupação e dos fluxos comerciais da Capitania do Rio de Janeiro no século XVIII, reinterpretação da Carta Topográfica de 1767. Fonte: Exposição permanente Museu Vivo do São Bento. 71
- [Figura 11] Rio Inhomirim, Rugendas, 1835. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional. 73
- [Figura 12] Fazenda do Iguaçu, 1922. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional. 75
- [Figura 13] Relação estradas de ferro e rios até 1890. Fonte: adaptado de Santos et al (2020, p. 10). 76
- [Figura 14] Estrada de Ferro do Rio D'Ouro, Marc Ferrez. Fonte: Coleção Gilberto Ferrez, custódia Instituto Moreira Salles. 79
- [Figura 15] Linha do tempo Comissões e tentativas de Saneamento na Baixada Fluminense. Fonte: elaborado pela autora com base nas informações de Góes (1939), Fadel (2006), Souza (2006) e Quintsrl (2018). 85
- [Figura 16] Rio antes do serviço de dragagem. Fonte: Góes, 1939. 89
- [Figura 17] Serviços de dragagem. Fonte: Góes, 1939. 89

[Figura 18] Canais dragados na Baixada Fluminense. Fonte: Góes, 1939.	90
[Figura 19] Fotografia de construção de dique no rio Iguaçu. Fonte: Góes, 1939.	91
[Figura 20] Fotografia de dique do rio Iguaçu. Fonte: Góes, 1939.	91
[Figura 21] Pontilhões construídos pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. Fonte: Góes, 1939.	92
[Figura 22] Plantações em zonas saneadas. Fonte: Góes, 1939.	93
[Figura 23] Curso natural dos rios (até 1767) e curso pós obras de intervenção (a partir de 1916). Fonte: elaborado pela autora a partir de dados geo inea (2024) e carta topográfica de 1767.	95
[Figura 24] Território da antiga Fazenda Iguaçu e Núcleo Colonial São Bento. Fonte: adaptado de Martiniano e Souza (2024, p. 30-31).	96
[Figura 25] Estação Fitossanitária do São Bento. Fonte: Acervo FGV CPDOC.	98
[Figura 26] Crescimento da população e de loteamentos em Duque de Caxias. Fonte: Ribeiro e Silveira (2017, p. 246) e Abreu (2013, p. 110, 118, 121).	101
[Figura 27] Principais rodovias relacionadas ao município de Duque de Caxias. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Base Cartográfica Contínua da Unidade da Federação do Rio de Janeiro (IBGE 2018).	103
[Figura 28] Processo de construção da Reduc de 1957 a 1961. Fonte: Acervo Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.	108
[Figura 29] Localização do bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora com dados do geo inea (2024).	118
[Figura 30] Mapa São Bento, 1935. Fonte: Serviço Geográfico do Exército, Acervo Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, marcações da autora.	120
[Figura 31] Mapa Sede Gleba do Núcleo Colonial São Bento com construções do Parque São Bento. Fonte: INCRA, Acervo Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.	121
[Figura 32] Casas de colonos, 1941. Fonte: Acervo Museu Vivo do São Bento.	122
[Figura 33] Fotografias ocupação Novo São Bento. Fonte: Acervo Museu Vivo do São Bento.	123
[Figura 34] Evolução das ocupações* na margem do Rio Iguaçu no bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora a partir de imagens satélites históricas do Google Earth.	125
[Figura 35] Região do Pôlder São Bento e canais do bairro São Bento segundo Plano Diretor de Recursos Hídricos (COPPE, 2013). Fonte: adaptado de Calvão (2021, p. 100).	128
[Figura 36] Fotografia de caminhão despejando entulho no bairro São Bento. Fonte: Simões (2019).	131

[Figura 37] Fotografia de pilha de entulho no bairro São Bento. Fonte: Simões (2019).	131
[Figura 38] Áreas inundáveis no bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da SMPHU de Duque de Caxias.	133
[Figura 39] Fotografia Vila Alzira. Fonte: Filipo Tardim, 2024.	134
[Figura 40] Localização do MCMV São Bento e áreas para implantação do Parque Urbano Inundável do São Bento. Fonte: adaptado de Calvão (2021, p. 103).	136
[Figura 41] Zoneamento do Duque de Caxias segundo Plano Diretor de 1972. Fonte: adaptado de Alves (2021, p. 45).	139
[Figura 42] Ordenamento e uso do solo. Fonte: adaptado de Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu/Sarapuí (1996).	141
[Figura 43] Mancha de inundação detalhada situação 1996. Fonte: adaptado de Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu/Sarapuí (1996).	141
[Figura 44] Localização APA São Bento e Campo do Bomba. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024) e da SMUH-DC.	143
[Figura 45] Macrozoneamento de Duque de Caxias Plano Diretor de 2006. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da SMUH-DC.	144
[Figura 46] Macrozoneamento de Duque de Caxias Plano Diretor de 2006, aproximado bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da SMUH-DC.	146
[Figura 47] Uso e cobertura da terra em Duque de Caxias, 2024. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do MapBiomias (2024).	148
[Figura 48] Uso e cobertura da terra em Duque de Caxias, 2024, aproximado bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do MapBiomias (2024).	150
[Figura 49] Comparação da área do projeto do Central Park Fluminense em 2024 e 2025. Fonte: Google Earth.	153
[Figura 50] Placa de divulgação em frente à área do Central Park Fluminense. Fonte: Google Street View.	154
[Figura 51] Imagens aéreas das pistas alagadas na BR 040 na altura da REDUC. Fonte: G1 Rio 2025.	157
[Figura 52] Fotografias do transbordo do rio Iguaçu com maré alta e sem chuva, 2016. Fonte: Marlúcia Santos de Souza.	158
[Figura 53] Mapa de temperaturas médias de Duque de Caxias em 2019. Fonte: adaptado de Climatologia RJ.	164
[Figura 54] Mapa da Suscetibilidade do Sistema Territorial (ISST) de Duque de Caxias aos impactos pluviais. Fonte: adaptado de Oscar Júnior (2014, p. 53).	165
[Figura 55] Mapa de previsão do aumento do nível da água, considerando marés. Fonte: adaptado de Climate Central.	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CFSBF	Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
FEUDUC	Fundação Educacional de Duque de Caxias
FORAS	Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping
FUNDREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LADU	Laboratório de Direito e Urbanismo
MUB	Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias
MVSB	Museu Vivo do São Bento
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PERHI-RJ	Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROURB	Programa de Pós-Graduação em Urbanismo
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
RGI	Registro Geral de Imóveis
RL	Reserva Legal
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SERLA	Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SMUH-DC	Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de Duque de Caxias
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Apresentação	16
Objetivos	20
Objeto de estudo	20
Relevância e justificativa	25
Metodologia	25
PARTE 1. CONTEXTUALIZAÇÃO	27
CAPÍTULO 1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA METROPOLIZAÇÃO	
1.1. Contextualização da metropolização no Brasil	28
1.2. Formação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	33
1.3. Formação da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias	45
CAPÍTULO 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS	
2.1. Sobre patrimônio natural e legislação ambiental	56
2.2. Sobre justiça ambiental	62
PARTE 2. CASO REFERÊNCIA - OCUPAÇÃO DA MARGEM DO RIO IGUAÇU NO BAIRRO SÃO BENTO	69
CAPÍTULO 3. A TERRA TIRADA DAS ÁGUAS, A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO	
3.1. Rios, de centralidade a periferia	70
3.2. O combate contra o pântano, as Comissões de Saneamento e a revalorização fundiária	86
3.3. Industrialização e reestruturação econômica, as transformações territoriais	103
CAPÍTULO 4. AS OCUPAÇÕES RECENTES E A CRISE AMBIENTAL NO BAIRRO SÃO BENTO	
4.1. História das ocupações	122
4.2. De cinturão-verde a zona de sacrifício, os instrumentos de planejamento	143
4.3. A crise ambiental e as mudanças climáticas	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	178

INTRODUÇÃO

Apresentação

Minha relação com a cidade de Duque de Caxias supera o território enquanto objeto de estudo, sendo minha cidade natal e lugar de vivência. Na verdade, a cidade como objeto de estudo surgiu a partir de questionamentos sobre a história do lugar de onde vim e curiosidade sobre as memórias que não me foram passadas. Este (re)encontro teve início em 2021, ao longo do processo de pesquisa do meu Trabalho Final de Graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, no qual, mesmo em assuntos variados, a água mostrou-se um tema recorrente e central. Seja em sua abundância ou em sua falta, a água permeia as relações sócio urbanas.

Sendo assim, o trabalho investiga o fenômeno da metropolização das cidades da periferia do capitalismo e sua relação com a ocupação das margens dos rios, tendo como ponto de partida o contexto da urbanização brasileira, com foco específico no município de Duque de Caxias, integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Nesse sentido, o caso referência, a ocupação da margem do rio Iguaçu no bairro São Bento, é abordado como concentrador e exemplo das relações e entrecruzamentos entre o fenômeno da metropolização e as questões ambientais. A partir de sua análise a pesquisa busca compreender essas relações, de modo a atualizar a compreensão sobre a dinâmica urbana contemporânea em municípios periféricos, considerando as implicações ambientais, sociais e políticas da

produção desigual do espaço.

A metropolização vinculada aos processos de industrialização e urbanização acelerada, teve impacto significativo na transformação das relações entre espaço urbano, corpos hídricos e sociedade no território caxiense. Para Maricato (2009, p. 271), esse processo de concentração da urbanização, combinado com desigualdade social, apresenta características negativas como a ocupação inadequada do solo, comprometendo áreas ambientalmente sensíveis e corpos hídricos, assim como o crescimento das ocupações irregulares de um modo geral. Também segundo a autora, favelas e loteamentos irregulares são as principais formas de provisão da habitação da maior parte da população. A partir do mercado privado informal, bairros inteiros são construídos fora da legalidade urbanística e, frequentemente, em áreas ambientalmente frágeis (Maricato, 2009, p. 274). Assim, excluída das políticas públicas e do mercado imobiliário formal, grande parte da população desamparada ocupa terras que seriam inadequadas para ocupação, nas quais constrói “suas próprias casas, num processo lento, com poucos recursos” (*Idem*, p. 273).

Com isso, torna-se necessário avaliar conjuntamente as questões da água, a questão fundiária e a questão urbana, reconhecendo a importância de dar visibilidade aos diferentes atores sociais que resistem à monopolização da natureza por grandes interesses econômicos. A noção de justiça ambiental (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009), nesse sentido, permite compreender como a exposição desigual a riscos ambientais, resultante da lógica de acumulação e da especulação fundiária, reforça a segmentação socioespacial das metrópoles. Essa perspectiva amplia o debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infraestruturas urbanas.

A pesquisa, portanto, se ancora nas contribuições de Milton Santos sobre a metropolização brasileira. Para o autor (1993, p. 13), a cidade é uma totalidade menor dependente de uma lógica local, uma lógica nacional e de uma lógica mundial. Assim, compreender Duque de Caxias perpassa a investigação de sua formação socioespacial como construção do seu valor em relação às esferas de poder que organizam o espaço onde está inserida, por isso são levados em conta as instâncias Baixada Fluminense, RMRJ e Brasil. O trabalho também recorre a Santos (1996, p. 63) no que se refere a “categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento”. Dessa forma, é possível compreender a metrópole como lugar onde se manifestam as contradições da modernização e as desigualdades estruturais.

Como aponta Lencioni (2011, p. 135), o fenômeno da metropolização é uma metamorfose da urbanização, um novo estágio que intensifica as dinâmicas de concentração e desigualdade. Essas dinâmicas se expressam de forma evidente na produção habitacional. Como observa Maricato (2003, p. 154), “a maior parte da produção habitacional no Brasil se faz à margem da lei, sem financiamento público e sem o concurso de profissionais

arquitetos e engenheiros”. Essa situação, segundo a autora (*Idem*, p. 153), resulta da lógica do ambiente construído que “escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso”. Assim, padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, expressos nas leis, convivem com a imensa “cidade ilegal onde a contravenção é a regra” (*Idem*). Ainda segunda a autora:

A relação legislação/mercado restrito/exclusão talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização). (Maricato, 2003, p. 154)

Nesse contexto, a pesquisa dialoga também com o conceito de urbanização periférica formulado por Caldeira (2024), entendido como um modo de fazer cidade característico das periferias urbanas do Sul Global. A urbanização periférica articula processos interrelacionados de produção do espaço, nos quais os próprios residentes, por meio da autoconstrução, tornam-se agentes centrais da urbanização. Esse modo de produção revela não apenas carências estruturais, mas também formas específicas de agência social e territorial, configurando um espaço-problema que desafia os modelos urbanos eurocêntricos.

Por fim, entendendo que, no caso estudado, a população não é o único agente envolvido, também é feito o debate sobre a atuação das milícias como agentes centrais na dinâmica urbana do bairro São Bento. Como observa Canettieri (2024), a urbanização periférica ocorre em contextos de presença ambígua do Estado, o que abre espaço para a atuação de grupos criminosos na gestão da informalidade fundiária e no controle do mercado imobiliário ilegal. Assim, tomando como referência Alves (2020), que considera a violência como uma forma de poder, observa-se que ela sustenta práticas como a grilagem, o loteamento e a venda irregular de terrenos, configurando mecanismos de dominação e extração de renda.

O trabalho está estruturado em duas partes. Essa organização articula a leitura histórica e teórica do fenômeno da metropolização com a análise das relações entre urbanização periférica, desigualdade socioambiental e produção do espaço a partir do caso referência. Desse modo, a primeira parte tem caráter introdutório e busca contextualizar os temas centrais da pesquisa, sendo composta por dois capítulos.

O Capítulo 1, “*Considerações sobre o fenômeno da metropolização*”, discute o fenômeno da metropolização brasileira, considerando desde as heranças coloniais e a concentração de terra e poder, até a industrialização e a

urbanização. Para isso é utilizado o meio técnico-científico-informacional (Santos, 1993; 1996) para compreender as dimensões estruturantes da modernização. O capítulo analisa, assim, a metropolização como tradução socioespacial da globalização (Lencioni, 2011), se aprofundando no estudo da RMRJ. Nesse contexto, a Baixada Fluminense é analisada como espaço de periferização metropolitana, marcada pela precariedade habitacional, pela carência de políticas públicas e pela atuação das milícias¹. Ao longo deste capítulo e de todo o trabalho, autores como José Cláudio Souza Alves, Marlúcia Santos de Souza, Miguel Angelo Ribeiro e Leandro de Almeida são fundamentais para resgatar historicamente a formação de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

O Capítulo 2, *“Considerações sobre as questões ambientais”*, apresenta o debate sobre o patrimônio natural, a legislação ambiental e os instrumentos de planejamento urbano, como o plano diretor, situando a relação entre urbanização e natureza a partir dos textos normativos. Em seguida, discute o conceito de justiça ambiental (Acseirad; Mello; Bezerra, 2009) e dialoga com as noções de zonas de sacrifício, conflitos ambientais e justiça climática, que em conjunto servirão de base conceitual para as análises da segunda parte do trabalho.

A segunda parte concentra-se na investigação crítica do caso referência da ocupação da margem do rio Iguaçu, no bairro São Bento, em Duque de Caxias. O Capítulo 3, *“A terra tirada das águas, a construção histórica do território”*, examina a formação e as transformações do território a partir do papel dos rios como agentes de estruturação territorial, inspirando-se no campo da história ambiental (Capilé; Sedrez, 2024) e nas categorias de técnica e metabolismo sociedade-natureza (Santos, 1996; Marx, 2010 [1844]). Analisa ainda as intervenções de saneamento e seus impactos sobre a valorização fundiária, além das mudanças econômicas e territoriais decorrentes da industrialização e da reestruturação produtiva metropolitana.

Por fim, o Capítulo 4, *“As ocupações recentes e a crise ambiental no bairro São Bento”*, reconstrói a cronologia e as dinâmicas sociais das ocupações no bairro a partir do debate sobre a urbanização periférica (Caldeira, 2024), a autoconstrução (Oliveira, 2003; 2006) e a atuação das milícias (Canettieri, 2024) na produção do espaço, articulando essas dinâmicas aos efeitos da crise ambiental e da gestão do município. A análise evidencia a transformação do território, bem como os efeitos das mudanças climáticas sobre a vulnerabilidade socioambiental das populações locais.

1 Cabe destacar que a atuação das milícias na Baixada Fluminense não se dá de forma homogênea em todo o território, apresentando variações quanto à presença, intensidade, formas de controle e articulações com outros grupos.

Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral compreender o fenômeno da metropolização e urbanização das cidades da periferia do capitalismo e sua relação com a ocupação das margens dos rios no contexto brasileiro, partindo do estudo do bairro São Bento no município de Duque de Caxias. Nesta perspectiva, tem-se como objetivos específicos:

- (1) Ampliar o conhecimento sobre os processos de metropolização e urbanização em Duque de Caxias, entendendo sua relação com a Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Brasil.
- (2) Analisar as dinâmicas de urbanização em Duque de Caxias, relacionando-as a processos de ocupação nas margens dos rios, e debater como essas dinâmicas afetam a justiça ambiental na região.
- (3) Examinar o caso referência da ocupação na margem do Rio Iguaçu no bairro São Bento, os processos específicos e implicações ambientais e sociais, contribuindo para o entendimento da dinâmica urbana contemporânea em municípios periféricos.

Objeto de estudo

O objeto de estudo é o fenômeno da metropolização que levou à ocupação das metrópoles brasileiras, dentro do contexto da América Latina, com recorte territorial em Duque de Caxias e sua rede fluvial. A atual região do município, integrante da Baixada Fluminense e da RMRJ, foi ocupada, a partir do período colonial, por sua “privilegiada” localização geográfica que tinha entre suas características importantes a extensa rede fluvial com conexão à Baía de Guanabara e a proximidade ao Rio de Janeiro ^[Figura 1].

Um esforço de articulação entre a história da ocupação territorial e os rios da região foi realizado por Ana Lucia Britto, Suyá Quintslr e Margareth da Silva Pereira (2019), baseado em parte no trabalho de Simone Fadel (2006). Sob a perspectiva teórica situada na interface entre história ambiental e história dos sistemas sociotécnicos, as autoras organizam a história da Baixada Fluminense em três períodos diferentes, articulando dinâmicas fluviais e sociais: (i) prosperidade, do final do século XVI até primeira metade do século XIX, quando os rios possibilitaram a ocupação de alguns povoamentos na região; (ii) decadência, segunda metade do século XIX, caracterizado pela estagnação econômica, com subsequente declínio na região, e o momento em que inicia-se a representação da Baixada Fluminense como local pantanoso e insalubre, sendo os rios o foco dessa insalubridade; (iii) as grandes obras de saneamento e a transformação dos rios, década de 1930, quando o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) executa a limpeza e desobstrução dos rios, dragagem,

abertura de canais, entre outros, que possibilitam um novo ciclo de desenvolvimento econômico na região.

Utilizando-se desses três períodos, é possível apreender a relação entre as formas de transporte de mercadorias dentro do território de Duque de Caxias, e da Baixada Fluminense como um todo, e o processo de urbanização. Deste modo, fica evidente a construção do território como uma área de passagem rápida, com as funções de interligação, armazenamento e abastecimento para a metrópole. Importante destacar que esses períodos, organizados até a década de 1930, cobrem um intervalo histórico anterior ao processo de urbanização acelerada característico do contexto brasileiro e da América Latina como um todo apontado como notável a partir da década de 1950 (Santos, 1993).

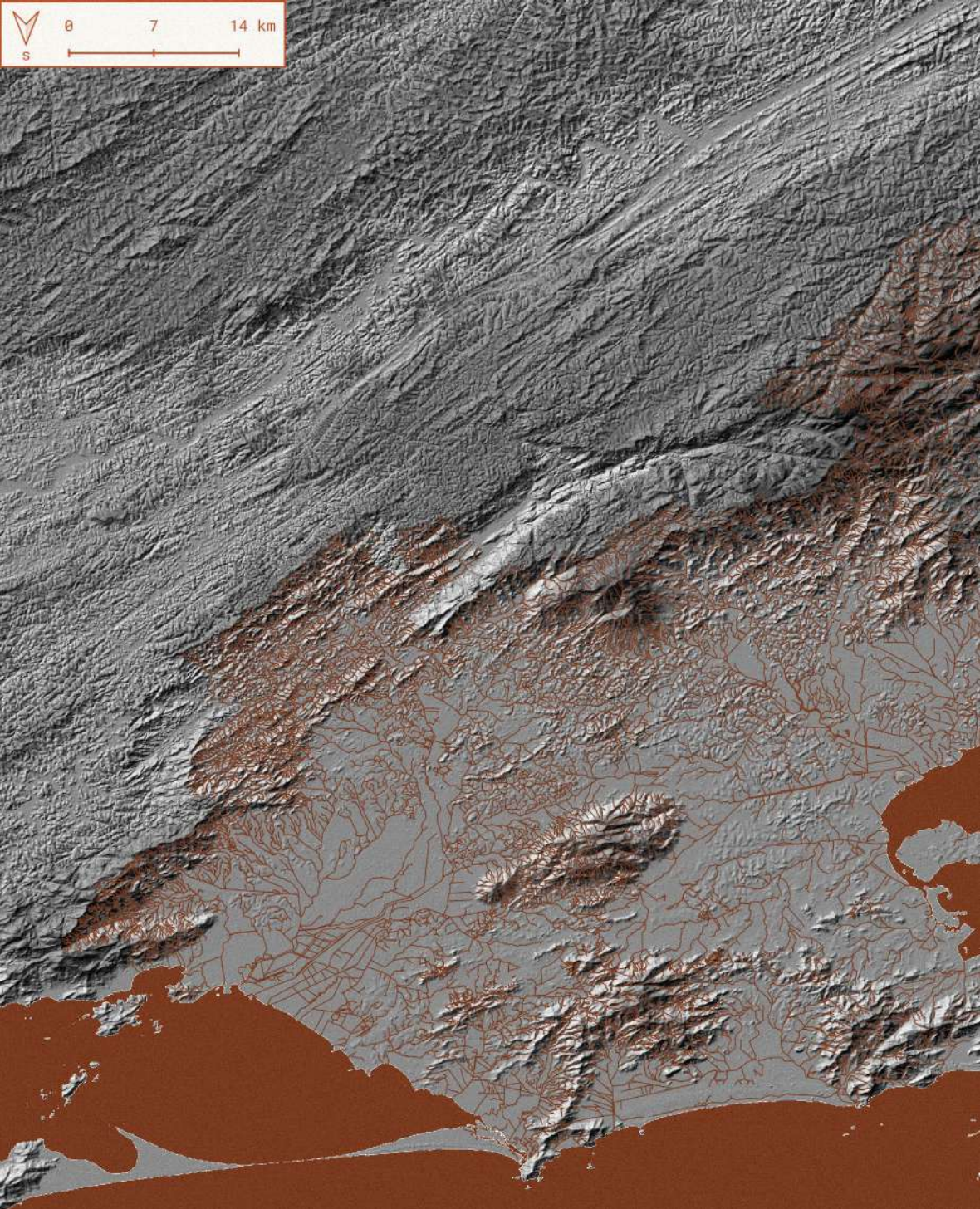
No contexto da Baixada Fluminense, durante esses processos de urbanização, as áreas próximas aos rios foram evitadas, seja pelos processos de ocupação formal ou informal, por serem ligadas a problemas de carência histórica de serviços de saneamento e esgotamento sanitário e consequentemente mau cheiro, surto de doenças e insalubridade, isso quando não foram simplesmente canalizadas ou aterradas, e suprimidas da paisagem. Porém, passado esse momento, e com a urbanização já avançada, a partir da década de 1990, é possível observar que a expansão da área urbana tem tido como característica o assentamento irregular, seja por populações carentes das políticas de habitação ou mais ricas, procurando refúgios urbanos. Como essas margens foram renegadas no passado, hoje encontram-se “livres” para essa ocupação.

Nesse momento de mudanças climáticas em estado avançado e crise hídrica, essas áreas de preservação sofrem também com processos de loteamentos irregulares. Segundo uma Recomendação² emitida em 2018 pelo Ministério Público Federal, “o município de Duque de Caxias vem se apresentando como um notório violador de normas ambientais e de destinação socioambiental a imóveis” e também é investigado em seis inquéritos por violação de normas ambientais envolvendo imóveis. Essa ação está diretamente ligada à atuação da milícia que exerce grande poder, também armado, na região. O alcance e gravidade das atividades desses grupos são exacerbados pelas carências governamentais e jurídicas às quais a população local está submetida.

Segundo o sociólogo José Cláudio Souza Alves, que estuda a expansão das milícias no Rio de Janeiro há 26 anos, o enredo é um exemplo de como vai se construindo um território dominado por elas. “A tendência é piorar, não vai melhorar não. Você está pegando um caso que está começando e que vai expandir. Esse é o cenário que eu vejo”, explica o sociólogo.

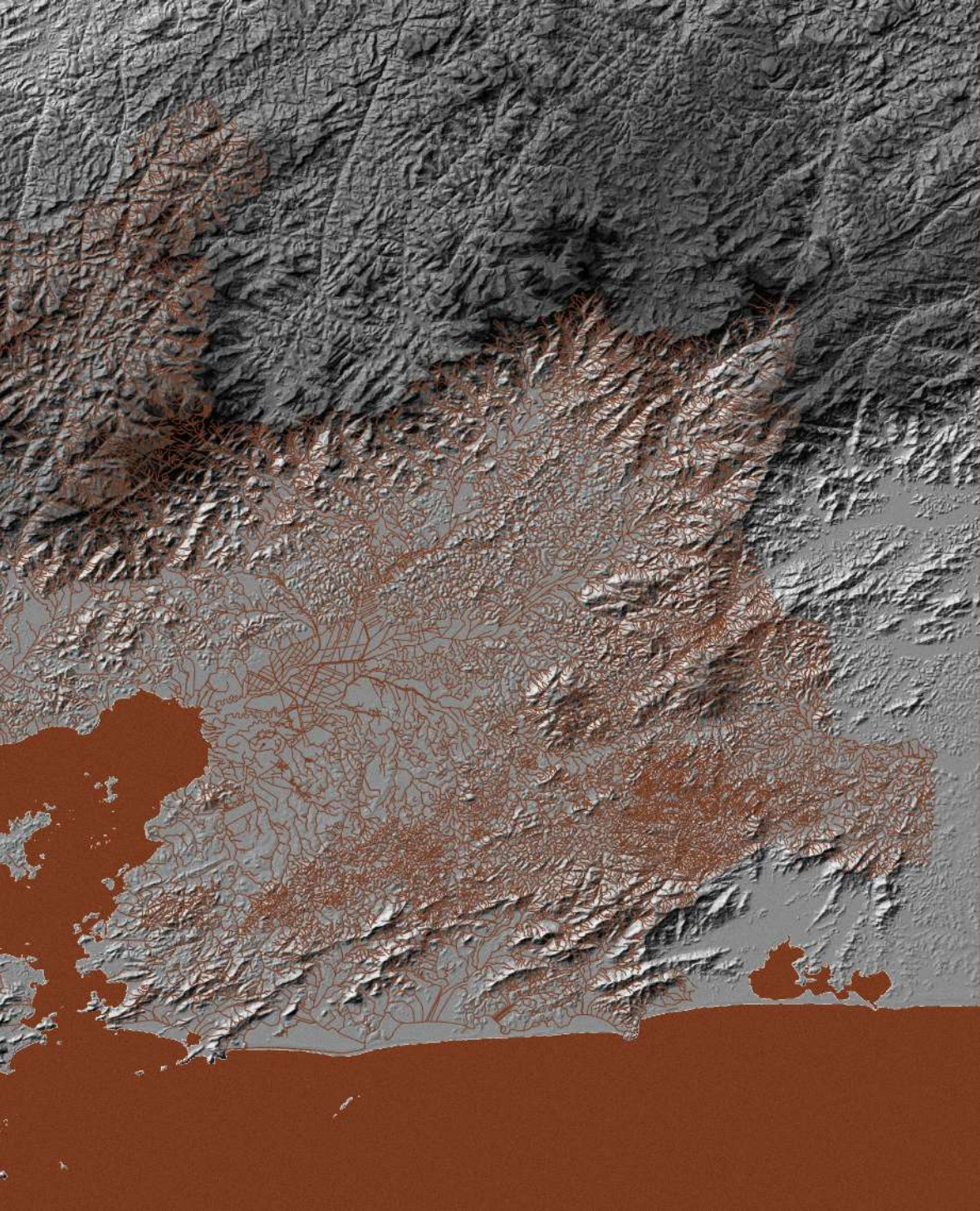
Qual é a prática mais rentável de uma milícia? É vender

2 Recomendação Nº05/2018. Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000070/2015-89.



[Figura 1]

Mapa com relevo e hidrografia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024) e ANADEM.



terrenos, é vender casas. Bom, para vender casas você tem que ter um terreno para construir. Então a lógica é fundiária, é a lógica de maior extração para que você possa fazer disso um ganho maior. (Simões, 2019)

O cenário em questão é observado no caso referência que será utilizado nesse trabalho, os loteamentos irregulares realizados na margem do Rio Iguaçu, localizada no bairro de São Bento, em Duque de Caxias. Rodeado por dois grandes rios, o Sarapuí e o Iguaçu, o bairro encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) São Bento, a primeira do município, estabelecida pelo Decreto Municipal de Duque de Caxias nº 320 de 1997, que abriga um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica próxima ao centro urbano do município, além de apresentar importantes características ecológicas, históricas, arqueológicas e culturais.

No momento da promulgação do decreto mencionado acima, a ocupação da margem já existia e desde então, o processo de loteamento continua a avançar, impulsionado pelo controle exercido pela milícia na região, apesar de pertencer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desde 2004 e ser terra pública desde 1931. Assim, esse caso referência permite a apreensão da renovação da prática de grilagem. Mesmo que o loteamento e a venda de terrenos no local sejam irregulares, essas práticas persistem há quase três décadas. Além disso, a população residente está sujeita ao risco de enchentes, visto que é considerada área de risco, sujeita a inundações, por ser, também, uma área de transbordamento dos dois rios circundantes.

A atuação da milícia está intrinsecamente ligada ao modo como o Estado brasileiro historicamente lidou com a produção ilegal do espaço urbano. Como observa Maricato (2003, p. 155), não se trata de um “Estado paralelo”, mas de uma ambiguidade estrutural entre o legal e o ilegal que atravessa toda a sociedade e na qual as instituições públicas desempenham papel central. A tolerância estatal diante das ocupações irregulares, especialmente nas áreas ambientalmente frágeis e desvalorizadas pelo mercado, expressa um padrão histórico de gestão urbana seletiva e discriminatória (*Idem*, p. 157–158).

Essas práticas revelam um Estado que admite o direito à ocupação, mas não o direito à cidade, reproduzindo um modelo urbano no qual a ausência de políticas habitacionais e a concentração de investimentos públicos reforçam o clientelismo político e a desigualdade socioespacial (*Idem*). A população pobre, excluída do mercado formal de terras e da provisão estatal, é empurrada para áreas de risco, mananciais e zonas de proteção ambiental, muitas vezes sob o controle de grupos armados ou atravessada por economias ilícitas. Como aponta Maricato (2003, p. 160), essa relação direta entre moradia precária e degradação ambiental é resultado da falta de alternativas habitacionais e da seletividade do poder público, que prioriza a proteção da propriedade privada e a valorização fundiária em detrimento

dos direitos coletivos.

Dessa forma, o caso de Duque de Caxias, e em especial o bairro São Bento, ilustra com clareza como o fenômeno da metropolização cria as condições para a proliferação de formas de ocupação irregular e para a apropriação fundiária por agentes milicianos. A lógica de “tolerância seletiva” do Estado e a valorização desigual dos territórios consolidam um modelo de urbanização em que a fronteira entre o legal e o ilegal é constantemente negociada e explorada para fins de lucro e controle político.

Relevância e justificativa

Este trabalho representa um esforço na contribuição para o debate sobre os processos de metropolização e seus seguimentos contemporâneos, especialmente ao focar no ponto de vista de uma cidade periférica como Duque de Caxias, visto que, em geral, a metropolização é mais abordada a partir do seu núcleo. A análise dos processos de loteamento e ocupação urbana, assim como sua interação com a natureza, não apenas enriquece ainda mais a discussão sobre a metropolização, mas também oferece uma perspectiva crítica sobre como as práticas urbanas afetam e são afetadas pela natureza, especialmente a água. Adicionalmente, ao integrar os estudos sobre a Baixada Fluminense, a pesquisa busca fortalecer e ampliar os trabalhos disponíveis para a compreensão dessa região.

Dado esse cenário, a justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de uma investigação mais profunda sobre a interação entre corpos hídricos, natureza e os processos históricos e contemporâneos que moldam os espaços urbanos. Além disso, parte da centralidade crítica do estudo de lugares sensíveis à água, dentro do contexto de mudanças climáticas e crise hídrica. E por fim, parte também, da necessidade de dar voz e visibilidade aos problemas urbanos que acompanham a história do município de Duque de Caxias e que só poderão ser superados a partir de um conjunto de ações, dentre elas a elaboração e a execução de políticas públicas que tenham como base uma associação com os problemas abordados, com as quais o trabalho busca contribuir.

Metodologia

Na condução desta pesquisa foi adotada uma abordagem metodológica na qual se entrecruzam a pesquisa histórica, análises cartográficas multiescalares e a investigação de um caso referência. Deste modo, envolve a análise de processos históricos e de territorializações com base na cartografia em escala metropolitana, urbana, local e microlocal, e uma aproximação norteadas em estudo documental.

O método caso referência foi desenvolvido por Rosângela Lunardelli

Cavallazzi (1993)³, e tem sido utilizada em pesquisas do PROURB/UFRJ e do LADU, especialmente nas áreas do Direito e do Urbanismo. Diferentemente do estudo de caso, o método do caso referência parte de uma realidade empírica singular, escolhida por seu potencial de ilustrar e tensionar conceitos teóricos. Nesse sentido, o caso estudado, a ocupação da margem do rio Iguaçu, em Duque de Caxias, é tomada como ponto de observação para compreender processos mais amplos, inerentes ao fenômeno da metropolização brasileira e à urbanização periférica.

Os procedimentos adotados incluem: revisão bibliográfica abrangente; pesquisa documental em acervos públicos, acervos iconográficos e acervos cadastrais, inclusive dos instrumentos da legislação urbanística; a análise cartográfica sobre a situação fundiária e as mudanças de ocupação; o registro e a formulação de mapeamentos; e ainda como procedimento complementar, a coleta de dados censitários.

As fontes utilizadas abrangem reportagens de jornais e revistas, legislação e documentos governamentais, mapas e plantas cadastrais, cartografias oficiais, acervo de instituições como Biblioteca Nacional, Instituto Histórico do Rio de Janeiro, e Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, além de dados da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de Duque de Caxias (SMUH-DC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), entre outros.

3 CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. A plasticidade na teoria contratual. 1993. Tese de doutorado - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PARTE 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro. (Santos, 1996, p. 84)

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA METROPOLIZAÇÃO

Contextualização da metropolização no Brasil

A colonização marcou a história brasileira e sua realidade urbana e social, criando um passado de exploração da terra semelhante, também, para outras realidades na América Latina. A conformação das cidades brasileiras, como conhecemos hoje, remetem a processos urbanos importados da Europa (seja de Portugal, Espanha, Holanda, entre outros) que foram modificados dependendo das condições particulares regionais e locais (Santos, 1993, p. 17). Esse processo é explicado por Milton Santos (1993) como urbanização pretérita, que é composta pelos elementos de organização político-administrativa dos sistemas da colônia. Esses elementos estruturaram o espaço e a constituição da terra enquanto propriedade de acordo com o quadro social de sua época, lançando as condições para o futuro processo de urbanização.

Como aponta Maricato (2003, p. 151), mesmo ocorrendo praticamente no século XX, o processo de urbanização brasileiro “não superou algumas características do período colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei”. Ou seja, a herança colonial permaneceu como estrutura persistente, condicionando tanto a forma de apropriação do espaço urbano quanto os mecanismos de exclusão social.

No caso brasileiro, as capitanias são um exemplo da organização espacial

no qual já estão definidos os proprietários rurais, as atividades econômicas e seus atores. Para Santos (1993, p. 18), nesse primeiro momento, e seguindo até o século XVII, os centros urbanos não eram muito consolidados, apresentando um forte caráter intermitente de fluxo. Somente a partir do século XVIII que a urbanização no Brasil se desenvolveu e no século XIX atingiu sua maturidade (*Idem*, p. 19). Mesmo assim, ao longo desses séculos, o Brasil foi “um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias” (*Idem*, p. 26), ou seja, os polos internos eram independentes entre si.

Esse cenário começa a se transformar com mudanças técnicas e sociais, como a implantação de estradas de ferro, melhoria de portos e criação de meios de comunicação. A isso, o autor atribui uma nova fluidez no território brasileiro, ao menos nas regiões onde ocorreram essas transformações de forma mais marcante.

No Sul e no Sudeste, onde existe uma rede urbana mais desenvolvida, a interação entre as cidades acelera o processo de divisão territorial do trabalho que lhes deu origem e, por sua vez, vai permitir o avanço dos índices de urbanização, renovando assim, num círculo virtuoso, os impulsos para um novo patamar na divisão internacional do trabalho. (Santos, 1993, p. 60)

A instalação de novas formas de produção e conseqüentemente trabalho e consumo, criaram, então, uma nova dinâmica que impulsionou o desenvolvimento do processo de industrialização. Processo esse que, no Brasil, iniciou-se ainda no final do século XIX, mas somente tomou impulso a partir dos anos 1930 com incentivos governamentais. Como observa Santos (1993, p. 27), a industrialização deve ser entendida não em seu sentido estrito, como criação de atividades industriais, mas em seu sentido mais amplo, como processo social complexo que inclui a formação de um mercado nacional, a integração do território e a expansão do consumo, o que “impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização” (*Idem*).

Logo, como processo social complexo, a industrialização impulsiona e complementa o processo de urbanização espalhada ao qual segue-se o fenômeno da metropolização no país. Assim, nas adjacências dos polos industriais, econômicos e sociais, foram instalando-se populações e indústrias que também serviam de suporte para essas atividades econômicas. Vale mencionar que os incentivos na industrialização concentraram todos os investimentos públicos neste setor. Nas regiões onde prevalecia o setor agrícola e mesmo outras regiões que não foram priorizadas para industrialização (Nordeste), a falta de incentivos públicos acabou acarretando uma grande migração interna para os grandes polos urbanos: Rio de Janeiro e São Paulo (Santos, 1993, 54).

A aceleração do processo de urbanização e industrialização no Brasil,

sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foi acompanhada pela intensificação dos fluxos no território. A expansão das redes de transporte e comunicação permitiu a articulação entre regiões antes desconectadas e viabilizou a integração do mercado nacional. A construção de ferrovias teve papel inicial nesse processo, mas foi a partir das décadas de 1950 e 1960 que o país passou a ser atravessado por uma extensa malha rodoviária, elemento central para garantir a mobilidade de mercadorias, capitais e pessoas (Santos, 1993, p. 39).

Esse aumento dos fluxos resultou no que Milton Santos chamou de meio técnico-científico-informacional, etapa histórica que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial e se intensificou nos anos 1970. Trata-se do “momento no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação” (Santos, 1996, p. 190). Esse meio, ao incorporar técnicas modernas, infraestruturas de comunicação e sistemas de informação, cria condições para a fluidez do território, permitindo que processos produtivos se articulem em escalas nacionais e globais.

Segundo Santos (1996, p. 191), a constituição desse meio implica uma cientificização e tecnicização da paisagem, em que a “natureza natural tende a recuar” diante da expansão de objetos técnicos, redes de telecomunicação e sistemas de transporte. A informação se torna o vetor fundamental do processo social, de modo que os territórios são equipados para assegurar a sua circulação. Essa nova materialidade territorial, baseada em ciência e tecnologia, supera a lógica do meio natural e mesmo do meio técnico-mecanizado, instaurando um novo patamar de desenvolvimento espacial.

No Brasil, esse processo foi especialmente concentrado na região Sudeste. Como observa Almeida (2000, p. 67), nos anos 1970 o Sudeste respondia por 80,97% do Valor de Transformação Industrial do país, sendo São Paulo responsável sozinho por quase 59% e o Rio de Janeiro por 15,7%. Essa concentração permitiu a difusão mais contínua do meio técnico-científico-informacional na região, em comparação com outras partes do território nacional. As inovações tecnológicas transformaram a geografia dos lugares, ampliando a divisão territorial do trabalho e a complementaridade entre regiões (Almeida, 2000, p. 70-71).

Esse alargamento dos fluxos não se restringiu ao transporte físico de mercadorias. A instalação de redes de telefonia, telex e fax, e depois com o advento da internet, permitiu a conexão em tempo real de diferentes pontos do território, modificando profundamente a organização da produção e dos serviços (Almeida, 2000, p. 69). A economia nacional se tornou, assim, cada vez mais integrada a circuitos globais, ao mesmo tempo em que se aprofundavam as desigualdades internas, já que a difusão das modernizações ocorreu de forma seletiva e desigual.

O meio técnico-científico-informacional não apenas ampliou a escala da

urbanização, mas também transformou qualitativamente as cidades, pois exigiu maior integração territorial e concentrou técnicas avançadas nos principais polos. Como sintetiza Santos (1993, p. 43), o movimento de modernização acelerou a circulação de bens, capitais e pessoas, criando um ambiente de complementaridade regional e de necessidade crescente de urbanização. A metropolização, portanto, emerge como resposta espacial à intensificação dos fluxos e à reorganização da divisão territorial do trabalho.

Segundo Lencioni (2011, p. 135), a metropolização não pode ser entendida como simples continuidade da urbanização, mas como uma transformação qualitativa dela, isto é, uma urbanização transformada ou mesmo uma “pós-urbanização”. Nesse sentido, se a urbanização esteve ligada à expansão da indústria e à formação do mercado nacional, a metropolização se vincula à reorganização da economia em escala global e à centralidade crescente do capital financeiro e imobiliário. Como também observa a autora (*Idem*, p. 136), a metrópole não é apenas produto da urbanização, mas se torna também condição e meio da reprodução do capital, ou seja, o espaço estratégico de circulação de fluxos, concentração de serviços avançados e articulação entre diferentes escalas.

Milton Santos (1993, p. 43) também destaca esse ponto ao afirmar que, na etapa metropolitana, o processo de urbanização ganha nova qualidade, não se tratando mais apenas de crescimento demográfico urbano, mas da incorporação da cidade em redes complexas de relações técnicas, financeiras e informacionais. Assim, a metropolização implica a integração de espaços que antes se mantinham relativamente autônomos, formando regiões urbanas contínuas ou conurbadas.

No Brasil, a metropolização se intensificou a partir das décadas de 1950 e 1960, acompanhando tanto o crescimento da industrialização quanto a ampliação das redes de transporte e comunicação. Contudo, foi nos anos 1970 que ela se consolidou como fenômeno socioespacial. De acordo com Almeida (2000, p. 77), a metropolização foi o resultado direto da concentração de investimentos, inovações técnicas e infraestruturas nos grandes centros, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. A polarização dessas cidades não apenas intensificou o crescimento urbano local, mas também atraiu fluxos de migração interna e de capital, ampliando sua centralidade no território nacional. Desse modo, a metropolização não se restringiu ao crescimento físico das cidades, mas constituiu uma nova lógica de articulação socioespacial, marcada por hierarquias e desigualdades.

Maricato (2003, p. 152) enfatiza as contradições nesse processo: ao mesmo tempo em que a metropolização concentra riquezas e técnicas, também gera periferias urbanas caracterizadas pela precariedade habitacional e pela pobreza disseminada. A metrópole, nesse sentido, torna-se o espaço emblemático das desigualdades brasileiras, expressando simultaneamente modernização e exclusão, pois enquanto nó estratégico da economia mundial, também é o lugar onde se materializam de forma mais intensa as

desigualdades sociais e territoriais.

Como analisa Santos (1993), a industrialização brasileira, inicialmente altamente concentrada no Sudeste, começou a se difundir em direção a regiões periféricas, impulsionada por incentivos fiscais, busca por mão de obra mais barata e pelo avanço das redes de transporte e comunicação. Esse deslocamento não significou, contudo, a perda da centralidade das grandes metrópoles, pois ainda que indústrias se instalassem em cidades médias ou em estados fora do eixo Rio-São Paulo, o comando econômico e financeiro do processo permaneceu centralizado nessa região (Santos, 1993; Lencioni, 2011).

É nesse ponto que se evidencia o fenômeno que pode ser denominado como “desconcentração concentrada” (Marques, 2024, p. 17) no qual a produção se dispersa territorialmente, mas o poder de decisão, o controle das inovações e a gestão do capital permanecem concentrados em poucos centros metropolitanos. Ou seja, a difusão espacial da indústria não promove uma verdadeira descentralização, mas reforça a dependência das áreas periféricas em relação aos núcleos de comando.

Esse processo redefine a divisão territorial do trabalho no país, fortalecendo as metrópoles como espaços privilegiados não apenas da produção, mas sobretudo da gestão e da circulação de capitais. Ao mesmo tempo, se aprofunda a segregação socioespacial, com a expansão de periferias urbanas precarizadas, resultado da migração de populações em busca de oportunidades de trabalho e da ausência de políticas habitacionais amplas (Maricato, 2003).

Como abordado, a metrópole contemporânea pode ser considerada uma tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização. Assim, ela representa uma nova forma territorial, que não elimina a metrópole moderna, mas a amplia e transforma, sendo produto direto da metamorfose do processo de urbanização e industrialização (Lencioni, 2011, p. 135). Trata-se, portanto, de uma urbanização transformada, cuja dinâmica é marcada pela centralidade dos fluxos e pela articulação entre múltiplas escalas (local, regional, nacional e global).

Esse processo, contudo, não se desenvolve de forma linear nem homogênea. A desconcentração industrial, que acompanhou a metropolização a partir da segunda metade do século XX, privilegiou sobretudo as cidades situadas nos principais eixos de circulação viária. Enquanto algumas cidades médias e até pequenas foram diretamente integradas à nova lógica da reestruturação produtiva, outras permaneceram apenas indiretamente articuladas a ela (Lencioni, 2011, p. 140). Isso significa que, embora a metropolização tenda à homogeneização do território, essa homogeneização constitui apenas uma tendência, pois novas diferenças são criadas e antigas desigualdades persistem.

Essas diferenças produzem efeitos importantes visto que contribuem para a

fragmentação interna dos aglomerados metropolitanos e para a formação de novas hierarquias entre as cidades que os compõem (Lencioni, 2011, p. 140). Desse modo, a metropolização, ao invés de equalizar, reordena as relações espaciais, redefinindo centralidades e marginalidades no interior do próprio tecido metropolitano.

Um ponto central para compreender essa transformação está no complexo sistema de redes que sustenta a metrópole contemporânea. Como afirma Lencioni (2011, p. 141), a densidade dos fluxos de comunicação e circulação subverte a hierarquia tradicional entre os lugares, assim cidades distantes podem se tornar próximas em razão da intensidade dos fluxos, enquanto cidades vizinhas podem se manter isoladas. A autora descreve esse fenômeno utilizando-se do chamado efeito túnel, no qual ao longo do percurso entre dois polos conectados, várias cidades intermediárias são atravessadas sem serem percebidas, ou seja, existem fisicamente, mas são ignoradas funcionalmente (*Idem*, p. 142).

A partir disso, configuram-se dois tipos de rede: a rede de proximidade territorial, baseada na contiguidade espacial, e a rede de proximidade relativa, fundada nos fluxos imateriais de informação e comunicação, mas que também dependem de infraestrutura material, como cabos de fibra ótica (*Idem*). Essa segunda dimensão reforça a ideia de que, no espaço metropolitano contemporâneo, as longas distâncias podem se aproximar enquanto as proximidades se distanciam.

O resultado é um espaço metropolitano heterogêneo e fragmentado, no qual apenas alguns pontos são reforçados como centralidades, enquanto outros são perpassados. Nesse contexto, para Lencioni (2011, p. 147), a integração entre escalas se dá de forma anastomoseada, ou seja, por meio de múltiplas ramificações que não obedecem mais à lógica piramidal e hierárquica tradicional. Não há um único nó central que comanda a difusão, mas sim uma multiplicidade de conexões que se entrelaçam, compondo uma rede complexa e policêntrica (*Idem*).

Em síntese, compreender a metropolização contemporânea exige ir além da noção de crescimento urbano ou de expansão da cidade, trata-se de reconhecer a metrópole como tradução socioespacial da globalização, um espaço ao mesmo tempo integrado e fragmentado, moderno e excludente, estratégico e desigual. Nela se condensam as contradições do desenvolvimento brasileiro, reafirmando o caráter híbrido, desigual e seletivo da modernização capitalista no país.

Formação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

O fenômeno da metropolização e a institucionalização das regiões metropolitanas não devem ser confundidos. Como vem sendo abordado no trabalho, a metropolização é um fenômeno socioespacial ligado a

industrialização, a reestruturação produtiva e a intensificação dos fluxos em escala global e local, resultando em uma reconfiguração territorial (Santos, 1993; Lencioni, 2011). Já a institucionalização das regiões metropolitanas corresponde à construção jurídico-política que busca dar conta desse fenômeno, criando entidades administrativas e instrumentos de governança para funções públicas de interesse comum. Em outras palavras, trata-se da diferença entre o processo social, que decorre da dinâmica do capital e da urbanização, e a resposta do Estado, que se traduz em marcos legais e arranjos institucionais (Almeida, 2000, p. 77-78; Dota; Ferreira, 2020, p. 895-896).

A Constituição de 1937 previa em seu texto a possibilidade de agrupamento de municípios de uma mesma região para a prestação de serviços públicos comuns, ainda que não utilizasse o termo “região metropolitana”. Essa previsão demonstrava a percepção, ainda embrionária, de que certas funções urbanas exigiam articulação supra municipal (Lassance; Albernaz, 2022, p. 128). Foi, contudo, apenas nos anos 1970 que a institucionalização das regiões metropolitanas ocorreu de forma legal e sistemática com a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.

Criada sob o regime militar, a lei estabeleceu as primeiras nove regiões metropolitanas no Brasil (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro). Pouco depois, a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, consolidou a criação da RMRJ, articulada ao processo político de fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, no qual se projetava a constituição de um segundo polo nacional de desenvolvimento (Lassance; Albernaz, 2022, p. 129).

A criação dessas regiões metropolitanas foi acompanhada da instituição de órgãos e fundos específicos como a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), criada em 1974, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), instituído em 1975, além de fundações estaduais, como a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), no caso do Rio de Janeiro. Empresas federais, como a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), também surgiram nesse contexto.

Essas instâncias tecnocráticas foram diretamente articuladas à lógica dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), sobretudo o II PND (1974), que previu a modernização industrial e grandes investimentos em infraestrutura de transporte, saneamento e comunicação, financiados por bancos públicos e organismos internacionais (Dota; Ferreira, 2020, p. 897; Menezes, 2011, p. 10). Como observam Lassance e Albernaz (2022, p. 131), tratava-se de um modelo de governança centralizado e fortemente dependente da União, em que a população tinha pouca ou nenhuma participação.

Com a redemocratização, a Constituição Federal de 1988 descentralizou

competências ao atribuir aos estados a prerrogativa de criar regiões metropolitanas por lei complementar, e também ao reforçar a importância do município por meio da obrigatoriedade do plano diretor para cidades acima de 20 mil habitantes. Além disso, consagrou princípios de participação popular na política urbana. Entretanto, como aponta Menezes (2011, p. 12), a crise fiscal dos anos 1980 enfraqueceu o financiamento federal, esvaziando programas metropolitanos e dificultando a implementação de estruturas criadas anteriormente.

Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), como fruto da luta dos movimentos sociais pela Reforma Urbana, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição e se consolidou como marco jurídico da política urbana brasileira. Definiu o Plano Diretor como principal instrumento à disposição dos municípios, responsável por orientar o desenvolvimento urbano e compatibilizar as políticas setoriais, como habitação, transporte, saneamento e meio ambiente, devendo garantir a participação social em sua elaboração e revisão.

Além disso, estabeleceu diretrizes para as leis que regulamentam o parcelamento, o uso e a ocupação do solo e reafirmou o princípio constitucional da função social da propriedade e da cidade, determinando que o uso da propriedade urbana deve atender ao bem-estar coletivo, à segurança dos cidadãos e ao equilíbrio ambiental. Dessa forma, o Estatuto da Cidade representou um marco importante para a articulação da política urbana nacional e para a governança territorial no Brasil, criando condições normativas para que os estados e municípios pudessem articular suas políticas em escala metropolitana (Lassance; Albernaz, 2022, p. 132).

Mesmo com a constante e crescente metropolização no país, somente em 2015 foi promulgada uma lei específica (Lei Federal nº 13.089) para regulamentação das regiões metropolitanas, o Estatuto das Metrôpoles. A partir dele:

A região metropolitana é considerada uma autarquia territorial, intergovernamental e plurifuncional, sem personalidade política. A sua criação não implica transferência de competências municipais sobre o planejamento, uso e ocupação do solo urbano, constitucionalmente estabelecidas e reguladas pelo instrumento dos planos diretores e pela legislação urbanística que os complementa. (Lassance; Albernaz, 2022, p. 128-129)

O Estatuto da Metrôpoles definiu, então, diretrizes para a governança interfederativa e instituiu o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) como instrumento de planejamento metropolitano. Buscou assim, enfrentar o descompasso histórico entre a expansão metropolitana e a fragmentação institucional entre os níveis de governo, introduzindo a noção de funções públicas de interesse comum, como transporte, saneamento e

uso do solo, que exigem coordenação regional (Senra; Bienenstein, 2023, p. 12). Apesar de inovador, o novo marco evidenciou desafios persistentes visto que as regiões metropolitanas permaneceram sem personalidade política e sem receitas próprias, dependendo da adesão voluntária dos entes federados e de fontes externas de financiamento (Lassance; Albernaz, 2022, p. 133). Ainda assim, o Estatuto das Metrôpoles representou um avanço conceitual importante, ao reconhecer a metrópole como território complexo e dinâmico, cuja gestão exige instrumentos específicos e articulação multiescalar⁴.

No caso da RMRJ, o PDUI-RMRJ foi elaborado entre 2016 e 2018, sob coordenação da Câmara Metropolitana de Integração Governamental e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em um contexto político e econômico marcado por forte instabilidade institucional. A condução do processo ficou a cargo de um consórcio privado contratado pelo Estado, que interagiu com a administração pública estadual por meio da Câmara Metropolitana. Apesar do discurso oficial de participação e transparência, Lassance e Albernaz (2022, p. 141) observam que o plano foi concebido predominantemente sob um enfoque técnico e setorial, refletindo mais uma cultura de planejamento voltada à produção de diagnósticos e indicadores do que à formulação de políticas com capacidade real de implementação.

O PDUI-RMRJ estrutura-se em seis Programas de Ação Prioritários, que configuram o conteúdo temático e estratégico do plano (Lassance; Albernaz, 2022, p. 134). Cada programa articula medidas e diretrizes voltadas à integração territorial e social da metrópole: “Equilibrar a Metrôpole”, que propõe o fortalecimento das centralidades secundárias, a qualificação das áreas densamente povoadas e precárias, a ampliação da infraestrutura e do transporte público, com especial atenção às zonas periféricas; “Viver a Metrôpole”, voltado ao enfrentamento do déficit habitacional, à melhoria do acesso à moradia e ao saneamento; “Metrôpole Inteligente”, que enfatiza a economia criativa e o desenvolvimento tecnológico; “Metrôpole Sustentável”, centrado na proteção ambiental; “Baía Reinventada”, voltado à recuperação ambiental e econômica da Baía de Guanabara; e “Governar a Metrôpole”, que trata da governança e da gestão metropolitana (*Idem*, p. 135).

O plano cobre todo o território metropolitano [Figura 2] e reconhece a natureza dinâmica de seus limites, que não são estáveis e dependem de decisões políticas. Um exemplo é a inclusão do município de Petrópolis, em 2019, logo após a entrega do documento, ampliando a abrangência da

4 O Estatuto da Cidade, ao reforçar o município como ente central do planejamento urbano, buscou ampliar a participação social e democratizar a gestão da cidade. No entanto, essa centralidade municipal revelou contradições, especialmente em contextos metropolitanos, ao fragmentar o planejamento de problemas que extrapolam os limites administrativos. O Estatuto da Metrôpole surge, nesse sentido, como uma tentativa de enfrentar essas limitações, ao propor instrumentos de planejamento e governança interfederativa, ainda que sua implementação encontre entraves e dificuldades para superar plenamente tais contradições.

região metropolitana (*Idem*). As propostas apresentadas no PDUI-RMRJ têm caráter indicativo, prevendo a articulação institucional e a realização de estudos complementares como etapas iniciais de sua execução. Essa opção metodológica, coerente com a macroescala adotada no plano, reflete também a escassez de dados disponíveis para a maioria dos municípios metropolitanos, à exceção da capital (*Idem*, p. 136–137).

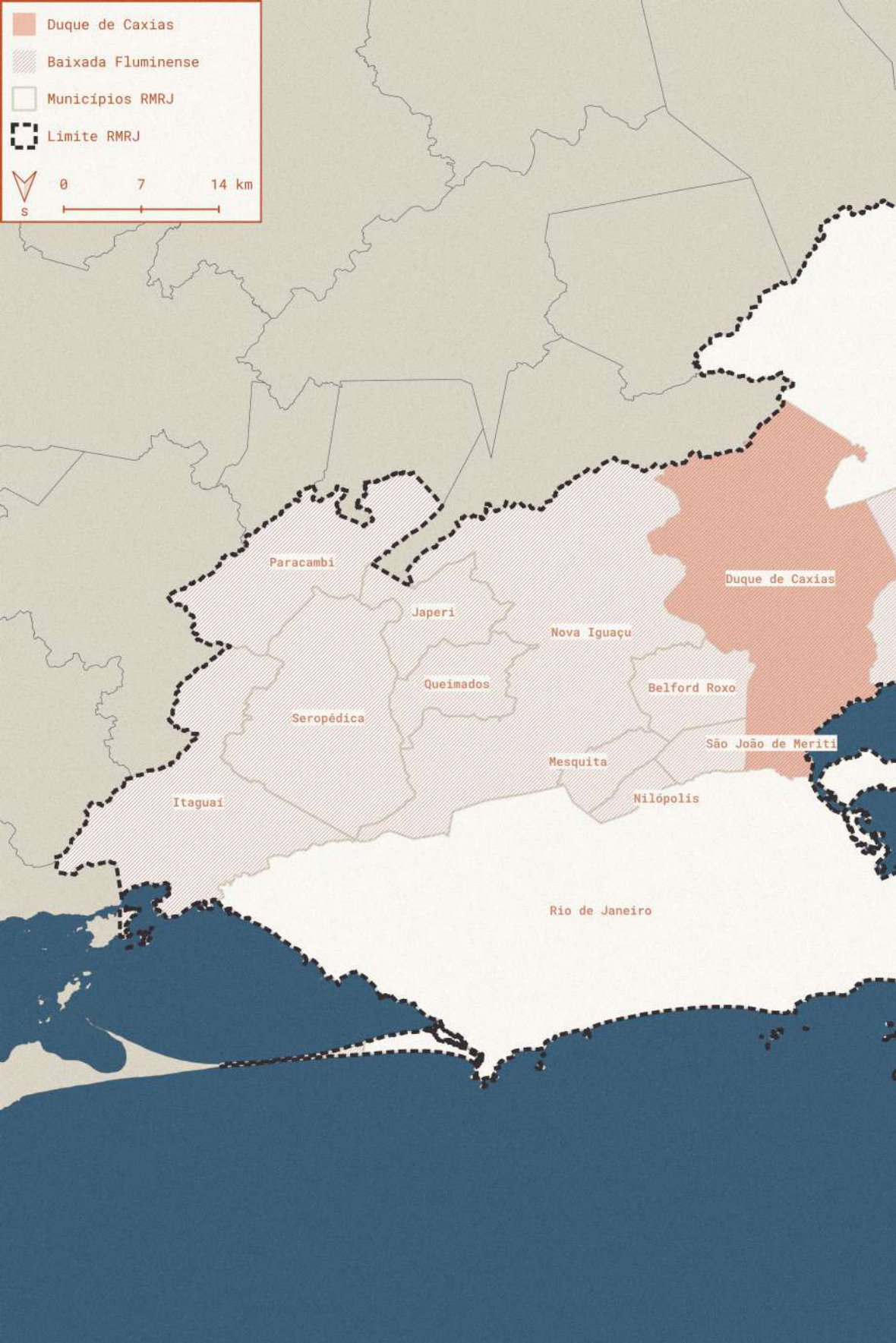
Entre os instrumentos espaciais, destacam-se as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIM), que são recortes definidos com relativa precisão territorial e programática, nas quais o interesse metropolitano se sobrepõe ao local. Nessas zonas, o PDUI-RMRJ propõe diretrizes específicas de intervenção e uso do solo, articuladas à ideia de uma macrozonificação metropolitana, que busca reconhecer vocação diferenciada para distintas porções do território, organizadas em macrorregiões de planejamento (*Idem*, 2022, p. 140). Essa estrutura é acompanhada da proposta de reconfiguração policêntrica da metrópole, que procura enfrentar o histórico desequilíbrio mononuclear da RMRJ fortemente concentrado na capital, que é responsável por cerca de 50% da população e 70% do PIB metropolitano (*Idem*, p. 139). Nesse modelo, centralidades como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Itaboraí, Campo Grande e Barra da Tijuca são identificadas como polos estratégicos de descentralização, destinadas a redistribuir infraestrutura, habitação, serviços e empregos (*Idem*, p. 140).

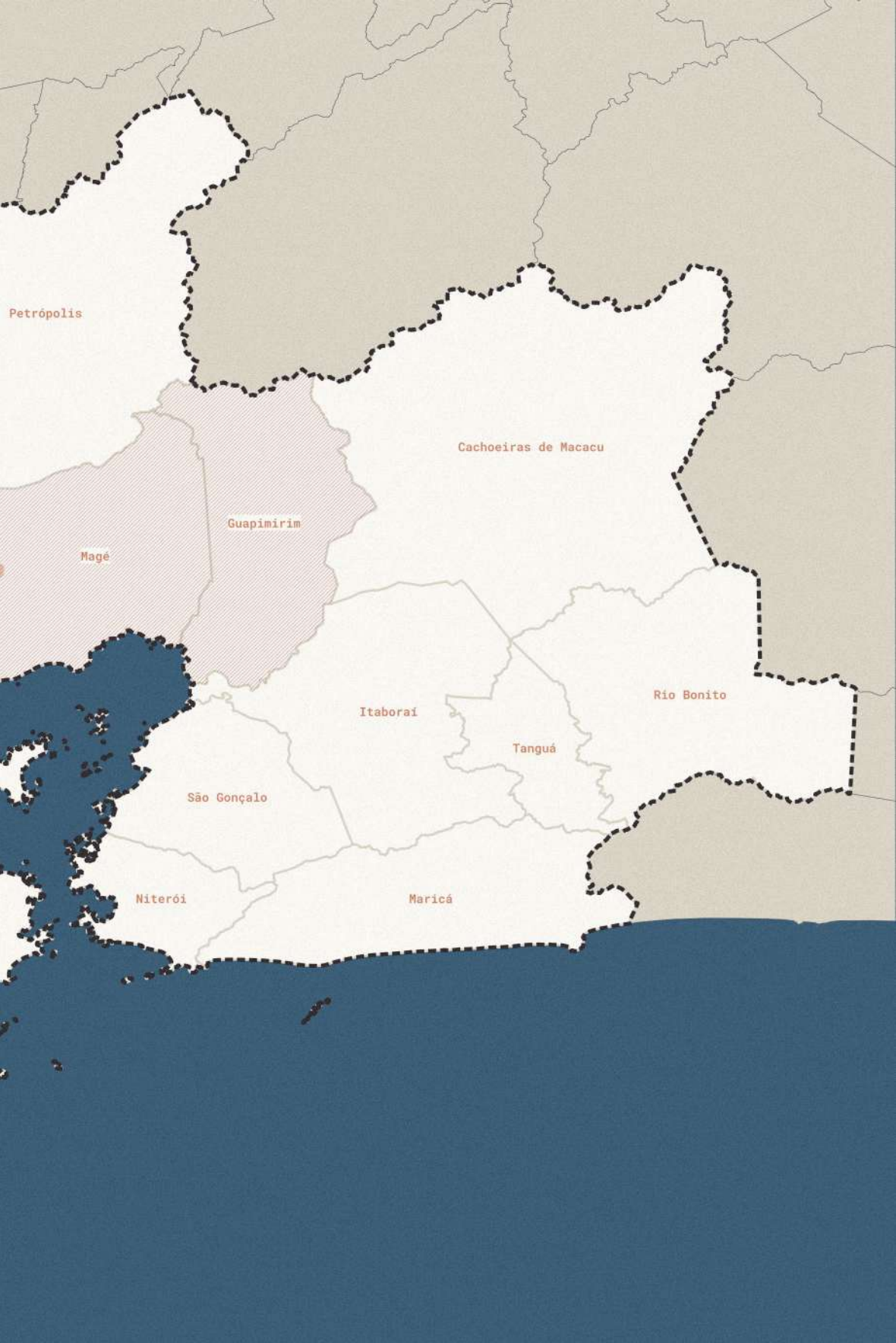
Apesar da ambição conceitual, o PDUI-RMRJ apresenta limitações importantes em sua concepção e execução. O plano não define etapas encadeadas nem prioridades claras de ação e apresenta um caráter predominantemente tecnocrático e despolitizado (*Idem*, p. 144). E ainda, as condições fiscais precárias do Estado levaram a uma estrutura de implementação em três horizontes temporais (curto, médio e longo prazo), mas sem garantias de recursos efetivos para a execução das propostas (*Idem*, p. 141). Além disso, o processo participativo enfrentou dificuldades decorrentes da crise de confiança na gestão pública e da baixa apropriação social do tema metropolitano, embora os autores ressaltem o papel ativo de movimentos periféricos que buscaram incidir sobre o debate (*Idem* p. 142).

Lassance e Albernaz (2022, p. 146) apontam ainda o distanciamento entre o plano e a realidade socioeconômica metropolitana. O PDUI-RMRJ adota parâmetros analíticos derivados de referências internacionais, frequentemente incompatíveis com as condições locais, e omite elementos fundamentais, como o peso da economia informal, central para compreender o funcionamento real da metrópole fluminense (*Idem*, p. 145). O uso do

[Figura 2]

Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com Baixada Fluminense e Duque de Caxias destacados. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024).





Petrópolis

Cachoeiras de Macacu

Magé

Guapimirim

Itaboraí

Tanguá

Rio Bonito

São Gonçalo

Niterói

Maricá

Índice de Centralidade, baseado em critérios de emprego formal, diversidade econômica e deslocamentos pendulares, tende a privilegiar as áreas mais valorizadas, ignorando a especificidade dos centros urbanos periféricos (*Idem*, p. 145–146).

Dessa forma, o PDUI-RMRJ evidencia algumas contradições do modelo de planejamento metropolitano contemporâneo. O documento adota uma linguagem fortemente influenciada pela lógica do planejamento estratégico, enfatizando “competitividade”, “eficiência” e “vocações econômicas” como parâmetros de organização territorial. Essa perspectiva se aproxima de modelos de gestão urbana orientados pelo mercado, em que a metrópole é tratada como um espaço de negócios e não como um território de direitos.

Nesse sentido, o caso de Duque de Caxias pode ser um exemplo. O PDUI-RMRJ caracteriza o município como polo logístico e industrial estratégico, destacando sua posição privilegiada na malha rodoviária e sua proximidade com o Porto do Rio de Janeiro. Essa visão funcional do território tende a reforçar desigualdades pré-existentes, pois ao mesmo tempo em que o município é central para a circulação de mercadorias e energia, permanece marcado por carências históricas de infraestrutura urbana e vulnerabilidade socioambiental. A lógica da “vocação” reforça a inserção subordinada da periferia metropolitana nos circuitos da globalização, convertendo municípios da Baixada em territórios de suporte à acumulação capitalista, sem redistribuição de benefícios sociais.

Assim, o PDUI-RMRJ revela as tensões entre dois paradigmas de planejamento urbano e territorial no Brasil contemporâneo: de um lado, o modelo normativo dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, fundado na função social, na cooperação federativa e na justiça social; de outro, o modelo estratégico-empresarial, que busca alinhar as cidades às demandas da globalização, frequentemente em detrimento da equidade territorial. O segundo tende a aumentar as desigualdades territoriais já existentes na metrópole.

A RMRJ [Figura 3], atualmente composta por 22 municípios, abrange uma área de aproximadamente 7 mil km². Concentra cerca de 12 milhões de habitantes, o que representa mais de 70% da população estadual e aproximadamente 58% do PIB fluminense (IBGE, 2022). Essa concentração demográfica é acompanhada por uma extrema desigualdade interna na qual o núcleo formado pela capital e Niterói apresenta elevados índices de renda, infraestrutura consolidada e serviços diversificados, enquanto a Baixada Fluminense e as áreas periféricas convivem com déficits crônicos de saneamento, habitação e mobilidade (Lassance; Albernaz, 2022, p. 128).

Enraizada na própria lógica da expansão urbano-industrial do século XX, a criação ou institucionalização de uma RMRJ pode ser considerada um processo de periferização e deve ser compreendida como parte do processo histórico da urbanização desigual, no qual o desenvolvimento

econômico e territorial se deu de forma concentrada e excludente. Como abordado anteriormente, segundo Santos (1993, p. 53), a divisão interurbana do trabalho consolidou-se nas regiões mais desenvolvidas do país a partir da difusão dos transportes e da fluidez territorial, o que aumentou a acessibilidade física e financeira dos indivíduos e gerou maior integração produtiva entre as cidades. Essa mesma lógica de circulação, entretanto, contribuiu para a formação de uma rede urbana profundamente hierarquizada, em que as centralidades concentraram investimentos e infraestrutura, enquanto as periferias absorveram a expansão populacional e as funções residenciais menos valorizadas.

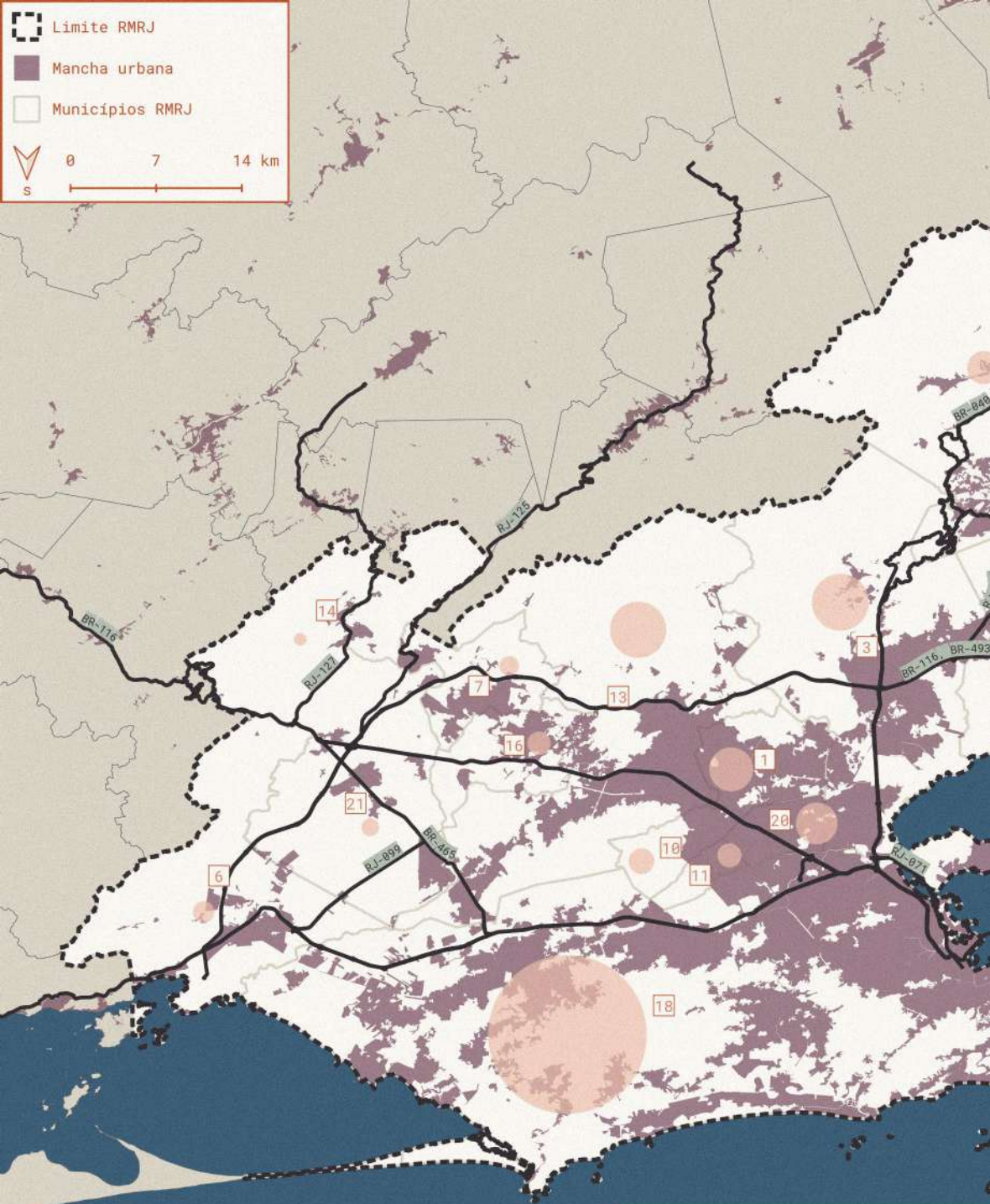
Como visto, a Constituição de 1988, ao transferir para os estados a responsabilidade de instituir as regiões metropolitanas, deu novo impulso à expansão urbana dos grandes centros, mas também acentuou as desigualdades. Como destaca Menezes (2011, p. 5), o crescimento metropolitano acelerado trouxe efeitos danosos para a sociedade, uma vez que os investimentos públicos se concentraram nas áreas nobres, provocando o aumento do preço da terra e empurrando as populações de menor renda para os entornos das capitais, onde sobreviveram “em condições inóspitas e distantes do centro urbano”. A valorização desigual do solo urbano, estimulada pela especulação imobiliária e pela seletividade dos investimentos, estruturou, assim, o processo de periferização e a formação de um padrão de urbanização socialmente excludente.

De acordo com Almeida (2000, p. 125), as facilidades de parcelamento do solo nas áreas periféricas, associadas às condições de pagamento acessíveis às populações pobres, consolidaram “um padrão de ocupação periférico” nas cidades brasileiras, caracterizado por lotes clandestinos, ausência de infraestrutura e baixo valor da terra. A produção desses espaços irregulares é alimentada pela própria pobreza urbana, que encontra no preço reduzido dos terrenos a única possibilidade de acesso à moradia. A ocupação das periferias, portanto, ultrapassa os limites dos municípios-núcleo e se estende aos municípios contíguos, reproduzindo, em escala metropolitana, o mesmo padrão de carência e informalidade (*Idem*, p. 125–126).

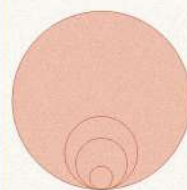
Esse processo foi reforçado pela substituição dos transportes sobre trilhos pelo sistema rodoviário nas décadas de 1950 e 1960, o que, segundo Almeida (2000, p. 128), intensificou o crescimento periférico e reorganizou o espaço urbano em função da circulação de automóveis. Assim, a urbanização brasileira passou a ser fortemente condicionada pela lógica do automóvel e pela expansão da rede viária, promovendo o espraiamento das

[Figura 3]

Mapa geopolítico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024) e IBGE (2024).



População proporcional



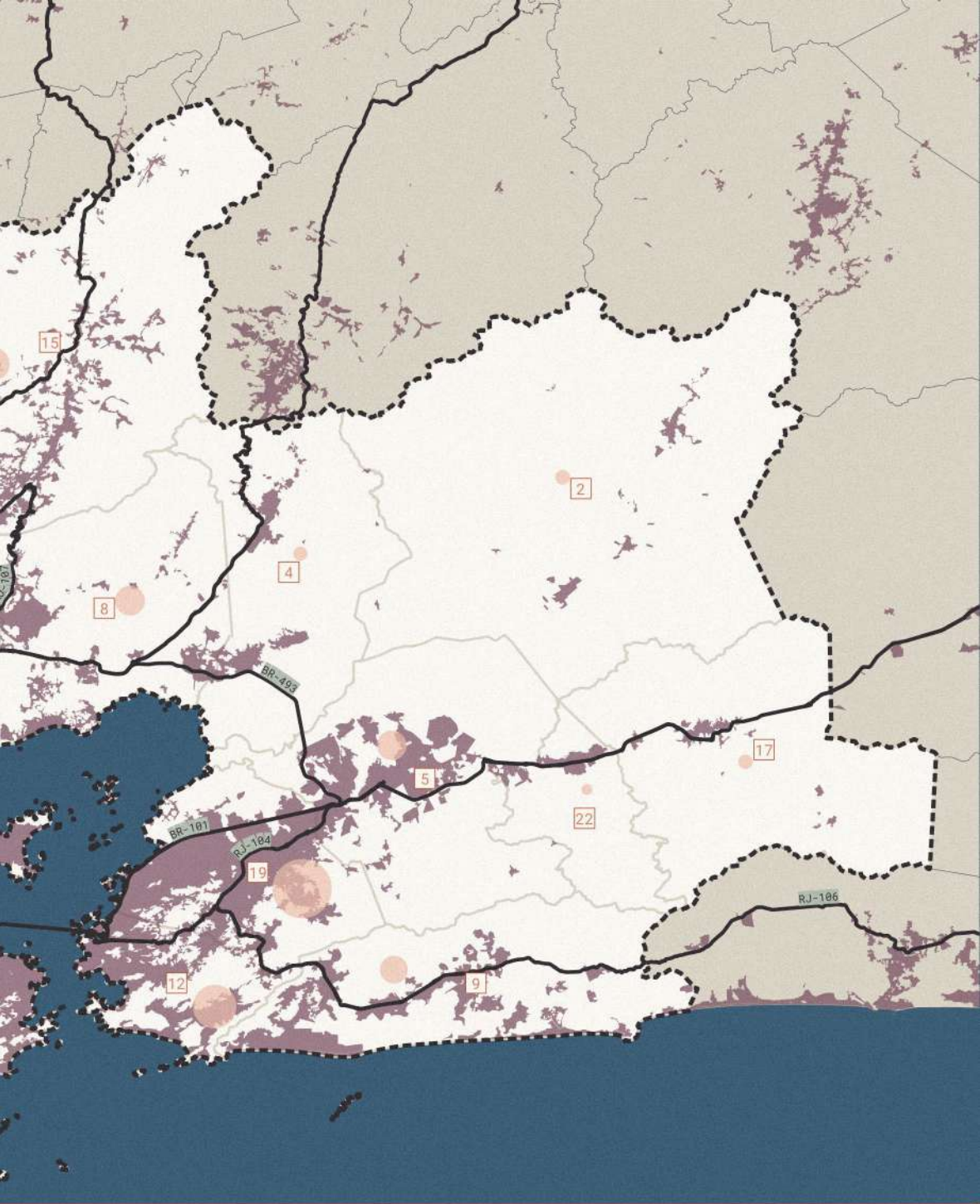
6.000.000

1.000.000

500.000

100.000

- 1 Belfor
- 2 Cachoe
- 3 Duque
- 4 Guapim
- 5 Itabora
- 6 Itagua



d Roxo

las de Macacu

de Caxias

irim

ai

i

7 Japeri

8 Magé

9 Maricá

10 Mesquita

11 Nilópolis

12 Niterói

13 Nova Iguaçu

14 Paracambi

15 Petrópolis

16 Queimados

17 Rio Bonito

18 Rio de Janeiro

19 São Gonçalo

20 São João de Meriti

21 Seropédica

22 Tanguá

cidades e o adensamento da pobreza nas margens metropolitanas (Almeida, 2000, p. 149). Esse modelo de modernização, ao favorecer os grandes grupos econômicos e concentrar os recursos públicos nas áreas centrais, produziu o duplo efeito de valorização do solo urbano e marginalização das populações pobres (*Idem*, p. 161).

Dessa forma, a periferização é inseparável das transformações estruturais da urbanização brasileira. Para Maricato (2003, p. 1), o crescimento das periferias urbanas representa, ainda, a “expressão mais concreta da segregação espacial e ambiental”. A partir dos anos 2000, como observam Senra e Bienenstein (2023, p. 3), a RMRJ passou a combinar desconcentração produtiva e espraiamento urbano, resultando em uma configuração polinuclear e fragmentada, na qual o crescimento horizontal das cidades não corresponde à melhoria das condições de vida.

O PDUI-RMRJ (2018, p. 52) apontou que, mesmo com o declínio das taxas de crescimento populacional, a expansão da ocupação urbana seguiu intensa, 3,85% ao ano entre 2000 e 2010, impulsionada por parcelamentos do solo regulares e clandestinos que promoveram o espraiamento e a fragmentação da metrópole. Esses loteamentos, muitas vezes implantados em áreas ambientalmente frágeis e sem infraestrutura, resultaram na formação de favelas e outros assentamentos precários, hoje a principal forma de crescimento urbano na região (Senra; Bienenstein, 2023, p. 4). A baixa qualidade urbanística dessas áreas, sem pavimentação, esgoto ou arborização, expressa o descompasso entre o avanço territorial da metrópole e a capacidade estatal de garantir o direito à cidade (Senra; Bienenstein, 2023, p. 4).

Na RMRJ, essa dinâmica é especialmente visível na Baixada Fluminense, que se consolidou como espaço de moradia e suporte produtivo da capital, sem receber investimentos correspondentes em infraestrutura e políticas públicas. Em um contexto de precarização do trabalho e de queda da renda, cerca de um terço da população da região vive com meio salário mínimo, o que torna a aquisição de imóveis regulares inviável e empurra as famílias para o mercado informal de terras (Senra; Bienenstein, 2023, p. 7). Essa autoconstrução periférica, feita em loteamentos irregulares e desprovidos de infraestrutura, é a estratégia possível para escapar do aluguel e garantir uma moradia, ainda que em condições precárias. Assim, o parcelamento informal do solo torna-se tanto uma forma de sobrevivência quanto um instrumento de reprodução da desigualdade urbana.

Nesse ambiente de informalidade e ausência de regulação pública, emergem novos agentes da produção do espaço urbano. Como observam Senra e Bienenstein (2023, p. 8), proliferam os “agentes imobiliários informais”, como grileiros, políticos locais e, mais recentemente, milícias, que controlam a ocupação de terras, a venda de lotes e até o fornecimento de serviços. As milícias, em especial, tornaram-se um dos principais agentes de produção do urbano, exercendo funções que vão da apropriação ilegal de terras

à construção e comercialização de imóveis sem licenciamento (Senra; Bienenstein, 2023, p. 8–11). Desse modo, controlam amplas porções da Baixada Fluminense e da Zona Oeste do Rio de Janeiro, administrando territórios onde o Estado é “ausente” e a violência constitui um mecanismo de governança.

Esses grupos impõem uma economia política da habitação baseada na coerção, na qual o direito à moradia passa a depender do pagamento de taxas a agentes armados, enquanto o poder público municipal, em muitos casos, é conivente com a ocupação irregular. Como relatam Senra e Bienenstein (2023, p. 10), as prefeituras negligenciam o licenciamento prévio e, posteriormente, incorporam os imóveis irregulares ao cadastro do IPTU, legitimando de fato as ocupações e reforçando a informalidade. O resultado é um ordenamento territorial no qual o Estado abdica da regulação e transfere o controle do espaço urbano a redes privadas de poder.

Assim, a ausência ou precariedade de política habitacional e o avanço das milícias compõem um mesmo quadro de governança fragmentada, em que a violência e a informalidade tornam-se parte constitutiva da estrutura metropolitana. Como sintetizam Senra e Bienenstein (2023, p. 14), o avanço das milícias nas periferias da RMRJ deve ser compreendido como parte desse processo de governança, em que “o controle armado se sobrepõe à gestão pública e redefine as fronteiras do urbano”. Desse modo, pode-se considerar a metrópole fluminense um conjunto de centralidades desiguais e periferias sobrepostas, nas quais o urbano é permanentemente produzido nas margens, reflexo de um território em que os fluxos econômicos se expandem, mas a desigualdade se aprofunda (Almeida, 2000, p. 79).

Formação da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias

A Baixada Fluminense constitui uma categoria territorial de múltiplos sentidos geográficos, históricos e políticos, cuja definição varia conforme os critérios e interesses que a delimitam. Geograficamente, o termo refere-se às planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, indo de Campos dos Goytacazes a Itaguaí. Outros recortes, como o de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, restringem-se ao entorno da baía, de Cachoeiras de Macacu a Itaguaí. Já a antiga FUNDREM, ao adotar parâmetros de urbanização e densidade populacional, limitou a Baixada às chamadas Unidades Urbanas Integradas do Oeste (UUIO). Como observa Alves (2020, p. 69), “de acordo com os objetivos da análise, mesmo no estrito campo geográfico, as fronteiras da região ora se ampliam, ora se encurtam”.

Segundo Simões (2015, p. 50), o termo Baixada Fluminense não era utilizado por moradores ou autoridades até o final do século XIX, surgindo inicialmente na geografia física, no contexto das comissões de saneamento criadas para enfrentar as inundações e epidemias recorrentes na região, e

considerava toda a região do estado do Rio de Janeiro que está num patamar inferior à Serra do Mar. A designação adquiriu novo sentido a partir da década de 1930, quando Hildebrando de Góes propôs uma classificação fisiográfica das “Baixadas” do estado, situando Duque de Caxias na Baixada da Guanabara, área que compreendia apenas as terras do entorno da baía (*Idem*).

Entre as décadas de 1940 e 1950, o termo ganhou a conotação social e política que o consolidou, frequentemente associado ao estigma da pobreza e da violência. Como mostram Ribeiro e Silveira (2017, p. 225), foi nesse período que a imprensa carioca passou a retratar a região como um território carente de bens e serviços públicos, imagem que permanece até hoje. Alves (2020, p. 191) observa que a Baixada chegou a ser chamada de “câncer vizinho”, o que exemplifica um padrão no qual a região é definida com base em sua proximidade ao Rio de Janeiro:

A Baixada, por sua vez, seria definida como uma região tão próxima de um dos principais centros de irradiação cultural do país, mas ao mesmo tempo tão distante dos padrões mínimos de ordem legal. (Alves, 2020, p. 191)

A década de 1970 marcou uma inflexão na forma como a Baixada Fluminense era abordada academicamente. A fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975) e a criação da RMRJ introduziram uma nova leitura do território, em que a Baixada deixa de ser apenas uma categoria geográfica e passa a ser tratada como periferia metropolitana. Nesse contexto, como destaca Alves (2020, p. 72), diversos autores começaram a analisar o território da metrópole fluminense sob a ótica da relação núcleo-periferia. A Baixada passou, então, a ser entendida como o espaço subordinado ao núcleo privilegiado formado pela capital, caracterizado pela carência de infraestrutura e pela dependência funcional e política em relação ao Rio de Janeiro. Assim, a região foi “elevada à categoria de Região Metropolitana, mas relativizada enquanto periferia” (*Idem*).

Atualmente, há consenso entre pesquisadores de que os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu constituem o núcleo histórico da região, enquanto Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri configuram os satélites imediatos. Já a inclusão de Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi depende do enfoque adotado (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 224). Simões (2011) propõe ainda a distinção entre “Baixada Núcleo”, formada pelos municípios oriundos dos antigos territórios de Iguaçu e Estrella, e “Baixada Ampliada”, baseada na definição da Secretaria Especial da Baixada Fluminense criada e extinta no início dos anos 2000 [Figura 4]. Nesse trabalho, será considerada a definição mais ampla, incluindo os municípios da Baixada Ampliada, por ser considerada adequada ao momento histórico, visto as similaridades socioeconômicas entre os municípios.

Portanto, mais do que uma delimitação territorial, a Baixada Fluminense

constitui uma construção política e simbólica que expressa o lugar da periferia na metrópole. A partir de critérios socioeconômicos, Ribeiro e Silveira (2017, p. 227–228) definem a região como um conjunto de municípios majoritariamente de baixa renda, com infraestrutura precária e forte dependência em relação à capital. Embora concentre cerca de 26% da população do estado do Rio de Janeiro, a região responde por apenas 10% da renda familiar total (IBGE, 2015). Além disso, 15% de seus habitantes vivem com menos de meio salário mínimo, e mais de dois terços recebem entre meio e dois salários mínimos (IBGE, 2015).

A ocupação da região esteve, desde a colonização, profundamente conectada à cidade do Rio de Janeiro. Colonizada ao mesmo tempo em que a fundação da capital, exerceu a função estratégica de defesa do território e de espaço voltado à produção agrícola destinada ao abastecimento do Rio de Janeiro (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 228). O território, cortado por uma ampla rede de rios que desaguem na Baía de Guanabara⁵, favorecia o escoamento da produção e o surgimento de pequenos núcleos urbanos ao redor dos portos fluviais, como Pilar e Estrela, que se tornaram importantes entrepostos comerciais.

Durante os séculos XVII e XVIII, o povoamento se consolidou por meio da criação de freguesias que funcionavam como unidades administrativas e religiosas, articulando o poder local e os interesses coloniais (Souza, 2002, p. 31-32). Na região de Iguaçu e Estrela⁶ foram organizadas seis freguesias: Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu (1612), Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu (1619), São João Batista do Trairaponga (1644), posteriormente São João Batista de Meriti, Santo Antônio de Jacutinga (1657), Nossa Senhora da Piedade de Anhum-mirim (1677), e Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (1737). As freguesias do Pilar, Meriti, Anhum-mirim e Jacutinga abrangiam parte significativa do atual território de Duque de Caxias (*Idem*).

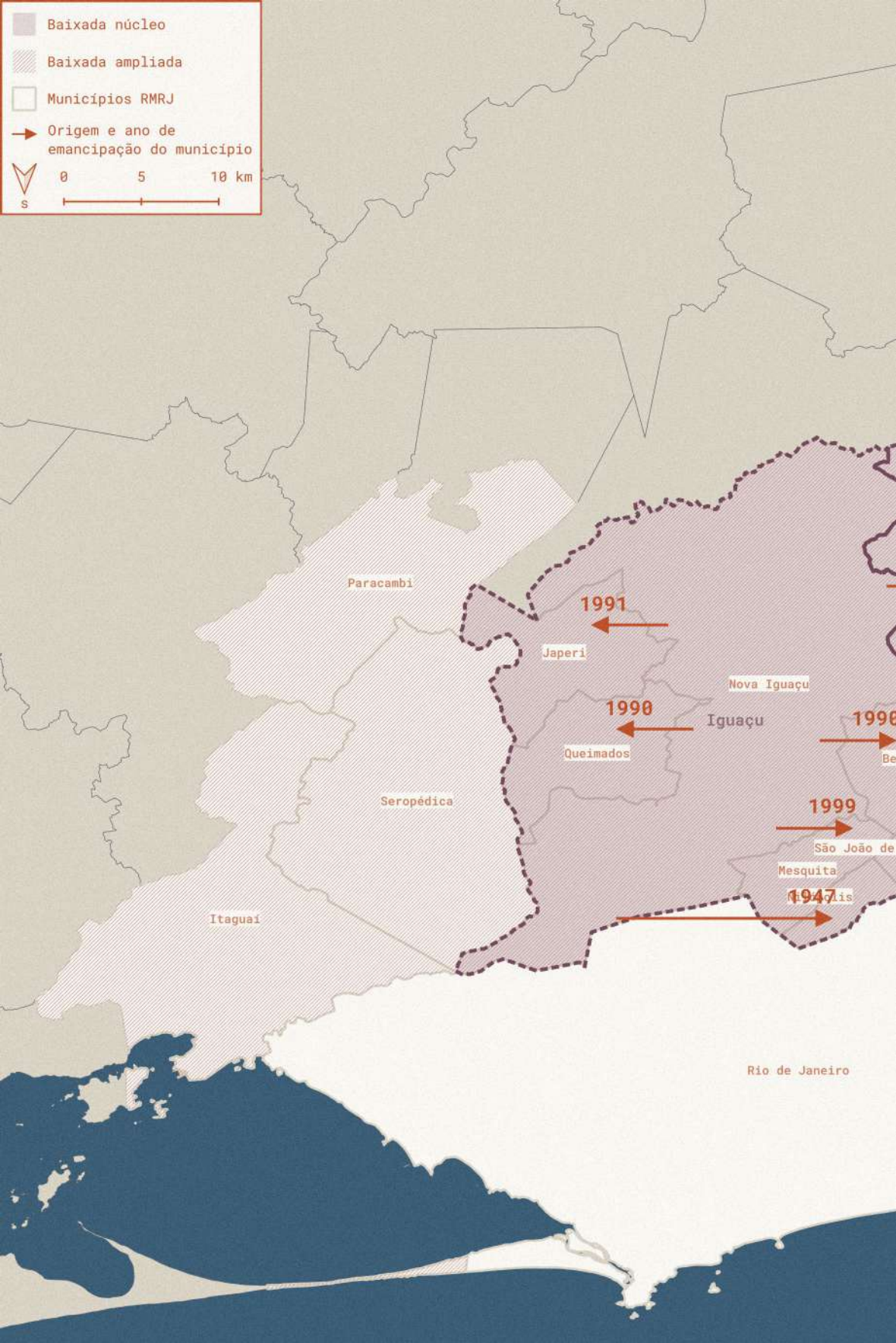
O sistema fluvial foi, por muito tempo, o eixo de integração regional e de transporte de mercadorias, mas a partir do século XIX, as ferrovias passaram a substituir os portos, alterando a organização espacial e contribuindo para o assoreamento dos rios. A transição do transporte para o ferroviário, somada ao desmatamento de áreas alagadas e de manguezais, agravou as condições sanitárias e gerou focos de malária, um problema que se tornaria

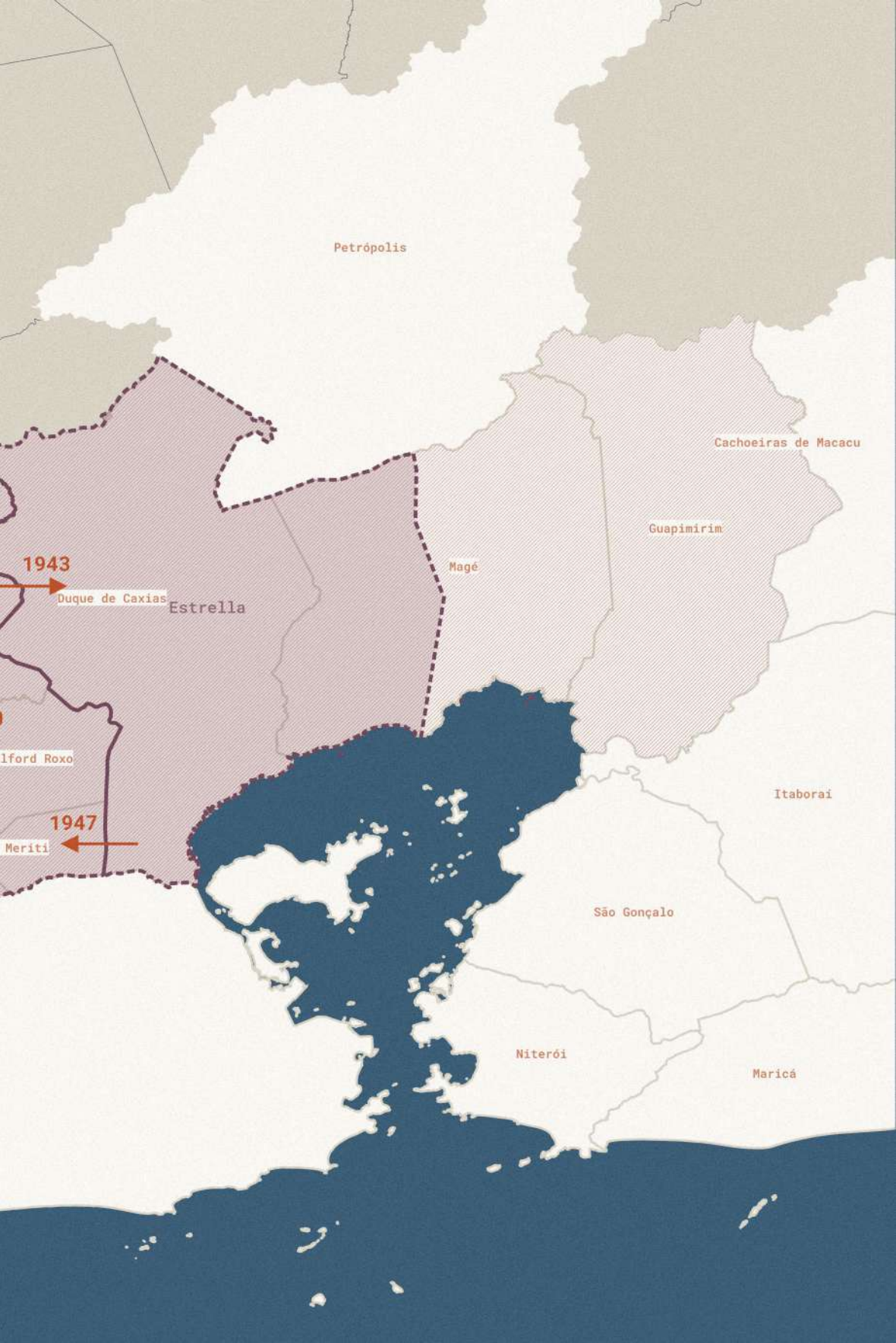
5 Neste trabalho, enfocamos a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, porém cabe destacar que nem todos os municípios da Baixada Fluminense são contribuintes dessa mesma região hidrográfica.

6 As duas regiões correspondiam a Baixada Núcleo de Simões (2011).

[Figura 4]

Baixada núcleo, Baixada ampliada e desmembramento do antigo município de Nova Iguaçu. Fonte: adaptado de Ribeiro e Silveira (2017, p. 226 e 227).





Petrópolis

Cachoeiras de Macacu

Guapimirim

Magé

1943

Duque de Caxias

Estrella

Alford Roxo

1947

Meriti

Itaboraí

São Gonçalo

Niterói

Maricá

histórico na Baixada (Silveira; Ribeiro, 2017). Para enfrentar essa situação, foram criadas as primeiras Comissões de Saneamento, responsáveis por obras de drenagem e dragagem dos rios desde 1844. Como demonstra Souza (2006), as ações de saneamento da Baixada articularam o poder público e o capital privado, permitindo que empresas obtivessem concessões, tributos e o controle sobre vastas áreas de terra, ligando o investimento em infraestrutura à revalorização fundiária e à expansão agrícola.

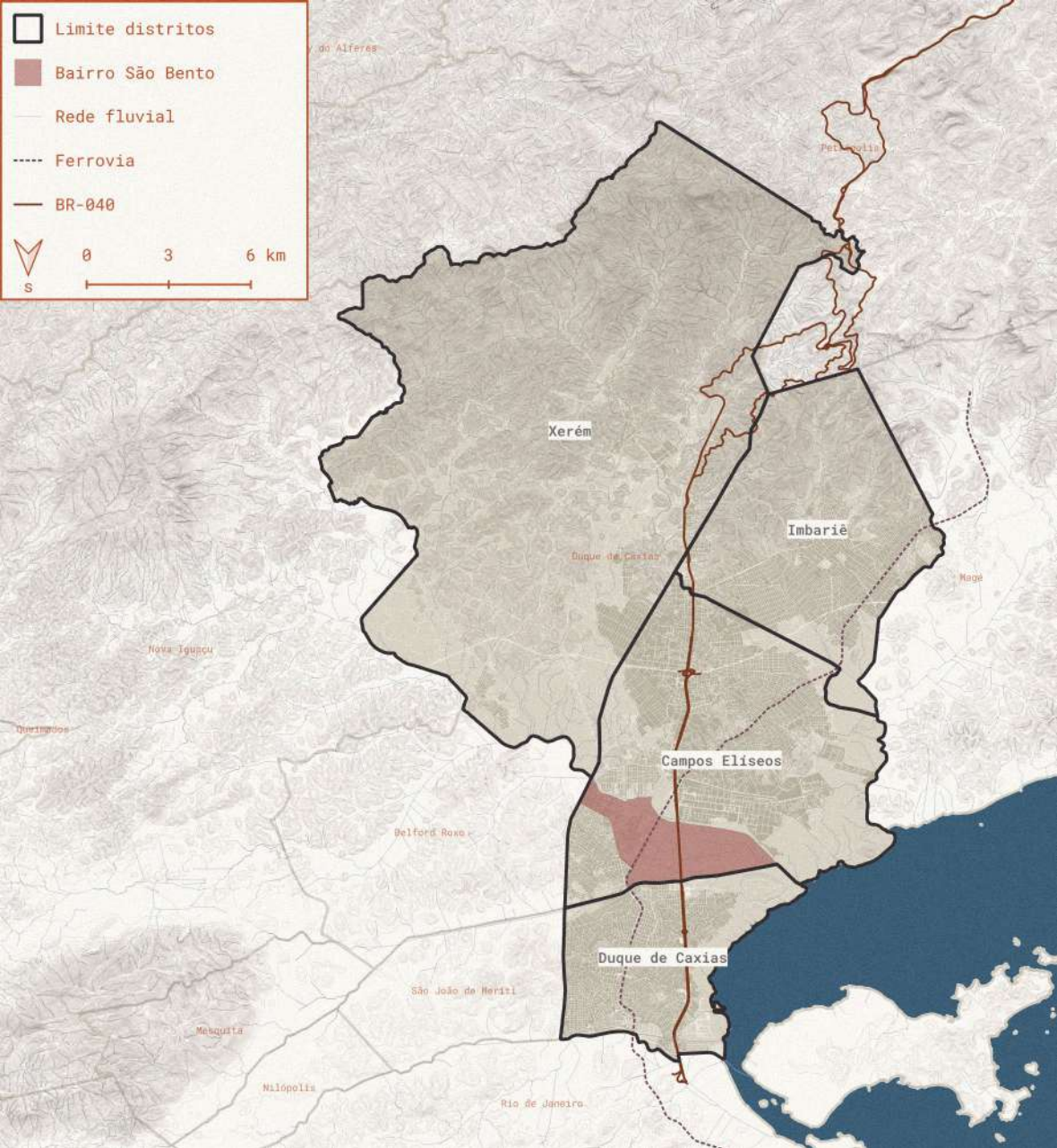
Em complemento a isso, a instalação da estrada de ferro também ocasionou transformações na organização espacial da região, que teve as atividades comerciais deslocadas dos portos, agora em ruínas, para o entorno de sua via. Com o advento da Estrada de Ferro Leopoldina, que passou a ligar a cidade do Rio de Janeiro a algumas partes da região e, posteriormente, com a inauguração de rodovias como a Estrada Rio-Petrópolis em 1928 (atual Avenida Governador Leonel de Moura Brizola) a região passou por um crescimento demográfico principalmente às suas margens. Assim, procurada majoritariamente por trabalhadores pobres, tornou-se uma área dormitório para aliviar as pressões demográficas da capital.

Até então Duque de Caxias fazia parte do município de Nova Iguaçu, tornando-se distrito em 1931. Posteriormente, em 1943, Duque de Caxias se emancipou⁷ [Figura 4] tornando-se um município do estado do Rio de Janeiro. O processo de emancipação deve ser compreendido no contexto político do Estado Novo, quando o governo Vargas estimulava a criação de novos municípios para ampliar seu controle político e institucional. Além disso, a autonomia de Caxias atendeu também aos interesses das elites locais, que buscavam consolidar redes de clientelismo e patronagem. Dessa forma, como observam Silveira e Ribeiro (2017, p. 240), a emancipação não representou a instalação de um aparato administrativo autônomo e, ainda, a cidade foi governada de 1944 a 1947 por interventores nomeados diretamente por Amaral Peixoto e Getúlio Vargas.

Mais próximo a metade do século XX, seguindo a dinâmica nacional de intenso financiamento do rodoviarismo em detrimento das linhas férreas, foram inauguradas na Baixada Fluminense algumas rodovias como Washington Luís (1952) e Presidente Dutra (1951). Esse período também marcou o início da instalação de diversas indústrias de grande porte no território, mesmo Duque de Caxias já sendo um importante polo industrial desde os anos 1940. Assim, com o novo surto industrial, o município passou a exercer a função de subcentro metropolitano (Silveira; Ribeiro, 2017, p. 245).

Em 1961, com a instalação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), o setor industrial passou a apresentar um grande peso e desenvolvimento na economia do município. Outros marcos das mudanças econômicas da

7 O antigo município de Nova Iguaçu, origem de praticamente todos os atuais municípios que correspondem a Baixada Núcleo, passou por um processo de desmembramento ao longo do século XX.



[Figura 5]

Mapa dos distritos de Duque de Caxias. Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da SMPHU-DC, IBGE e geo inea (2024).

Baixada Fluminense foram a instalação do Parque Industrial (1979) em Queimados, a construção da Linha Vermelha (1994) e da Via Light (1998), a instalação do Parque Gráfico do GLOBO (1999), em Duque de Caxias, e do Shopping Grande Rio (1995), em São João de Meriti.

Atualmente, Duque de Caxias é dividido administrativamente em quatro distritos: 1º Duque de Caxias, 2º Campos Elíseos, 3º Imbariê e 4º Xerém [Figura 5]. Segundo o IBGE (2022), apresenta uma população de 808.161 habitantes, com cerca de 73% vivendo nos dois primeiros distritos que estão mais próximos da capital e historicamente ligados aos primeiros loteamentos urbanos. O município apresenta indicadores socioeconômicos conflitantes, sendo o 4º maior PIB do estado e 20º do país (IBGE, 2022), mas com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), ocupando apenas a 49ª posição no estado e a 1.574ª no país (PNUD, 2013).

Dessa forma, por apresentar um intenso comércio local e vida econômica própria, o município não é mais considerado como cidade-dormitório (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 213-214). Mesmo assim a relação de dependência com a capital ainda representa grande impacto na vida cotidiana da população, como é possível observar no movimento pendular diário em relação ao Rio de Janeiro que permanece intenso. Segundo o Mapa da Desigualdade elaborado pela Casa Fluminense (2023), a maior parte da população caxiense gasta mais de 15% de sua renda mensal em transportes, tendo ainda grande parte gastando mais de 33%. Soma-se a isso o fato que a renda mensal de grande parte da população do município também é baixa, segundo o censo do IBGE de 2010, 37,8% dos caxienses recebia até meio salário mínimo.

A cidade também apresenta uma grande parte dos habitantes sem acesso a moradias adequadas, possuindo a maior população absoluta, 70.181 habitantes, vivendo em favelas da Baixada Fluminense e a quarta maior do estado (IBGE, 2022). Ainda, 88,6% dos habitantes são atendidos por rede de água, entretanto somente 1,6% tem o esgoto coletado e tratado (Casa Fluminense, 2023).

Retomando o debate anterior, é possível compreender a constituição da Baixada Fluminense a partir do entendimento da divisão territorial do trabalho e da periferação no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Nesse sentido, as ondas migratórias em direção à Baixada e seu processo de industrialização relacionam-se diretamente às reestruturações produtivas que ocorreram e ainda ocorrem na metrópole fluminense. Essa relação é configurada pela organização da terra como organização da mercadoria, cuja construção é determinada, sobretudo, pela posição de subordinação às necessidades da centralidade que estrutura as relações no estado, a cidade do Rio de Janeiro.

No contexto analisado, o processo de industrialização, iniciado na capital e posteriormente expandido para a Baixada Fluminense, reflete os interesses

dos atores hegemônicos que moldaram o ritmo e a forma de urbanização da região por meio da ação do Estado. O resultado desse processo é perceptível na distribuição espacial das indústrias, a construção de ferrovias e a estruturação social do espaço urbano, com as margens das ferrovias destinadas às populações mais empobrecidas e operários residindo nas proximidades das fábricas. Assim, a lógica da industrialização como processo social complexo prevalece, envolvendo tanto a formação de um mercado nacional quanto os esforços para equipar o território para torná-lo integrado (Santos, 1993, p. 27).

A configuração exposta evidencia que, na dinâmica metropolitana fluminense, o município do Rio de Janeiro, enquanto núcleo central, concentra infraestrutura, serviços e funções de interesse coletivo, enquanto os municípios da Baixada Fluminense, como extensão periférica, acumulam um histórico de carência estrutural e ausência de soluções voltadas a seus problemas internos. Em consequência, os planejamentos e investimentos públicos tendem a priorizar as demandas da capital, relegando os municípios periféricos a um papel secundário no ordenamento territorial.

Segundo Lassance e Albernaz (2022, p. 125), essa dinâmica se manifesta na acentuada diferenciação socioespacial da RMRJ, caracterizada por um núcleo fortemente equipado e por periferias dispersas e vulneráveis. Essa ocupação fragmentada resulta, em grande parte, da lógica rodoviarista que orientou a expansão urbana brasileira, promovendo o espraiamento das cidades sem a devida provisão de infraestrutura e serviços.

Ainda segundo os autores, atualmente, essa ocupação dispersa agrava os problemas socioambientais relacionados às deficiências de saneamento, à pressão sobre o frágil patrimônio ambiental e paisagístico e à crescente exposição a riscos como enchentes e deslizamentos de terra. Além disso, o modelo de urbanização consolidado compromete a segurança hídrica da metrópole, cujo abastecimento depende, em grande parte, do rio Paraíba do Sul e de seus afluentes, recursos igualmente ameaçados por pressões ambientais e pela complexidade e alto custo dos sistemas de captação e tratamento (Lassance; Albernaz, 2022, p. 125).

Assim, a urbanização da Baixada Fluminense expressa de forma emblemática as contradições do fenômeno da metropolização brasileira. A região se urbanizou como uma demanda do crescimento da metrópole, mas sem reunir as condições necessárias para assegurar qualidade de vida e desenvolvimento social à sua população (Silva, 2014, p. 84). Essa assimetria reflete a lógica de um território produzido a partir da modernização excludente, em que a geração de riqueza e o avanço técnico coexistem com a reprodução da pobreza e da desigualdade.

Para Santos (1993, p. 104), a modernização, legitimada pela ideologia do crescimento, cria equipamentos e normas indispensáveis à operação racional das grandes firmas, mas em detrimento das populações e

economias locais, promovendo um processo que concentra a riqueza e difunde a pobreza. A Baixada, nesse sentido, foi integrada à metrópole de forma subordinada, exercendo funções complementares à capital. Mesmo assim, como sintetiza Alves (2020, p. 108), “as novas funções do Rio só seriam possíveis com as novas funções da Baixada”.

Portanto, a periferização não deve ser compreendida apenas como distância física em relação ao núcleo urbano, mas como exclusão social e geográfica das modernizações do território (Almeida, 2000, p. 118). Essa exclusão se manifesta tanto nas margens da metrópole quanto em seu interior, revelando a continuação das desigualdades estruturais que moldam o espaço fluminense. Segundo Santos (1993, p. 61), a cada momento histórico, as heranças do passado se atualizam na divisão territorial do trabalho, reproduzindo a hierarquia entre centro e periferia. Assim, nas metrópoles corporativas, a proximidade entre as pessoas deixa transparecer as “ambiguidades e as contradições provocadas por um processo de globalização que seleciona lugares e pessoas” (Almeida, 2000, p. 119).

Ao longo do tempo, o território da Baixada Fluminense, assim como cada um de seus municípios, foi se diversificando internamente, pelas próprias contradições citadas, criando hierarquias próprias em termos de valorização do solo, maior centralidade e padrões distintos nas formas de ocupação e apropriação. Essa multiplicidade de formas, funções, modos de vida em um mesmo território expressa a complexidade crescente da urbanização contemporânea, e a necessidade de estudo de situações urbanas específicas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS

Sobre patrimônio natural e legislação ambiental

Em 1964, ocorreu o II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, que teve como fruto a Carta de Veneza, importante documento com textos de caráter indicativo. A Carta traz uma nomenclatura sobre patrimônio que implicou numa maior abrangência do debate, o uso do termo “monumento histórico” que pode ser uma obra arquitetônica ou um sítio, urbano ou rural, e que implica no interesse a bens, também por seus aspectos memoriais e simbólicos (Kühl, 2010, p. 307).

A Carta de Veneza representou um papel importante na construção normativa relacionada à preservação dos bens culturais em vários países, incluindo o Brasil⁸. A política nacional de preservação, enriquecida pelo debate dos anos 1960, adotou uma visão mais ampla de patrimônio. Antes mesmo de sua formalização, o monumento natural já era compreendido

8 No Brasil, a consideração da natureza e da paisagem como patrimônio já estava presente na legislação desde as primeiras décadas do século XX. Em 1937, com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a consolidação da primeira legislação federal voltada à proteção do patrimônio, o Decreto-Lei nº 25 reconheceu os monumentos naturais e os valores paisagísticos como passíveis de tombamento, instituindo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Essa incorporação evidencia que a ampliação do conceito de patrimônio, incluindo elementos naturais e paisagísticos, já fazia parte do debate nacional antes de sua sistematização no plano internacional.

como parte do universo cultural, ainda que de forma pouco sistematizada. A noção de patrimônio natural foi formulada e definida pela primeira vez na *Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Paris, no ano de 1972, inaugurando um novo momento na tutela do patrimônio (Scifoni, 2006, p. 65).

A noção de patrimônio natural nasceu, assim, no “contexto do período do pós-segunda guerra, quando se buscava a mundialização de valores ocidentais e, no que se refere às práticas preservacionistas, as gestadas na Europa e nos Estados Unidos” (Pereira, 2018, p. 38). Segundo Pereira (2018, p. 39),

a definição apresentada afirma uma noção de patrimônio natural ligada à estética da paisagem, a valores cênicos, e uma visão sistêmica em relação ao funcionamento da natureza, vinculando o valor universal excepcional à beleza, à ciência e à conservação.

Scifoni (2006, p. 58) observou o mesmo ao afirmar que, em âmbito internacional, a ideia de patrimônio natural consolidou-se como expressão de grandiosidade e beleza, fortemente vinculada à noção de monumentalidade e a uma preocupação estética, em geral associada à ausência da ação humana. A autora ainda destaca que, no caso brasileiro, essa concepção foi ampliada a partir de experiências regionais, em que o patrimônio natural passou a ser compreendido como conquista da sociedade, relacionado à preservação de práticas sociais e à valorização da memória coletiva. Dessa forma, no Brasil, a noção de patrimônio natural é entendida como integrada à vida humana, e não como algo alheio ou intocado pela ação social.

A partir dessa discussão, Scifoni (2006, p. 58–59) propõe refletir sobre a dupla significação atribuída ao patrimônio natural: de um lado, o princípio da monumentalidade, associado à ideia de intocabilidade; de outro, o princípio do cotidiano, que remete à natureza apropriada socialmente, vivida de maneira intensa e constituinte da memória coletiva, das histórias de vida e das práticas socioespaciais.

Essa tensão entre monumentalidade e cotidiano também se evidencia nos critérios de reconhecimento do patrimônio natural no cenário internacional. As primeiras definições da Convenção do Patrimônio Mundial eram ainda genéricas e apenas em 1977 foram detalhadas pelas Diretrizes Operacionais para Implementação do Patrimônio Mundial, que estabeleceram três dimensões centrais: o valor estético, associado a paisagens de extraordinária beleza; o valor ecológico, ligado à preservação da biodiversidade e de espécies em risco de extinção; e o valor científico, vinculado a formações e fenômenos relevantes para a compreensão da história natural do planeta (Scifoni, 2006, p. 65–66).

Entretanto, essa estratégia reforçava uma perspectiva elitista da excepcionalidade e da raridade, que acabou por consolidar a ideia de uma natureza “verdadeira”, intocada e de maior valor, em oposição a uma natureza “ordinária”, considerada degradável e passível de eliminação (*Idem*, p. 67). Essa hierarquização se refletiu, por exemplo, nas cidades onde remanescentes de vegetação nativa eram considerados intocáveis, enquanto áreas verdes urbanas de uso social intenso eram vistas como inferiores e, muitas vezes, sacrificadas sob o argumento de não constituírem cobertura original (Scifoni, 2006, p. 67).

Em contrapartida, no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990, ocorreram mudanças significativas na própria noção de patrimônio cultural, resultado da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do aumento da demanda social pelo tombamento de novos bens. Esse período foi marcado pela incorporação de referências culturais ligadas à diversidade étnica, à cultura popular, ao mundo industrial e também ao patrimônio natural, ampliando o campo de proteção e reconhecendo-o como espaço de afirmação de identidades coletivas (*Idem*, p. 68).

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira definiu a política nacional para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural e o Decreto 3551/2000 estabeleceu o registro do patrimônio cultural de natureza imaterial (Coutinho M. da Silva, 2012, p. 123). E Pereira (2008, p. 41) complementa as discussões sobre o tema ao apontar que

nesse documento, o patrimônio natural aparece como “sítios de valor paisagístico, paleontológico e ecológico”, indicando, de um lado, a valorização de aspectos estéticos e científicos, herança da noção de monumento natural do decreto-lei e de patrimônio natural da Unesco. Ao mesmo tempo, a constituição inova ao incorporar novos aspectos até então não invocados, como a possibilidade de a natureza ser reconhecida como bem portador de referências à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Já em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade no Congresso Nacional, que em relação ao planejamento urbano, definiu que “os principais instrumentos à disposição dos municípios são o Plano Diretor e as leis que disciplinam o loteamento, o uso e a ocupação do solo” (Coutinho M. da Silva, 2012, p.126). O documento também reforçou o princípio constitucional da função social da propriedade e das cidades e estabeleceu normas para o uso da propriedade urbana visando o bem-estar coletivo, a segurança dos cidadãos e o equilíbrio ambiental (Coutinho M. da Silva, 2012, p. 126).

É possível perceber que os debates sobre patrimônio foram aproximando-se à questão da proteção ambiental. A isso é importante acrescentar que o patrimônio natural também foi um tema amplamente debatido ao longo

do século XX a partir do campo da legislação ambiental. A primeira lei de proteção às florestas data de 1921, com a criação do Serviço Florestal do Brasil (SFBr), extinto em 1962. Entretanto, segundo Gamba e Costa Ribeiro (2017, p. 154)

Somente o Código Florestal de 1934 versou sobre a criação de parques nacionais, estaduais e municipais (BRASIL, 1934, art. 9). A Constituição de 1934 também dispôs sobre a proteção de “belezas naturais” no país e serviu como base para a criação das primeiras UCs no território brasileiro.

Em 1965, foi sancionado o segundo Código Florestal (Lei nº 4.771/1965) pelo governo de Castello Branco, que surgiu em resposta às pressões ambientalistas internacionais, inserido em um contexto de reforma administrativa do regime militar (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 149). Essa lei consolidou conceitos que ainda orientam a política ambiental, como a definição das Áreas de Proteção Permanentes (APPs), áreas, cobertas ou não por vegetação nativa, cuja função é preservar recursos hídricos, a biodiversidade, a estabilidade geológica e o bem-estar humano (Brasil, 1965). A Reserva Legal (RL) também foi incorporada como obrigação em propriedades privadas, ainda que sujeita a diferentes regulamentações posteriores, como a Medida Provisória nº 2.166-67/2001, que detalhou situações de utilidade pública e interesse social (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 149).

Apesar de sua importância, o Código Florestal de 1965 foi por décadas negligenciado, com sucessivos desmatamentos em APPs e RLs à medida que avançavam a agropecuária, a industrialização e a urbanização (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 150). Somente com a Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e com a Constituição de 1988, que dedicou o artigo 225 à proteção ambiental, o país estruturou uma base mais robusta para normatizar o uso condicionado da natureza (Mattos et al., 2025, p. 33). A Constituição de 1988 também representou um marco ao reconhecer o meio ambiente como direito fundamental (*Idem*).

Outros marcos importantes relativos a essa questão, foram, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), criada após a Conferência de Estocolmo de 1972, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), fundado em 1967, e posteriormente o IBAMA, em 1989. Essas instituições desempenharam papéis centrais na formulação e execução das políticas ambientais. Ainda que marcadas por disputas burocráticas e dificuldades de coordenação (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 152-153). Esses órgãos foram fundamentais para a implementação de instrumentos como o licenciamento ambiental, a Avaliação de Impacto Ambiental (Resolução CONAMA nº 001/1986) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

No campo penal, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) centralizou e uniformizou as sanções para infrações contra o meio ambiente,

reforçando a atuação do IBAMA e do Ministério Público no combate a práticas ilegais (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 153). Entretanto, como destacam Mattos et al. (2025, p. 33-34), a aplicação efetiva dessas normas enfrenta enormes desafios, como o desmatamento e a pressão de setores econômicos.

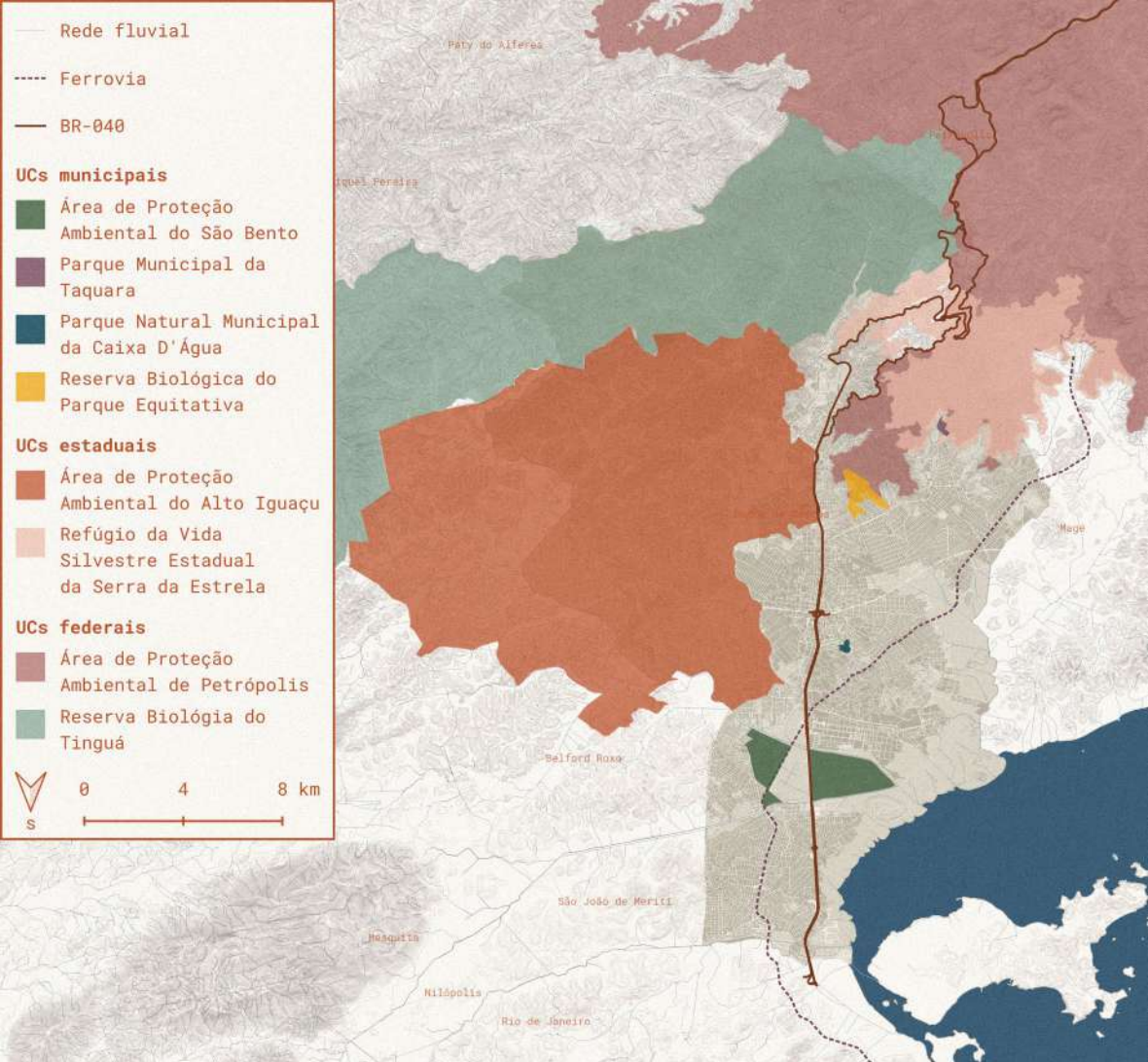
Em 2000 foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)⁹, que “estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UCs no Brasil, além de definir UCs como áreas naturais relevantes às quais devem ser garantidas a proteção (Brasil, 2000)” (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 155). O SNUC divide as categorias de UCs em dois grupos distintos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Esses grupos, além de características distintas, também são compostos por categorias referentes a cada um, sendo, no primeiro cinco e no segundo sete categorias.

Para o caso analisado nesse trabalho é importante comentar sobre as Unidades de Uso Sustentável, “que tem por objetivo compatibilizar a conservação ambiental com uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 155) e no qual está inserida a categoria de Área de Proteção Ambiental (APA). As APAs, então, têm como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e podem incluir áreas privadas (Brasil, 2000). Gamba e Costa Ribeiro (2017, p.155) reforçam como fundamentais à gestão da UC o conselho gestor e o plano de manejo, que segundo o SNUC, deve ser produzido dentro do prazo de cinco anos a partir da data de sua criação, mesmo assim, verifica-se que muitas das existentes não possuem nenhum dos dois. A criação do novo Serviço Florestal Brasileiro, em 2006, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007, representaram um esforço de especialização institucional, sobretudo no campo das UCs (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 153).

No município de Duque de Caxias existem oito UCs [Figura 6]. Entre as UCs municipais encontra-se a APA São Bento que faz parte do recorte estudado. É interessante comentar que a APA São Bento se superpõe ao tombamento do complexo da Fazenda do Iguaçu, e o cenário geral do caso ilustra as interações e entrecruzamentos dos instrumentos de preservação, tanto no âmbito do IPHAN ou da legislação ambiental, e destaca ainda o papel importante do Plano Diretor, questões que serão abordadas mais à frente.

Retornando ao cenário nacional, em 2012 foi realizada uma revisão do Código Florestal, com a promulgação da Lei nº 12.651, que representou um momento de inflexão. Apesar da intensa mobilização social e de vetos presidenciais, prevaleceu a força política da bancada ruralista, consolidando interesses do agronegócio (Gamba; Costa Ribeiro, 2017, p. 156-158). Entre

⁹ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.



[Figura 6]

Áreas de proteção ambiental municipais e estaduais de Duque de Caxias. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024).

as mudanças, destaca-se a criação do conceito de “área rural consolidada”, que, na prática, anistiou desmatamentos anteriores a 2008 e reduziu a obrigatoriedade de recomposição da vegetação em APPs (*Idem*). A revisão resultou em ampla flexibilização da legislação, com graves implicações para a biodiversidade, os trabalhos ecossistêmicos e a qualidade de vida humana (*Idem*).

Assim, percebe-se que a legislação ambiental brasileira percorreu um caminho de avanços institucionais e normativos, mas também de retrocessos e flexibilizações motivados por pressões políticas e econômicas. A Constituição de 1988 permanece como marco fundamental, seja na questão da legislação ambiental ou do patrimônio natural, ao estabelecer o direito ao meio ambiente equilibrado como direito de todos e dever do Estado. Contudo, a efetividade dessa garantia depende de fiscalização rigorosa, de instituições fortalecidas e da resistência às pressões que buscam relativizar a proteção ambiental.

Sobre justiça ambiental

O debate sobre justiça ambiental no Brasil deve ser compreendido a partir do modo como ocorreu historicamente a apropriação do território. Desde a conquista colonial, passando pela ocupação das terras indígenas e pela exploração econômica conduzida pela metrópole portuguesa, constituiu-se uma territorialidade capitalista marcada pela concentração do poder sobre a terra e a população. Como destacam Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 121), “o trabalho de muitos fez do território um mundo para poucos”, evidenciando a articulação do controle sobre o espaço e o exercício do poder social.

Nesse processo, práticas de uso comum presentes em terras indígenas e quilombos, foram progressivamente restringidas pela lógica do mercado em expansão. A Lei de Terras de 1850 e a constituição das relações sociais capitalistas consolidaram a propriedade privada como condição básica da exploração do trabalho livre (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 121). A expansão desse modelo resultou não apenas na destruição de formas sociais não capitalistas de apropriação do espaço, mas também no desequilíbrio do metabolismo ecológico, como o desmatamento de margens de rios, assoreamento de corpos d’água e a construção de grandes barragens em nome do “progresso” (*Idem*, p. 122-123).

No século XX, a industrialização aprofundou a relação entre exploração do território e degradação ambiental. A aceleração da produção, característica do fordismo periférico, entrou em choque com os ritmos de regeneração dos ecossistemas, gerando graves consequências ambientais e sociais (*Idem*, p. 123). Ainda que as lutas por terra, água ou seringais antecedam a formulação contemporânea da questão ambiental, essas disputas já

expressavam alternativas de apropriação da base material da sociedade, posteriormente incorporadas pelo discurso ambiental (*Idem*, p. 124).

A partir dos anos 1980, com a crise do modelo desenvolvimentista e o enfraquecimento da regulação estatal, emergiram novas mobilizações sociais que passaram a articular demandas ambientais e sociais. Essas lutas evidenciaram que a questão ecológica não se reduz a um problema técnico ou mercadológico, mas expressa um conflito político em torno de diferentes formas de apropriação da natureza (*Idem*, p. 129-130). Desse embate derivam duas configurações territoriais contrastantes, de um lado, o território do mercado, regido pela apropriação privada e por esquemas produtivos ambientalmente agressivos e, de outro, territorialidades diversas construídas pelas lutas sociais que buscam reinventar modos de vida e resistir à expropriação (*Idem*, p. 143).

Nesse contexto foi formulada a noção de injustiça ambiental na qual, conforme apontam Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 8), são as áreas de maior privação socioeconômica, muitas vezes habitadas por populações indígenas, negras ou empobrecidas, que concentram os impactos ambientais mais severos, como ausência de saneamento, moradia em áreas de risco, exposição a depósitos tóxicos e degradação ambiental. A noção de injustiça ambiental, portanto, designa a imposição desproporcional desses riscos a grupos sociais mais vulneráveis, enquanto a de justiça ambiental surge como contraponto, projetando um quadro em que tais desigualdades sejam superadas (*Idem*, p. 9).

Nos anos 1990, sob a hegemonia neoliberal, difundiu-se a ideia de que o mercado seria capaz de resolver a questão ambiental de maneira eficiente, ainda que isso significasse transferir sistematicamente os danos aos países e grupos mais pobres (*Idem*, p. 13). Essa concepção se materializou na chamada “modernização ecológica” que apostava em soluções tecnológicas e no livre mercado, mas desconsiderava a desigualdade social subjacente (*Idem*, p. 14-15). Em oposição, a perspectiva da justiça ambiental propõe o reconhecimento do direito de todos a um meio ambiente seguro e produtivo, considerando-o em sua totalidade, ou seja, com suas dimensões ecológica, social, econômica e cultural (*Idem*, p. 16-17).

O movimento por justiça ambiental, inicialmente organizado nos Estados Unidos a partir dos anos 1980, inspirou lutas que articulam direitos civis, sociais e ambientais em torno da equidade geográfica, ou seja, da denúncia da concentração dos passivos ambientais em territórios habitados por populações vulnerabilizadas (*Idem*, 2009, p. 17). No Brasil, esse movimento adquiriu centralidade ao politizar a relação entre ambiente e sociedade, incorporando a dimensão do racismo ambiental como eixo fundamental de análise (*Idem*, p. 25).

Além de denunciar a distribuição desigual da poluição e dos riscos, a justiça ambiental dialoga com a agenda da “transição justa” ao buscar formas de

superar a poluição sem penalizar trabalhadores e populações periféricas dependentes de atividades poluentes (*Idem*, 2009, p. 29). Isso reforça o ponto de que a superação da injustiça ambiental não se dará por soluções técnicas ou de mercado, mas pela ação política e pela democratização permanente dos processos de decisão (*Idem*, p. 30).

Cabe destacar que a seletividade no cumprimento da legislação ambiental constitui um dos mecanismos mais recorrentes de reprodução da injustiça. A legislação, como visto anteriormente, existe e é em parte bem elaborada, mas sua aplicação é flexibilizada quando os atingidos são os grupos sociais mais frágeis (*Idem*, p. 32).

Nesse sentido, a reflexão em torno da justiça ambiental abre caminho para compreender a emergência dos conflitos ambientais. Se a noção de justiça ambiental explicita o caráter social e político das disputas em torno da natureza, os conflitos ambientais revelam os processos concretos nos quais se materializam essas desigualdades, mostrando como diferentes formas de apropriação do território se chocam e produzem embates que articulam dimensões ecológicas, sociais e políticas.

De acordo com Acselrad (2004a, p. 15-17), os conflitos ambientais devem ser compreendidos como disputas enraizadas na relação entre mundo social e sua base material, na qual práticas técnicas, sociais e culturais de apropriação do território se entrecruzam. Desse modo, eles se configuram como confrontos políticos e simbólicos em torno da legitimidade de usos, significados e destinações do espaço. Essa perspectiva amplia a questão ambiental ao evidenciar que noções como “sustentabilidade” são constituídas como arenas de disputa, apropriadas por diferentes atores sociais que, ao invocá-las, buscam legitimar projetos distintos de desenvolvimento (Acselrad, 2004a, p. 17).

A heterogeneidade dos agentes envolvidos também complexifica esses embates. Assim, empresas privadas, órgãos do Estado, comunidades locais, movimentos sociais e populações tradicionais mobilizam discursos diversos e recursos desiguais para defender suas posições. Como aponta Acselrad (2004a, p. 22-24), a ciência e o Estado desempenham um papel central na definição dos contornos desses conflitos, ao mesmo tempo em que podem conferir legitimidade a determinados empreendimentos por meio de pareceres técnicos ou dispositivos normativos, também podem despolitizar lutas sociais. Nesse processo, os conflitos ambientais deixam de ser apenas disputas sobre “impactos” e tornam-se embates sobre a própria legitimidade das narrativas que fundamentam as formas de apropriação do território.

Acselrad (2004a, p. 28-29; 2004c, p. 7-10) ressalta que esses conflitos emergem quando os impactos indesejáveis sobre o solo, a água ou o ar comprometem a coexistência de diferentes usos e modos de vida. Em outras palavras, são situações em que atividades produtivas, geralmente de grande escala, colocam em risco as condições de reprodução material e simbólica

de comunidades locais, transformando o ambiente em espaço de disputa. A expressão desses embates varia podendo ocorrer em torno da instalação de grandes empreendimentos, da contaminação de recursos hídricos, da apropriação de áreas de uso comum ou da imposição de formas de ocupação que desestabilizam modos de vida preexistentes.

No Brasil, a visibilidade desses conflitos aumentou a partir dos anos 1980, mas foi acentuado na década de 1990, em meio à difusão do ideário neoliberal e à consolidação de práticas como a terceirização das atividades de fiscalização e a elaboração de estudos de impacto ambiental frequentemente insuficientes. Esse contexto contribuiu para a formação de verdadeiras zonas de sacrifício, localizadas em áreas habitadas por populações de baixa renda e com limitado acesso a recursos políticos, revelando o caráter desigual da distribuição espacial dos riscos e danos ambientais (Acseirad, 2004c, p. 12-13).

Nessas condições, o licenciamento ambiental se consolidou como um dos principais instrumentos de gestão, mas mostrou-se incapaz de assegurar a proteção dos grupos mais vulneráveis sem o fortalecimento institucional das agências públicas e sem a ampliação da participação social (Acseirad, 2004c, p. 15). A insuficiência desses mecanismos expõe a dimensão política dos conflitos ambientais, que, longe de se restringirem a questões técnicas de regulação, expressam embates em torno de modelos de desenvolvimento e projetos de sociedade.

É possível perceber que os conflitos ambientais, principalmente por sua dimensão política, apresentam relação com a discussão sobre risco e vulnerabilidade. O conceito de risco não pode ser reduzido a um dado puramente técnico, pois também se refere a uma construção social historicamente situada. Desse modo, a crença de que o desenvolvimento técnico-científico poderia garantir uma sociedade imune a riscos foi desconstruída pelo aumento da ocorrência de desastres e pela própria crise ambiental. Isso porque os riscos são constitutivos da sociedade contemporânea e se manifestam em função das ações predatórias desenvolvidas no território, afetando indivíduos, bens, estruturas e culturas de modo desigual (Canil et al., 2021, p. 3-4).

Essa desigualdade se expressa tanto na percepção quanto na experiência concreta do risco. Grupos sociais distintos o compreendem e vivenciam de modos diversos a depender de sua posição socioeconômica, da cultura e das condições históricas de ocupação do território. No Brasil, áreas de risco correspondem majoritariamente a assentamentos precários, onde populações de baixa renda se encontram mais expostas a perdas materiais, patrimoniais e mesmo à integridade física (Canil et al., 2021, p. 4).

Isso reforça que a vulnerabilidade deve ser compreendida não apenas em termos técnicos de infraestrutura, mas como resultado de processos históricos de desigualdade e de disputas em torno do uso e da destinação

dos recursos ambientais (*Idem*). Trata-se de um deslocamento deliberado do risco, realizado por decisões políticas e econômicas que transferem seus efeitos dos grupos mais beneficiados para populações marginalizadas ou, ainda, para gerações futuras (*Idem*).

Essa discussão abre caminho para a aproximação ao debate sobre mudanças climáticas, no qual a noção de justiça climática se apresenta como desdobramento da justiça ambiental. Nas áreas urbanas, eventos extremos, como inundações e deslizamentos, afetam com maior severidade as populações residentes em assentamentos precários, que acumulam desvantagens socioeconômicas e institucionais. É nesse contexto que a democratização do conhecimento técnico e dos processos decisórios se torna uma exigência, de modo a garantir que tais grupos não sejam apenas objetos, mas sujeitos ativos do planejamento urbano e das políticas de adaptação (Canil et al., 2021, p. 4).

No cenário internacional, a justiça climática tem emergido como um paradigma transformador, justamente por articular as dimensões éticas, sociais e políticas da crise climática. Essa perspectiva parte do reconhecimento de que os impactos das mudanças climáticas não são distribuídos de forma homogênea e recaem de modo desproporcional sobre populações vulneráveis, intensificando desigualdades pré-existentes (Guevara-Cue, 2025, p. 1). Sua finalidade é a busca por uma repartição equitativa dos custos e benefícios da ação climática, incorporando a responsabilidade histórica pelas emissões, a atenção às vulnerabilidades atuais e a consideração das necessidades das futuras gerações (*Idem*).

O movimento por justiça climática, que também remonta às lutas por justiça ambiental nos Estados Unidos, ampliou-se em escala e escopo, tornando-se uma referência central para os debates globais (Guevara-Cue, 2025, p. 2). Contudo, a aplicação de modelos derivados do Norte Global encontra limites evidentes quando transplantada para o contexto latino-americano. A região carrega marcas históricas de colonialismo, extrativismo e profundas desigualdades sociais que, como abordado anteriormente, moldam percepções específicas de justiça e vulnerabilidade (*Idem*, p. 3). Políticas climáticas que desconsideram tais particularidades correm o risco de agravar injustiças, marginalizar ainda mais comunidades e fragilizar modos de vida locais (*Idem*, p. 4).

Nesse sentido, a justiça climática na América Latina, assim como a justiça ambiental, demanda uma leitura atenta às condições históricas e institucionais da região. Isso implica reconhecer a vulnerabilidade social como uma construção histórica, associada a padrões de segregação territorial, dependência econômica e fragilidade institucional. Também exige a incorporação de paradigmas alternativos que propõem visões de desenvolvimento distintas da lógica de crescimento econômico ilimitado (Guevara-Cue, 2025, p. 4).

Ao mesmo tempo, operacionalizar a justiça climática requer considerar não apenas a dimensão distributiva, quem ganha ou perde, mas também a processual, relativa à forma como as decisões são tomadas, e a de reconhecimento, ligada à valorização dos saberes locais e da diversidade epistemológica (Guevara-Cue, 2025, p. 5). Em síntese, a luta por justiça ambiental e climática representa uma contestação direta do modelo de desenvolvimento dominante e, ainda mais, uma disputa por um horizonte de transformação social. Isso significa fortalecer instituições públicas, ampliar os mecanismos de participação e construir políticas que articulem direitos humanos, justiça social e proteção ambiental, rompendo com visões puramente tecnocráticas de gestão climática (*Idem*).

PARTE 2. CASO REFERÊNCIA - OCUPAÇÃO DA MARGEM DO RIO IGUAÇU NO BAIRRO SÃO BENTO

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. (Santos, 1996, p. 186)

A TERRA TIRADA DAS ÁGUAS, A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

Rios, de centralidade a periferia

O território abordado integra a região da Baixada Fluminense ou Recôncavo da Guanabara nomenclatura que, como abordado anteriormente, é proveniente de sua formação geofísica e natural. Localizado entre a serra e o mar, trata-se de um território abundante em águas onde os maiores rios descem da Serra do Mar com grande velocidade e que ao encontrarem a baixada perdem energia e passam a meandrar, logo chegando aos manguezais que atravessam como meandros de maré (Amador, 1992, p. 206-207) até desembocarem na baía de Guanabara.

O rio Iguaçu, do tupi rio grande, tem uma extensão de 43 km e é um dos principais rios do território do atual município Duque de Caxias. Suas nascentes estão na Serra do Tinguá, a uma altitude de cerca de 1000 m de onde desenvolve seu curso no sentido sudeste, delimitando a fronteira com os municípios de Nova Iguaçu e Belford Roxo e passando pelos bairros Amapá, Cidade dos Meninos e Pilar até o bairro São Bento, onde desagua na Baía de Guanabara. O rio Iguaçu integra a bacia hidrográfica Iguaçu/Sarapuá [Figura 7] que possui uma área de drenagem de 727 km² e abrange os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e São João de Meriti. A região da baixada proporciona ainda um desnível de 1600 m do ponto mais alto do rio até a planície da bacia (COPPE, 2014, p. 123).

A paisagem da região da baixada, desde antes da chegada dos colonizadores, era marcada pela presença de manguezais que se estendiam por quase todo o litoral assegurando a produtividade da baía (Amador, 1992, p. 201), visto que são considerados os berçários do mar por oferecem boas condições para a reprodução de diversas espécies. Junto a isso, a mata atlântica e os rios, essa vegetação primitiva representava uma riqueza no período pré colonial (Amador, 1992, p. 204) que justificava a presença de Sambaquianos¹⁰ e posteriores populações indígenas¹¹ que viviam da pesca e coleta.

A partir do período colonial a ocupação do território, que hoje constitui em parte o bairro São Bento, segue o ocorrido na maior parte do território brasileiro, a expropriação das terras ocupadas pelos povos originários (Souza, 2023, p. 36). Após a fundação oficial da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, foram feitas diversas incursões aos territórios indígenas do recôncavo da Guanabara para “limpar o termo da cidade” garantindo a colonização de terras que ainda não estavam efetivamente controladas, com a finalidade de consolidação da conquista lusitana (Abreu, 2010, p. 164). Assim, no mesmo ano, após a invasão do território tupinambá pelos portugueses, houve a doação dessas terras indígenas como sesmarias à Cristóvão Monteiro¹².

Logo foi percebido que, para consolidação da conquista colonial, seria essencial a ocupação dessas terras, principalmente nas cercanias da Baía de Guanabara. Assim, as primeiras ocupações colonizadoras foram realizadas ao sul da Baía e, a partir de 1567, para o oeste, o norte, o leste e para os sertões cariocas (Souza, 2023, p. 36). No contexto do mercantilismo em que se enquadrava a colonização do Brasil, colonizar implicava “ocupar territorialmente uma região, explorá-la economicamente, produzindo riquezas para ampliar o desenvolvimento econômico da metrópole” (Amador, 1992, p. 219).

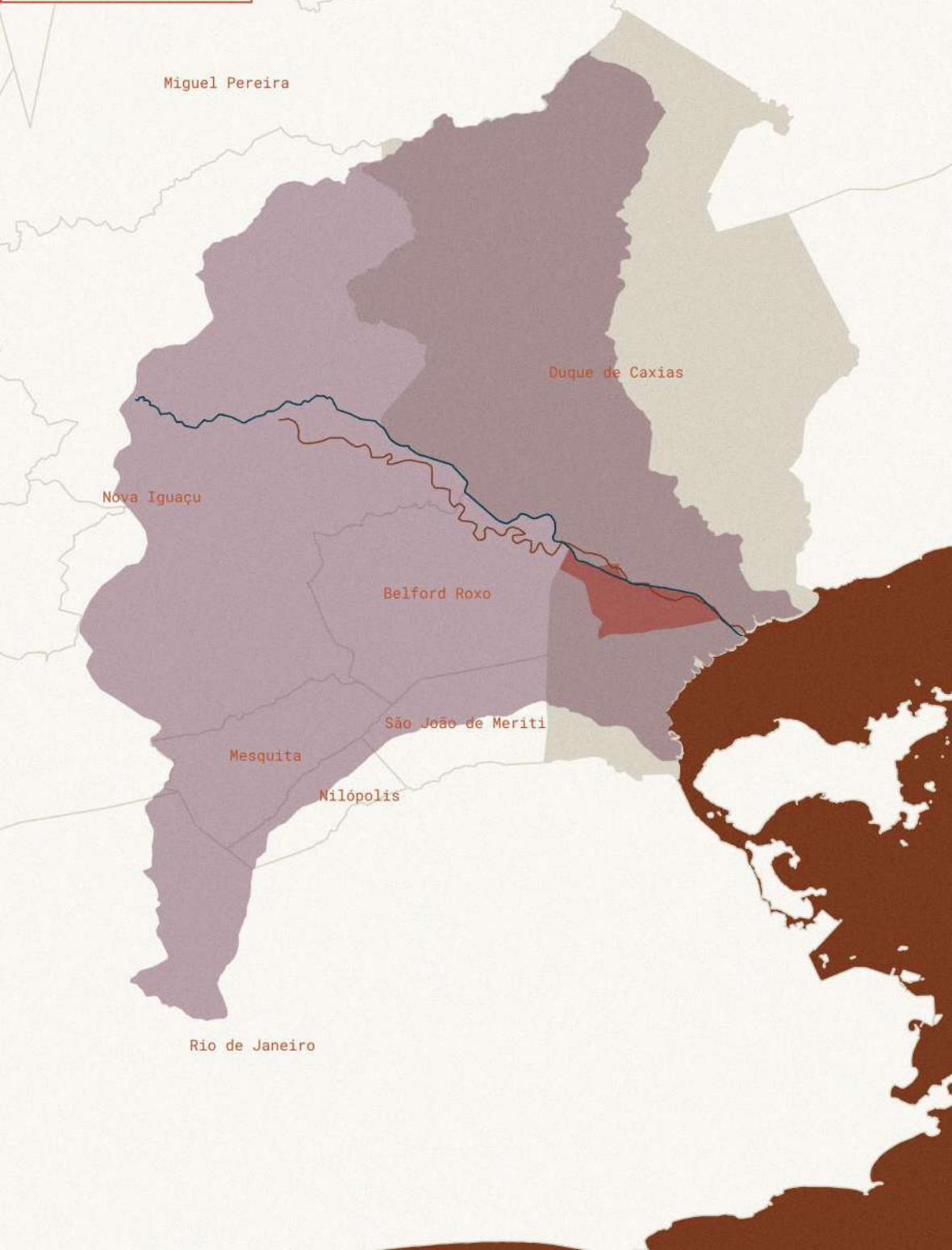
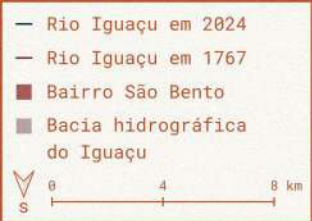
10 Os povos das conchas, povo Una, ou Sambaquianos, foram os primeiros habitantes das cercanias da Baía de Guanabara e também os que imprimiram as primeiras paisagens humanas no território, caracterizado pelo erguimento de montes de conchas em áreas praieiras ou em planícies. Atualmente, no território da Fazenda de Iguaçu estão localizados cinco sítios arqueológicos registrados pelo IPHAN: Sambaqui São Bento I e II; Sambaqui do Iguaçu; Sambaqui do Sarapuí ou da Marquesa de Santos; e Sambaqui do Amapá (Souza, 2023, p. 34).

11 O território foi ocupado por populações tupis advindas do Amazonas por volta de 3 a 2 mil anos A.P.

12 “Desbravador” lusitano e vicentino, Cristóvão Monteiro era um rico cavaleiro da Casa Real Portuguesa. Foi vereador em 1568 e em 1572 e ouvidor da cidade e capitania por três anos.

[Figura 7]

Bacia hidrográfica Iguaçu com o rio Iguaçu primitivo e atual destacados. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados geoinformacionais (2024) e carta topográfica de 1767.



Assim, marcando o início dessa ocupação colonizadora no oeste da Baía de Guanabara, no mesmo ano começaram os processos de instalações de propriedades assentadas por colonos portugueses no território localizado às margens do principal rio da região, o Iguaçu. Souza (2023, p. 37), complementa:

A presença estratégica desses homens com experiências anteriores no enfrentamento e escravização indígena, com poderio econômico e experiência na defesa do território colonial, era fundamental para a consolidação do domínio lusitano no norte e oeste das cercanias da Baía de Guanabara.

Na década de 1570, Cristóvão Monteiro estabeleceu a Fazenda do Iguaçu, com a sede assentada entre os rios Iguaçu, Sarapuí e Pilar. Segundo Souza (2023, p. 38),

Na Fazenda do Iguaçu foi erguida uma casa de vivenda, uma edificação de grande porte, térrea com telha. É possível que os Monteiros tenham erguido uma capela, ou um oratório, no interior do casarão, como era costumeiro. Além da produção desenvolvida pelos tupis, Monteiro instalou roças, engenho açucareiro e alambique na propriedade.

Vale destacar que o território já possuía olarias dos indígenas que foram incorporadas nas atividades produtivas da fazenda.

Em 1591, as terras em Iguaçu foram vendidas e doadas para a Ordem do São Bento, que acabara de se instalar no Rio de Janeiro (Souza, 2023, p. 38) e utilizou as terras para produção agrícola. Entre outros benefícios, os beneditinos também receberam isenções tributárias, arrendamento de terras e de portos, comercialização de africanos escravizados e larga comercialização da produção agrícola (*Idem*, p. 39).

A expansão da monocultura da cana-de-açúcar foi o fator central na ocupação do recôncavo da Baía de Guanabara, aproveitando os terrenos baixos e suavemente ondulados para a instalação de grandes fazendas. Desde os séculos XVI até XVIII, esse processo provocou um intenso desmatamento na região da baixada costeira, onde as matas eram derrubadas ou queimadas para abrir espaço às plantações, além de fornecerem madeira para construções e lenha para os engenhos. Apenas as florestas localizadas nos contrafortes da Serra do Mar e nos pontos mais elevados foram preservadas. As áreas alagadiças (várzeas, brejos e manguezais) foram drenadas por meio de canais mantidos pela mão de obra escrava, inicialmente indígena e, depois, formada predominantemente por africanos escravizados com o avanço do ciclo açucareiro (Amador, 1992, p. 219).

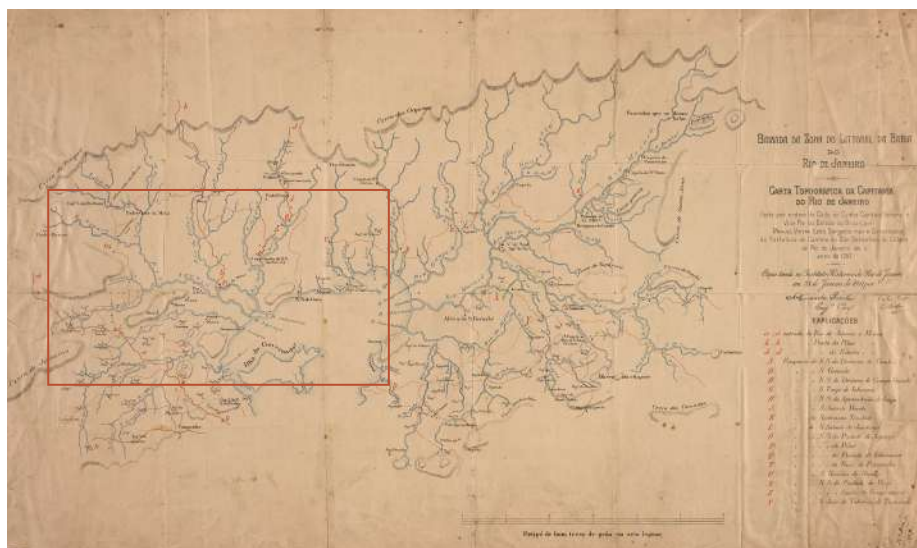
Segundo Souza (2023, p. 41), “pelas vias fluviais circulava toda a produção rural até o Mosteiro de São Bento, na ermida da Conceição, com destinação

tanto para a exportação, quanto para o abastecimento da cidade portuária do Rio de Janeiro”. Nesse sentido, os rios, que representavam o único acesso ao interior do recôncavo (Amador, 1992, p. 219), desempenharam um papel determinante na ocupação do território e escoamento da produção de açúcar produzido nos engenhos. Essa extensa rede fluvial constituía uma via de transporte importante e eficiente fazendo com que a região integrasse, posteriormente, os “Caminhos do Ouro” e servisse, também, de ligação entre a metrópole e regiões cafeeicultoras. A utilização dos rios para o transporte de mercadorias e o intenso fluxo proporcionou o surgimento dos primeiros aglomerados urbanos ao redor dos portos fluviais, sendo Pilar e Estrela [Figura 8] [Figura 9] os mais importantes.

De acordo com Amador (1992, p. 219), a expansão da cana-de-açúcar no recôncavo fluminense teve impactos diretos sobre a cidade do Rio de Janeiro, que passou a assumir um papel estratégico como porto de escoamento da produção açucareira da região da Guanabara, consolidando-se, assim, como o principal centro comercial da capitania. Nesse processo, a Baixada Fluminense adquiriu a função de território intermediário, ou o “meio do caminho”, articulando os fluxos entre os engenhos do interior e o porto da capital. Essa dinâmica pode ser observada no mapa [Figura 10] que ilustra a organização do sistema de escoamento por meio das vias fluviais e a distribuição dos principais núcleos produtores e suas conexões com os portos.

Relatos de viajantes do século XIX ajudam a demonstrar a centralidade exercida pelos rios e os portos no transporte de mercadorias. Além disso, também abordam a admiração em relação a paisagem marcada pela vegetação “brilhante, luxuriante e vigorosa” (Sain-Hilaire, 1974). Eram destacados ainda a riqueza de espécies animais e plantas nos pântanos que margeavam os rios [Figura 11]. Em visita ao aldeamento de Iguaçu, John Luccock (1975 [1820], p. 225) fez o seguinte relato:

O Iguazú é um belo rio, largo e profundo, que corre por um leito extraordinariamente meandroso. Estando normal o estado da atmosfera a correnteza é forte; na estação das chuvas, corre ela com grande impetuosidade, desbarrancando por largo trecho suas ribanceiras. São estas de ambos os lados cobertas de altas plantas aquáticas, cujos sucos contribuem ainda mais para tingir as águas que desde suas nascentes já são turvas. Quando vem as enchentes, êsses campos de vegetais são solapados com suas raízes pelas águas turbulentas, arrastados rio abaixo pela correnteza e, atirados a praia próximo da foz, servem para dilatar os pântanos em que nasceram; pelas estações mais tranquilas, ficam as ervas eretas, formando como que uma alameda de caules espigados. com curiosas cabeças arredondadas, que servem de abrigo a inúmeras aves aquáticas. Cêrca de cinco milhas a montante de sua



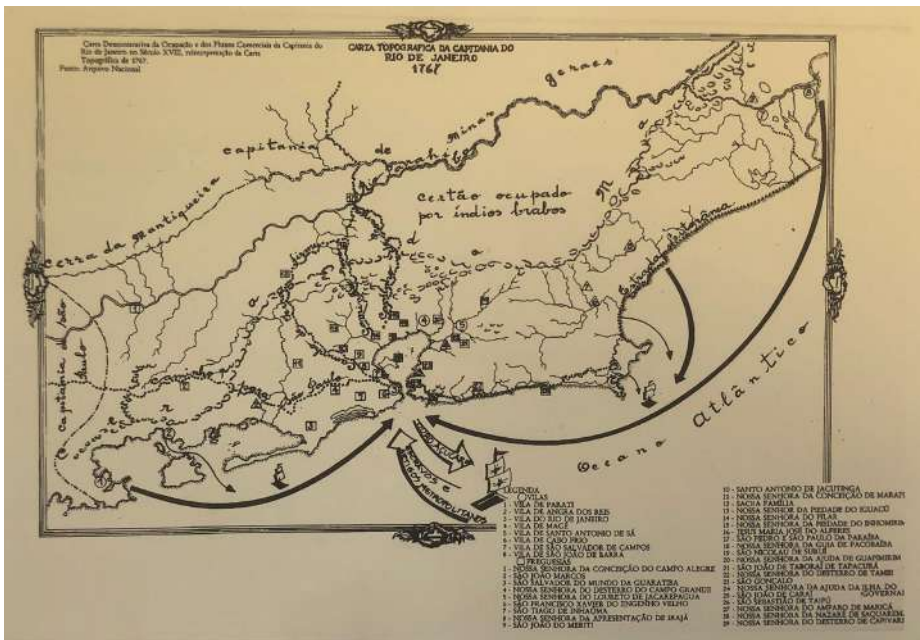
[Figura 8]

Carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro, Manuel Vieira Leão, 1767 e aproximação no Rio Iguaçu. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.



[Figura 9]

Porto Estrela, Rugendas, 1835. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.



[Figura 10]

Carta demonstrativa da ocupação e dos fluxos comerciais da Capitania do Rio de Janeiro no século XVIII, reinterpretação da Carta Topográfica de 1767. Fonte: Exposição permanente Museu Vivo do São Bento.

embocadura é êsse rio alcançado pelo Pilar, que vem de nordeste, já tendo passado por junto de umas poucas casitas e um grande edifício que formam a aldeia o mesmo nome. Duas milhas mais acima, alcança-se o primeiro ponto em que as barrancas são firmes e ali, à mão esquerda, encontra-se um pequeno convento beneditino, agradavelmente situado à sombra de portentosa montanha, mas suas terras em tal estado de abandono que se tem a impressão de ser seu principal objetivo a manutenção de uma “venda” e de uma vastolândia; talvez, aliás, seja bastante que ambos êsses tragam qualquer proveito.

Nesse relato também é citado brevemente o estado das terras da Fazenda do Iguaçu [figura 12] no início do século XIX. Durante esse período, sob a gestão da ordem beneditina, intensificou-se o desmatamento de áreas naturais para a produção de carvão vegetal, ao mesmo tempo em que diversas comunidades quilombolas se consolidaram em seu interior, como o Quilombo do Bomba, que estava situado nas margens do Rio Iguaçu, em área de inundação e manguezal, onde atualmente é denominado Campo do Bomba. Parte do mais famoso complexo quilombola do Rio de Janeiro, conhecido como Hidra de Iguaçu, sua comunidade vivia da “pesca, da cata do caranguejo, da caça e da produção de carvão. Como era costumeiro na época, os quilombolas cobravam tributos pela passagem em seu território e recebiam acoitamento dos escravizados da Fazenda do Iguaçu” (Souza, 2023, p. 42).

O apelido de Hidra de Iguaçu foi atribuído em 1876 pelo Ministro da Justiça do Império, pela forte resistência dos quilombos iguaçuanos às expedições do governo imperial que visavam sua destruição durante todo o século XIX (Souza, 2023, p. 42). Essas expedições eram detalhadamente planejadas, visto que sua capacidade de fuga era amplamente conhecida. Os quilombolas, a partir da rede de solidariedade local e também do conhecimento do território, utilizavam as condições naturais da região, como as marés e os rios, para fugir quando havia um ataque iminente, depois retornavam (*Idem*). Isso evidencia uma forma de resistência baseada em uma relação com a natureza que não se limitava à sua exploração como recurso, mas a incorporava como parte integrante da vida e da estratégia de ocupação. Essa experiência de enfrentamento e autonomia da luta dos quilombolas compõe uma parte essencial da história das lutas dos trabalhadores que viveram na Baixada Fluminense desde os tempos coloniais (Bezerra et al., 2020, p. 330).

Ao contrário dos quilombolas, a relação com a natureza por parte da administradores beneditinos era de uma exploração extensiva, não somente dos recursos naturais como também dos humanos. A força de trabalho que sustentava a produção e a circulação de bens na fazenda era composta majoritariamente por africanos e indígenas escravizados ou servis (Souza,



[Figura 11]

Rio Inhomirim, Rugendas, 1835. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

2023, p. 41). Esses fatores contribuíram para a degradação acelerada dos ecossistemas da região, como observado por Amador (1992, p. 223), que destaca o esgotamento das áreas de mata atlântica e a redução dos manguezais, intensamente utilizados, especialmente durante a ampliação dos engenhos de açúcar e, mais tarde, com a introdução do café como nova base econômica.

Nesse contexto, a ocupação da Baixada Fluminense foi marcada por uma lógica predatória, na qual o avanço das frentes agrícolas e a construção de caminhos em direção ao planalto levaram ao colapso de importantes funções ecológicas da região (Amador, 1992, p. 223). A destruição dos ecossistemas periféricos da Baía de Guanabara, responsáveis por regular as cheias e escoar as águas fluviais, teve consequências diretas tanto para o equilíbrio ambiental quanto para a própria vida urbana, que passou a conviver com enchentes frequentes, um reflexo do modelo de ocupação colonial e pós-colonial voltado à exportação e ao lucro imediato, desconsiderando os limites naturais e os impactos sociais de longo prazo. Ainda que o Brasil tenha deixado de ser formalmente uma colônia, manteve-se um regime de dependência e espoliação ambiental típico do neocolonialismo, como revelam os efeitos devastadores do ciclo do café sobre a paisagem, no qual os desmatamentos em larga escala atingiram os principais maciços florestais da Guanabara e suas encostas, provocando erosão, assoreamento de rios e alterações irreversíveis na dinâmica hidrográfica (*Idem*, p. 223–224).

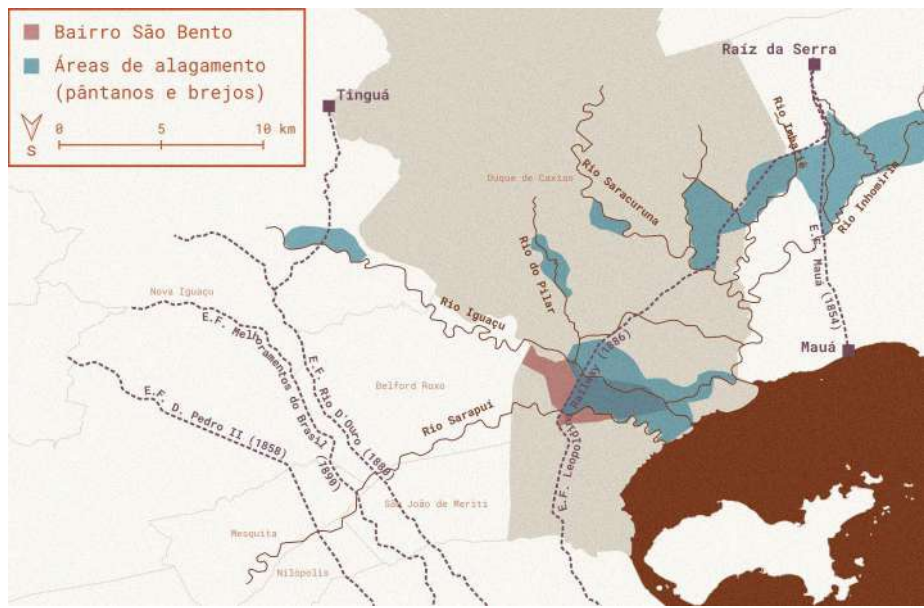
Durante esse mesmo período, enquanto os rios ainda desempenhavam papel central no transporte de mercadorias, havia interesse na sua manutenção, feitos em sua maioria por trabalhadores escravizados das fazendas da região. A partir do século XIX, no entanto, as primeiras ferrovias ^[Figura 13] começaram a ser implantadas, promovendo uma mudança profunda no sistema de transportes. Consideradas mais modernas e lucrativas, as linhas férreas não apenas desencadearam o abandono gradual dos portos fluviais, como também interferiram diretamente no relevo da região, aterrando áreas alagadas, bloqueando canais naturais e desorganizando os fluxos de drenagem. Isso porque a construção dos trilhos, além de provocarem a extração de lenha para os dormentes, eram construídos acima do terreno original, o que favorecia a formação de áreas alagáveis e, também, a disseminação de doenças. Como coloca Alves (2020, p. 98) “às margens dos trilhos, estendiam-se os imensos tapetes verdes da malária, que se alastravam tão rápido quanto as locomotivas”.

O desmonte dessa rede fluvial resultou assim, na transformação na organização espacial da região, que teve as atividades comerciais deslocadas dos portos, agora em ruínas, para o entorno das ferrovias. Em consequência, as vilas comerciais que haviam prosperado junto aos portos, articulando o Rio de Janeiro às zonas produtoras do interior, conheceram uma rápida decadência com o fim do ciclo do café, a abolição da escravidão e a exaustão das terras da baixada submetidas a séculos de uso predatório (Amador,



[Figura 12]

Fazenda do Iguaçu, 1922. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.



No mapa é possível observar a formação de áreas alagadiças nas interseções entre as ferrovias e os cursos d'água. As ferrovias construídas nesse período, com exceção da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, tinham como principal finalidade o escoamento da produção cafeeira.

*** Estrada de Ferro Mauá (1854):**
Primeira ferrovia do Brasil.

*** Estrada de Ferro Dom Pedro II (1858):** Posteriormente renomeada como Central do Brasil.

*** Estrada de Ferro Rio D'Ouro (1880):** Construída com a finalidade de apoiar as obras das adutoras responsáveis pelo abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, a partir dos mananciais da Serra do Tinguá, na Baixada Fluminense. Foi incorporada à Central do Brasil em 1928.

*** Leopoldina Railway (1886):**
Embora inaugurada em Minas Gerais

em 1874, a data de 1886 refere-se à inauguração da estação Merity (atual Duque de Caxias), representando o início do trecho da Linha Norte que atravessa o atual município de Duque de Caxias. A estrada de ferro estabeleceu pontes em estrutura metálica no principais rios da região: Meriti, Sarapuí, Iguaçu e Saracuruna. Atualmente, integra o ramal Saracuruna da SuperVia.

*** Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil (1890):** Incorporada à Central do Brasil em 1903, passando a se chamar Linha Auxiliar.

[Figura 13]

Relação estradas de ferro e rios até 1890. Fonte: adaptado de Santos et al (2020, p. 10).

1992, p. 227).

Diante disso, é fundamental retomar o papel central do rio Iguaçu, cuja história e importância para a região data de muito antes da chegada dos colonizadores¹³. Como apontam Capilé e Sedrez (2024, p. 119), o trabalho desempenhado pelos rios se entrelaça ao dos humanos, participando ativamente da construção dos espaços urbanos de troca e produção, inclusive na capital imperial do Brasil. Essa intersecção entre elementos naturais e ação humana permite compreender o processo de urbanização da Baixada Fluminense sob uma perspectiva relacional, que reconhece os sistemas fluviais urbanos como agentes dinâmicos e produtores de cidade.

Essa abordagem remete a compreensão de trabalho formulada por Marx (2010 [1844], p. 81), para quem o trabalho é a condição da espécie humana a qual não seria possível sem a materialidade externa. Nesse sentido, o trabalho é compreendido como processo de mediação entre o homem e a natureza, em uma troca de matéria e energia contínua, o que chamamos de metabolismo (Capilé; Sedrez, 2024, p. 121). Essa visão é particularmente relevante quando se consideram os rios como agentes ativos, cujo trabalho, embora não humano, interfere diretamente na configuração do território. Capilé e Sedrez (2024, p. 120) reafirmam esse ponto ao afirmar que o trabalho fluvial gera diferentes ambientes ao longo de uma bacia hidrográfica, conforme as variações materiais e geográficas de seus trechos.

No caso do rio Iguaçu, que nasce na Serra do Tinguá e percorre um longo caminho até a Baía de Guanabara, essa variação é significativa. Em sua nascente, na região serrana coberta por floresta tropical, a declividade do terreno imprime maior velocidade às águas. À medida que o rio alcança a baixada, sua velocidade diminui, formando meandros e alagadiços típicos da região de brejos, pântanos e manguezais. Essa porção final, seu baixo curso, é justamente onde se localiza o bairro São Bento, uma área particularmente vulnerável às inundações. A distribuição desigual do trabalho fluvial ao longo da bacia evidencia como os processos naturais e sociais estão profundamente imbricados, revelando, como afirma Milton Santos (1996, p. 25), que “o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo”.

Isso porque a principal forma de relação entre o homem e a natureza ou entre o homem e o meio é dada pela técnica (Santos, 1996, p. 25). Que também para Santos (*Idem*), é composta por meios instrumentais e sociais com os quais os homens realizam sua vida, produzem e constroem espaço. Essa concepção permite abandonar a oposição entre meio natural e meio técnico, reconhecendo que a técnica é integrada ao meio como uma realidade unitária (*Idem*). O avanço técnico, entretanto, não se dá de forma

13 Importante ressaltar que a relevância do rio não parou com a sua degradação. Até hoje são para ele escoadas as águas provenientes das redes de drenagem e ainda exerce um papel no aparecimento de organismos que fazem parte do ecossistema.

homogênea, há uma “propagação desigual das técnicas”, o que faz com que num mesmo território coexistam elementos de diferentes épocas e lógicas (*Idem*, p. 35).

Nesse ponto, vale retomar o caso emblemático da ferrovia Rio d'Ouro, construída no final do século XIX como parte da solução para as recorrentes crises hídricas que afetavam a cidade do Rio de Janeiro. Com a proposta de captar água na serra do Tinguá, deram-se início, em 1876, às obras de adução e distribuição das águas dos rios do Ouro e Santo Antônio, inauguradas provisoriamente em 1880. Esse empreendimento, articulado à aprovação do projeto geral de abastecimento d'água à capital, envolveu a contratação do empreiteiro inglês Antônio Gabrielli, cuja atuação previa tanto a realização das obras hidráulicas quanto o fornecimento de materiais, a construção do reservatório de Pedregulho e, fundamentalmente, a implantação da estrada de ferro Rio d'Ouro, essencial para o transporte dos insumos necessários. Embora estratégica, a obra foi marcada por denúncias de superfaturamento e problemas técnicos, revelando não apenas os desafios logísticos da empreitada, mas também a presença de interesses privados em projetos de infraestrutura pública, num contexto em que a engenharia e a ocupação do território eram orientadas por uma lógica de intervenção agressiva sobre o ambiente (Quintslr, 2018, p. 105-106).

Assim, a ferrovia representou uma tentativa de “tecnicizar” a paisagem, subordinando os cursos d'água locais aos interesses da capital. A água captada na Serra do Tinguá era conduzida por uma adutora com 55 km de extensão até a cidade (Quintslr, 2018, p. 105), em um projeto que evidenciava a substituição do trabalho dos rios, enquanto elementos naturais integradores do território, pelo trabalho humano mediado pela técnica. A chamada “ferrovia das águas” [Figura 14] traduzia, portanto, não apenas uma nova lógica de abastecimento, mas a imposição de uma racionalidade técnica que deslocava os rios de seu papel de agentes estruturantes da ocupação para a posição de obstáculos sanitários e operacionais.

Esse processo revela uma tecnicização (Santos, 1996, p. 191) seletiva e subordinada da paisagem, em que o território da Baixada Fluminense foi moldado de fora para dentro com a implantação de técnicas que não respondem necessariamente às suas especificidades ambientais, mas a demandas impostas por outros centros de poder. A substituição das vias fluviais pelas ferrovias, somada aos impactos ambientais como o assoreamento dos rios e a desorganização dos sistemas de drenagem, contribuiu decisivamente para a consolidação de uma imagem de insalubridade da região. Com o colapso do modelo agroexportador e o abandono das práticas agrícolas, a Baixada entrou em um período de esvaziamento populacional e de regeneração parcial das áreas antes exploradas, enquanto se fixava sobre o território a marca do fracasso produtivo e da degradação ambiental. Esse estigma de insalubridade



[Figura 14]

Estrada de Ferro do Rio D'Ouro, Marc Ferrez. Fonte: Coleção Gilberto Ferrez, custódia Instituto Moreira Salles.

fundamentou a atuação posterior das comissões sanitaristas, que no final do século XIX e início do século XX transformaram profundamente o território.

O combate contra o pântano, as Comissões de Saneamento e a revalorização fundiária

Um “combate permanente contra o pântano” é como Góes (1939, p. 15) define o processo de ocupação da Baixada Fluminense, revelando a centralidade das obras das comissões de saneamento na produção do território que abordamos. Antes de tudo, é importante situar esse fenômeno no contexto mais amplo das intervenções urbanas promovidas no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX, quando a cidade se consolidou como principal porto de escoamento das mercadorias da colônia e, depois, como capital da República.

Segundo Abreu (2013, p. 43), o período de 1870 a 1902 representou a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, assim como o início de um processo no qual essa expansão passa a ser determinada, principalmente, pelas necessidades de reprodução de certas unidades do capital, tanto nacional como estrangeiro. Deste modo, a partir de 1902, com Pereira Passos à frente da prefeitura, inaugurou-se um ciclo de intervenções urbanas profundas com o objetivo de embelezamento e modernização. Essas obras visavam apagar a associação da cidade à febre amarela e às “condições anti-higiênicas” antigas, criando um símbolo vivo do “novo Brasil” (Abreu, 2013, p. 60). Nesse sentido,

Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. (Abreu, 2013, p. 60)

Essas intervenções, embasadas no discurso sanitarista, enfocaram os quarteirões e habitações coletivas da população mais pobre que residia na região central, aprofundando a crise de moradia que a cidade enfrentava. Segundo Abreu (1992, p. 89-90) por volta de 1890, o Rio de Janeiro já abrigava quase 430 mil pessoas nas freguesias urbanas, mas a oferta de novas moradias não acompanhou esse ritmo, pelo contrário, a política higienista demoliu intencionalmente cortiços expulsando os trabalhadores para as franjas da cidade. Esse processo reforçou a segregação socioespacial que estava em curso, tendo como características a ocupação da Zona Sul pelas classes abastadas e a dispersão dos mais empobrecidos em direção à Zona Norte e, posteriormente, impulsionado pelo traçado ferroviário, à Baixada Fluminense.

O discurso sanitarista não foi refletido de forma homogênea no território

da metrópole e seus arredores, criando assim um contraste. Enquanto nas regiões centrais a associação entre médicos e engenheiros se tornou regular para a execução dos trabalhos que envolviam lugares insalubres (Fadel, 2006, p. 93), essa mesma ligação não perdurou na Baixada Fluminense, visto que ali as Comissões, compostas por engenheiros, prevaleceram à atuação dos médicos (*Idem*, p. 101). A diferença nas intervenções e as lacunas temporais afastaram a cidade do Rio de Janeiro de seus entornos, visto que os casos de malária e a condição sanitárias ainda não estavam “resolvidas” nas regiões adjacentes.

Nesse cenário, a Baixada Fluminense representou uma oferta de terras disponíveis e baratas para a população que não conseguia mais viver próximo à região central, mas que para inserção no mercado precisariam ainda ser saneadas. Como abordado no item anterior, diversos fatores como as carvoarias do século XIX, o desmatamento, a construção das ferrovias, que tiveram como consequência a malária, e a decadência do café fluminense tiveram impacto na produção de uma crise ambiental que influenciou a criação da imagem de insalubridade da região. Assim, esse território considerado insalubre inviabilizava o “avanço civilizatório da urbanização” como era comum no discurso da época, então foi necessário construir um projeto de recuperação de seu valor mercantil, ou seja, se fez necessário um projeto de revalorização fundiária. Ademais, de acordo com Souza (2006, p. 20), “especificamente na Baixada Fluminense, a revalorização fundiária e a recuperação agrícola passavam pelo investimento no saneamento das áreas pantanosas e alagadiças”.

Dessa maneira é possível afirmar que a construção da imagem da Baixada Fluminense como uma região insalubre, desvalorizada e improdutiva não foi apenas uma consequência ambiental do colapso da economia cafeeira e do avanço de doenças como a malária, mas também um artifício político que preparou o terreno para a atuação das comissões de saneamento que tinham o objetivo de construir terrenos passíveis de venda e inserção no mercado imobiliário assim como a revitalização da produção agrícola como será abordado adiante. Tentativas de resolução dos problemas relacionados a regiões alagadiças na Baixada já haviam sido executadas em meados do século XIX, sendo em 1844 a primeira tentativa, mas as obras costumavam ser isoladas e fragmentadas, não tendo muito impacto na região como um todo.

A partir de 1894, com a criação da Comissão de Estudo e Saneamento da Baixada Fluminense (extinta em 1902) iniciou-se um processo de algumas décadas que contaram com a criação e extinção de comissões. Segundo Góes (1939, p. 19), isso se deu por vários motivos, entre eles: deficiência dos estudos; falta de visão de conjunto; execução de obras de retificação, ligações de rios e dragagem de barras e canais sem avaliação das consequências; descontinuidade administrativa, inclusive a criação e extinção de comissões; e insuficiência de verbas. Na linha do tempo [Figura

^{15]} é possível observar as datas de criação das comissões e suas principais intervenções no território¹⁴.

Em 1902, foi assinado um novo contrato com o Dr. Francisco Ribeira de Moura Escobar que, segundo Fadel (2006, p. 103), expressava a execução de um projeto pautado pelo ideário ruralista fluminense, centrado nos pilares do “povoamento/colonização; educação; modernização/racionalização produtiva e crédito/cooperativismo”. A cláusula III previa intervenções extensivas no ambiente natural, como a dragagem e retificação de rios, a reconstrução de canais e quaisquer outras obras que contribuíssem para restaurar a salubridade da Baixada. Em contrapartida, o cessionário receberia uma série de privilégios, desde o aproveitamento de recursos naturais até o direito de desapropriação por utilidade pública, instrumento que lhe conferia um poder quase estatal sobre o território. Mesmo não efetivado, para Souza (2006, p. 21), o contrato marca um ponto de inflexão, ao revelar como as demandas regionalizadas dos proprietários rurais da Baixada passaram a ser formuladas dentro de uma lógica que articulava interesses privados com ação pública, criando as bases para a atuação das futuras Comissões Federais de Saneamento e inaugurando um modelo de desenvolvimento territorial voltado à acumulação fundiária sob o pretexto do saneamento.

A criação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense (CFSBF), em 1910, significou a primeira experiência de intervenção sistemática no território por meio de um órgão federal, refletindo as demandas acumuladas nas décadas anteriores. Nomeada pelo governo de Nilo Peçanha, a comissão contou, desde dezembro de 1910, com o engenheiro militar Moraes Rego como chefe, apoiado por um pequeno quadro técnico que tinha por tarefa inicial reunir documentação existente e produzir uma planta geral da Baixada (Fadel, 2006, p. 106). Ainda em 1910, foi publicado o edital de concorrência que autorizou a desapropriação de terrenos e prédios nas áreas a sanear. O orçamento, votado pelo Congresso, refletia a vinculação direta do saneamento à esfera federal (*Idem*, p. 111) e, para operacionalizar as obras, a comissão contratou a firma Gebrueder Goedhart A.G., de origem holandesa-alemã, elegida pelo critério do menor preço apresentado (*Idem*, p. 107).

A justificativa inicial, como exposto por Nilo Peçanha em sua mensagem ao Congresso Nacional, consistia em atacar os focos de malária e “recuperar” a vocação agrícola da Baixada, tornando suas terras cultiváveis e aptas à pecuária (Fadel, 2006, p. 105; p. 108–109). A partir disso o saneamento passou a ser concebido não apenas como higiene pública, mas como instrumento de revalorização fundiária. Desse modo, a criação da CFSBF

14 Não é intenção desse item abordar todas as comissões e suas atuações, mas sim entender os impactos que tiveram como um todo na região e especificamente no Rio Iguaçu, com foco na região do atual bairro São Bento. Sobre as comissões especificamente já existem trabalhos que se debruçam extensivamente como Góes (1934), Fadel (2006) e Souza (2006).

fazia parte de medidas do governo em prol da formação do progresso do país, junto com a ampliação das ferrovias e a retomada da imigração. Em seu discurso, Nilo Peçanha destacou também a importância da restituição agrícola de uma região “perdida” para o pântano nas imediações da capital.

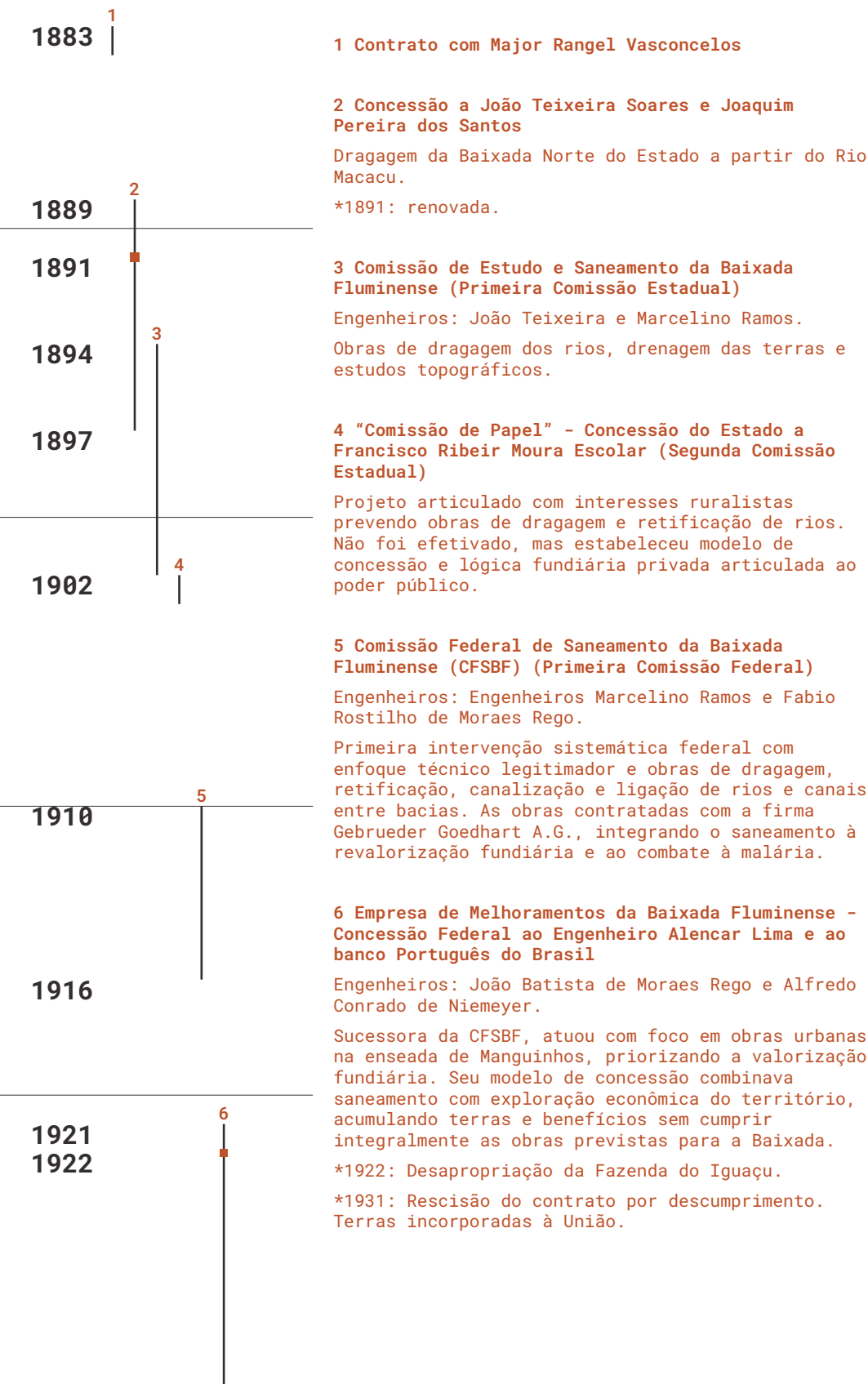
A CFSBF atuou então como planejadora e fiscalizadora de obras e em seus anos de atividade identificou duas causas principais para a formação de pântanos: o abandono das terras, que levava à falta de conservação dos rios; e as obras de construção das ferrovias que, ao aterrarem áreas e bloquearem leitos naturais, criaram verdadeiras barragens ao escoamento das águas (Fadel, 2006, p. 114). Moraes Rego registrou, por exemplo, que a construção das linhas de Mauá, Central do Brasil, Leopoldina e Rio d’Ouro gerou água estagnada junto aos agregados ferroviários, favorecendo a malária (*Idem*, p. 117). Nesse ponto, a CFSBF criticou menos a presença das ferrovias em si e mais a falta de estudos prévios sobre as condições ambientais de implantação, numa postura que Fadel (2006, p. 115) considera relativamente inovadora para a engenharia da época.

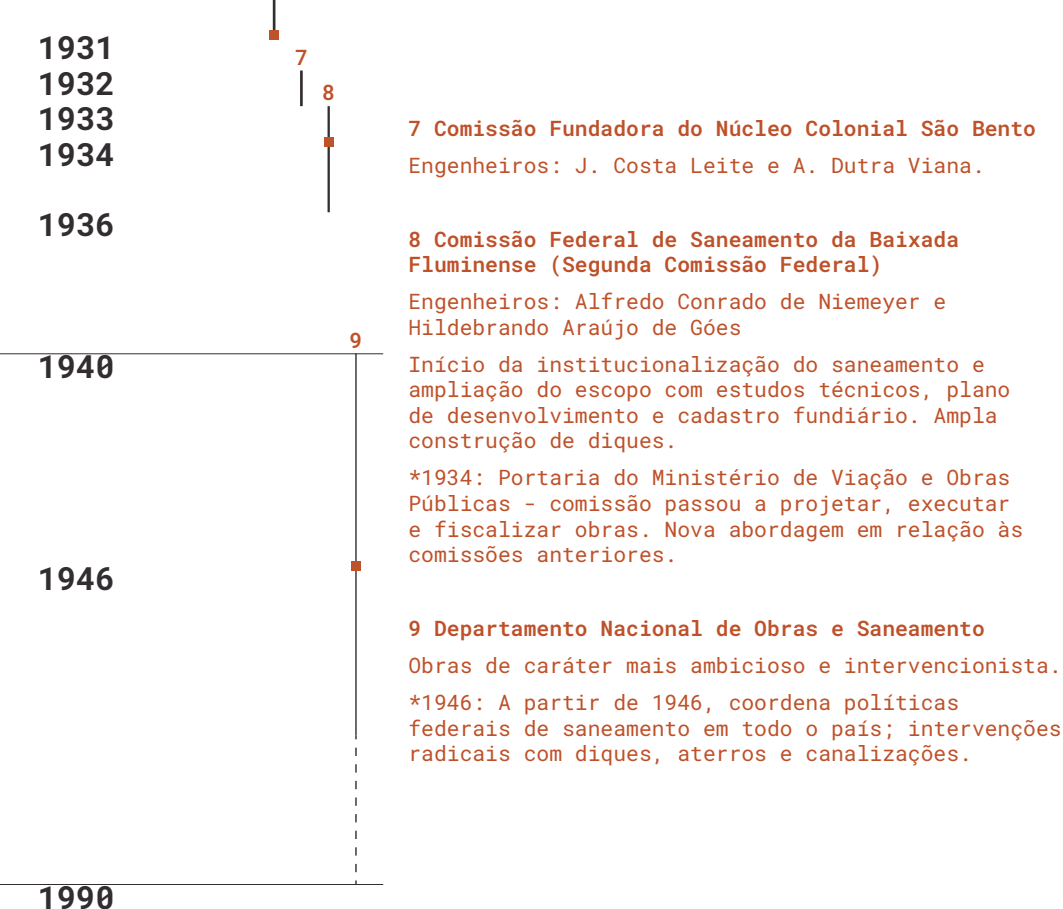
O saber técnico, definido como racional, foi erguido pela comissão como legitimador das ações empreendidas. Assim, o saneamento que era alicerçado na razão, ou seja, na ciência e na técnica, necessitava de autonomia, inclusive a concepção de autonomia do saber técnico foi utilizada como indicador da modernização pela racionalidade (Fadel, 2006, p. 118). Moraes Rego considerava que a questão do saneamento seria a obra que daria por concluídos os esforços de modernização da capital no início do século (*Idem*, p. 119):

Impossível seria, sem um certo vexame e offensa ao pundonor nacional, a persistência dessa imensa sementeira da malária em imediato contacto com a metrópole brasileira e em torno de toda a Bahia de Guanabara. Era, pois o saneamento da baixada o complemento necessario e inadiável do que confiara á competência da benemérta trindade – Pereira Passos, Oswaldo Cruz e Paulo de Frontin.¹⁵

Ao longo da atuação da CFSBF eram frequentes as limitações orçamentárias, assim, para enfrentar o problema da conservação das obras que demandavam grande despesa, no relatório de 1915 é abordada também a necessidade de intervenções mais radicais na região, que até o momento tinham sido preservadas em sua forma original (Fadel, 2006, p. 134). Nesse sentido, a comissão optou por interligar rios através de novos canais, que poupariam despesas com manutenção. Um exemplo foi a ligação das bacias Sarapuí, Iguaçu e Estrela por canais artificiais (*Idem*, p. 134). Amador (1992, p. 235) completa o cenário resultante das intervenções da comissão:

15 MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Os trabalhos da Comissão no ano de 1915. Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, 1915, n. II.





[Figura 15]

Linha do tempo Comissões e tentativas de Saneamento na Baixada Fluminense. Fonte: elaborado pela autora com base nas informações de Góes (1939), Fadel (2006), Souza (2006) e Quintslr (2018).

Os rios naturais com seus canais meândricos de maré, orlados de manguezais e povoados de vida, foram transformados em grandes valas retas e estéreis. As várzeas foram dessecadas e seus férteis sedimentos se perderam na baía. Canais artificiais foram criados, bacias foram interligadas e a natureza dos ecossistemas e da baía foi brutalmente agredida. O assoreamento dos canais que haviam sido dragados se acentuou, logo após as obras, provando a sua inutilidade. Embora os estuários dos rios tenham sido mutilados visando à navegação, esta jamais se restabeleceu na baixada, exceto no Guaxindiba, mantido navegável pela fábrica de cimento localizada em São José de Itaboraí até a década de 70.

Deste modo, a atuação da CFSBF ficou marcada principalmente pela retificação e dragagem de rios. A bacia do rio Iguaçu é um bom exemplo, pois recebeu destaque por seu alto índice pluviométrico e a obstrução de leitos que tornavam os terrenos ao redor especialmente insalubres. O relatório de 1910 apontava a navegabilidade parcial do Iguaçu (14,5 km até o “porto da Amarração”) e de seu tributário Pilar (10,9 km), ressaltando a necessidade de desobstruir esses cursos para viabilizar o transporte fluvial (Fadel, 2006, p. 121). Nos anos seguintes, obras pontuais incluíram levantamento topográfico (1911), canalização da barra do Iguaçu (1913) e dragagem, limpeza das margens e desobstrução do leito do rio (1915) (*Idem*, p. 127; p. 133).

A CFSBF também debateu a questão da ocupação das terras já saneadas. Em 1911, fez levantamento dos imóveis em Magé e Iguassú, avaliando seu valor a partir dos dados das coletorias de impostos (Fadel, 2006, p. 138). Embora a desapropriação prevista para assegurar ao Estado a revenda dos terrenos saneados não tenha sido efetivada, o relatório de 1912 já sugeria compensação por benfeitorias e compromisso de ocupação imediata para evitar que as áreas voltassem ao abandono (*Idem*, p. 138). O discurso sobre conservação e ocupação deixou de se referir apenas ao retorno econômico futuro e passou a exigir que os terrenos se tornassem produtivos logo após o saneamento, nesse quesito apresentaram o caso das terras Fazenda do Iguaçu dos beneditinos que transformaram a antiga fazenda em um exemplo de estabelecimento agrícola e pastoral (*Idem*, p. 141).

A CFSBF foi extinta em 1916 sem substituição imediata. Sua extinção revelou que, ao final do mandato, o saneamento da Baixada Fluminense não era mais prioridade federal. Segundo Fadel (2006, p. 160), isso ocorreu pela regionalização da pauta visto que os benefícios atendiam sobretudo ao Estado do Rio de Janeiro. Assim, para a autora, esse movimento de regionalização ajuda a explicar a decisão de dissolver a CFSBF, já que o interesse de grupos privados e do governo estadual por autonomia na gestão dos recursos sanitários passou a sobrepor o interesse federal.

Em 1920 foi criada a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, responsável por suceder, em parte, os trabalhos anteriormente realizados pela CFSBF. Constituída como uma empresa nacional com sede na capital federal, essa nova empreitada estava inserida no contexto de reestruturação urbana do Rio de Janeiro, sendo fortemente ligada ao processo de valorização fundiária relacionado ao “bota-abaixo” na cidade.

Presidida por Alencar Lima, a empresa foi responsável por coordenar essa nova fase das intervenções e, como observa Fadel (2006, p. 163), foi uma das que mais suscitou controvérsias, tanto no que diz respeito às soluções técnicas empregadas quanto aos resultados efetivamente alcançados, especialmente considerando os altos custos envolvidos. Algumas das questões já levantadas anteriormente pela CFSBF, como a articulação entre diferentes esferas de poder, a cobrança de taxas sobre terrenos beneficiados e o tema da desapropriação, permaneceram centrais. Mesmo após anos da extinção da comissão anterior, esses aspectos seguiam como pontos centrais a serem acordados (*Idem*, p. 166).

Nesse mesmo período o presidente do Estado do Rio de Janeiro realizou um acordo com a Fundação Rockefeller para instalação de postos de combate às doenças endêmicas em municípios como Resende, Campos, Itaperuna e São Gonçalo. Já na Baixada Fluminense, a implantação de postos em locais como Meriti, Pavuna, Queimados e Itaguaí foi resultado de acordo com a União por meio do Decreto do Serviço de Profilaxia Rural. Para Fadel (2006, p. 166-167), essas iniciativas expressaram uma retomada da preocupação com a questão do saneamento.

O contrato com a nova empresa se deu com base no acordo anterior firmado com a firma Gebrueder Goedhart, responsável pelas obras iniciadas ainda em 1910, cuja concessão foi então transferida para a firma organizada por Alencar Lima (Fadel, 2006, p. 167). Entre as cláusulas do contrato, destacavam-se o aterro da enseada de Manguinhos, o desmonte de morros, a abertura de canais e valas, construção de comportas nos rios Iguaçu, Meriti e Estrela, a elevação de pontes e a canalização de córregos. Estavam incluídas também a demarcação de lotes urbanos em Manguinhos e lotes agrícolas e a colonização das áreas saneadas, o que revela não apenas a dimensão técnica das intervenções, mas sua orientação para a ocupação e valorização fundiária sistemática do território (Souza, 2006, p. 23).

A abrangência contratual também previa que os terrenos desocupados ao longo do canal principal, incluindo áreas das bacias dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu e Estrela, se tornariam patrimônio da empresa, assim como os terrenos alagados ou sem uso da União localizados nessas zonas. Mesmo as áreas destinadas ao fornecimento de aterro e materiais seriam incorporadas ao acervo patrimonial da concessionária, sem qualquer compensação financeira (Souza, 2006, p. 23). Assim, o contrato revela não apenas uma lógica de concessão de serviços públicos, mas um modelo de exploração econômica do território, com a empresa sendo altamente beneficiada.

Apesar do escopo ambicioso do projeto, a atuação concreta da empresa, em relação às obras de saneamento, se limitou à região da enseada de Manguinhos, sem que houvesse efetiva implementação das obras previstas para o interior da Baixada. Assim, para Fadel (2006, p. 169), passado todo esse tempo sem intervenções, a situação dos rios da Baixada Fluminense não estaria muito diferente daquela encontrada por Moraes Rego em 1910. A construção do aterro, integrada às propostas de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro apresentadas pela Comissão Agache (*Idem*, p. 170), e sua repercussão política funcionaram como vitrine de modernização, assim como ofuscaram o fato de que nada foi feito no interior. Mesmo assim, a empresa atuou até 1931 quando o contrato foi rescindido sob a alegação de não terem sido cumpridos todos os acordos.

As terras da Fazenda do Iguaçu foram desapropriadas pela empresa, por endividamento não quitado por parte da Ordem em 1922, que passou a administra-las, juntamente com outras áreas como a Fazenda do Tinguá. Durante dez anos, essas terras foram exploradas sob os direitos adquiridos pelo contrato. Com o fim da concessão em 1931, as áreas foram incorporadas ao patrimônio da União e posteriormente transformadas em núcleos agrícolas, como será abordado mais à frente (Souza, 2006, p. 24).

A criação da Comissão Federal de Saneamento em 1933 representou um ponto de inflexão na institucionalização do saneamento, tanto na Baixada Fluminense quanto em nível nacional (Fadel, 2006, p. 163). Dirigida por Hidelbrando de Góes, a comissão foi formada com o objetivo de estudar, avaliar e propor trabalhos para a região, não apenas levantando dados, mas também analisando criticamente a atuação das comissões anteriores e expondo divergências (*Idem*, p. 172-173). Em 1934, a partir da portaria do Ministério de Viação e Obras Públicas, sua competência foi ampliada para projetar, executar ou fiscalizar quaisquer obras de saneamento na Baixada, estudar o regime dos rios e a natureza de suas bacias hidrográficas, elaborar um plano de desenvolvimento econômico, e levantar o cadastro imobiliário de toda a região (*Idem*).

Embora mantivesse o mesmo entendimento básico de saneamento das comissões anteriores, isto é, obras de engenharia articuladas a um projeto de ocupação e desenvolvimento econômico, a abordagem de Góes divergiu em pontos cruciais. Ele criticou a ênfase excessiva na dragagem das barras dos rios e na retificação linear dos cursos d'água, recomendadas por Moraes Rego, e substituiu essas propostas por uma ênfase maior na construção de diques, e a navegação fluvial passou a receber menor prioridade (Fadel, 2006, p. 175) [Figuras 16 a 22].

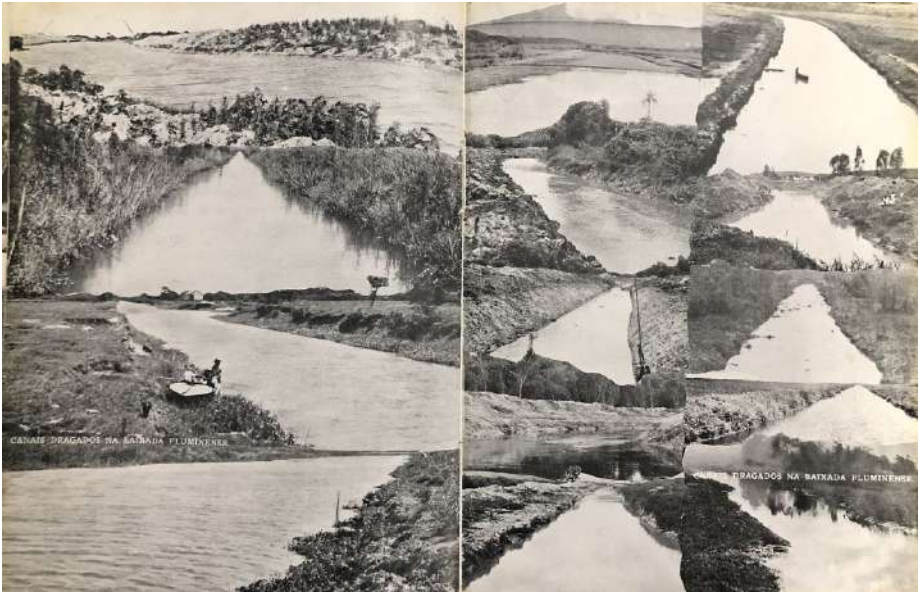
Com a Comissão de 1933, chegou ao fim o ciclo das comissões de saneamento dando lugar a órgãos estatais permanentes que assumiram suas atribuições. Um exemplo foi a criação da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, vinculada diretamente ao Ministério de Viação e Obras Públicas e com estrutura administrativa e orçamento próprios,



[Figuras 16 e 17]

Rio antes do serviço de dragagem. Fonte: Góes, 1939.

Serviços de dragagem. Fonte: Góes, 1939.



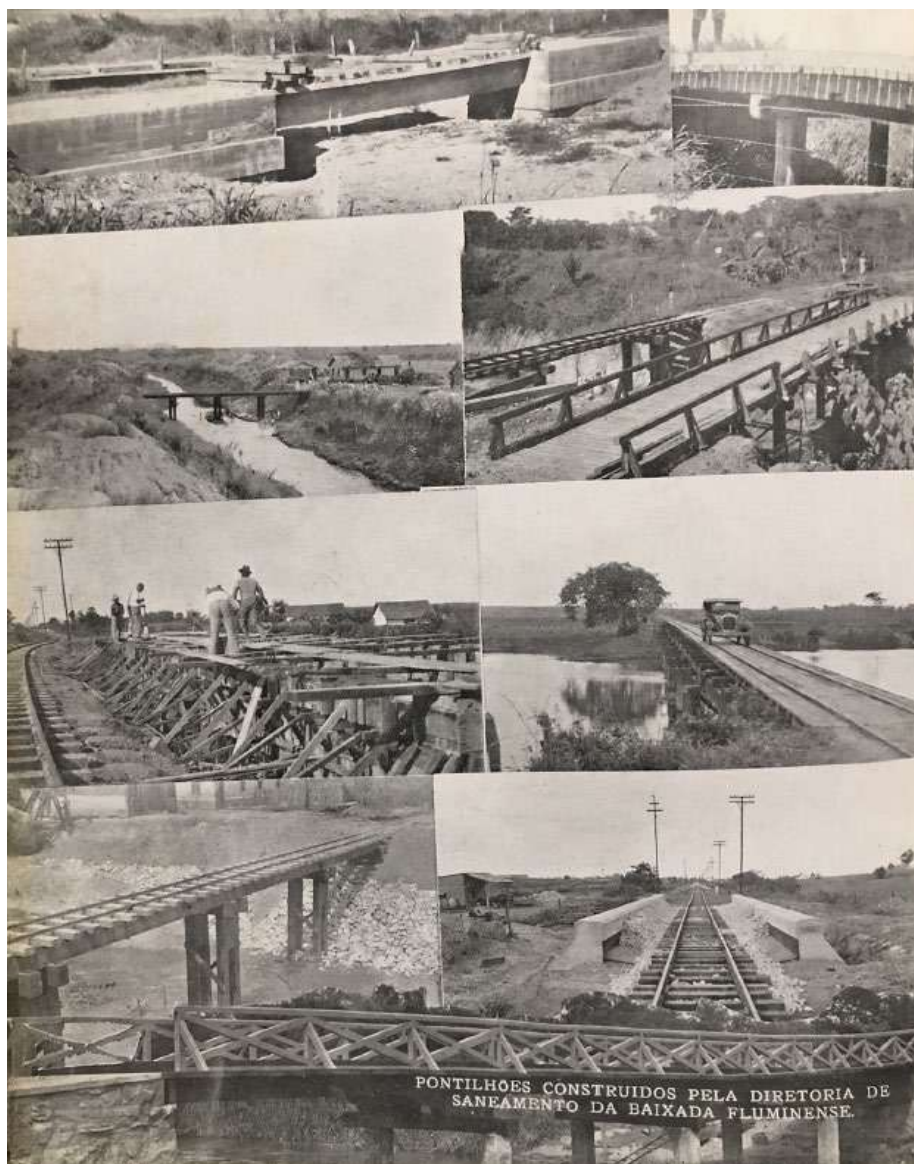
[Figura 18]
Canais dragados na Baixada Fluminense. Fonte: Góes, 1939.



[Figuras 19 e 20]

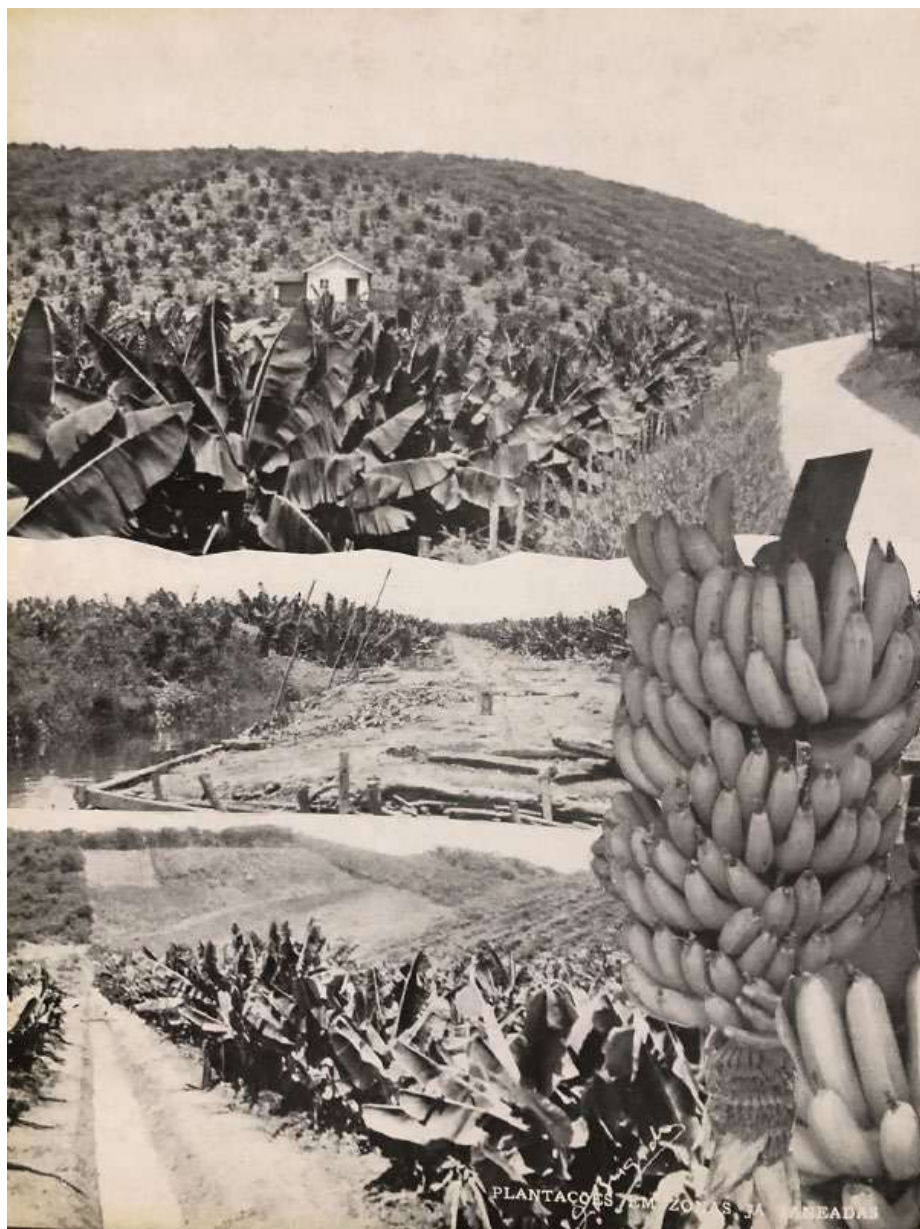
Fotografia de construção de dique no rio Iguaçu. Fonte: Góes, 1939.

Fotografia de dique do rio Iguaçu. Fonte: Góes, 1939.



[Figura 21]

Pontilhões construídos pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. Fonte: Góes, 1939.



[Figura 22]

Plantações em zonas saneadas. Fonte: Góes, 1939.

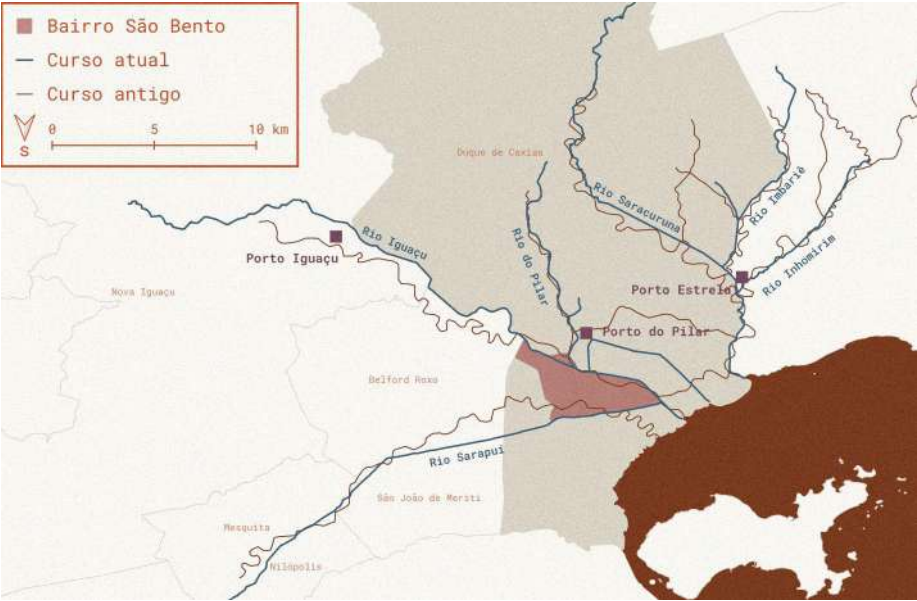
que representou a continuidade institucional dos trabalhos iniciados pela comissão de Góes, mas agora com status de diretoria (Fadel, 2006, p. 177). No final da década, em 1940, o quadro institucional se altera novamente com a criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), inicialmente focado em obras próximas ao Distrito Federal, mas que a partir de 1946 passa a centralizar as políticas federais de saneamento para todo o país, inclusive a Baixada Fluminense (*Idem*).

Sob a coordenação do DNOS, as intervenções no território adquiriram um caráter ainda mais ambicioso e intervencionista. As bacias fluviais, já modificadas pela CFSBF (1910-1916), sofreram intervenções ainda mais radicais na forma de diques, aterros e canalizações [Figura 23]. Amador (1992, p. 237) considera as intervenções na Baixada como “um dos exemplos mais perversos de agressão à natureza e reprodução e acumulação de capital, praticados com os recursos públicos”. Para o autor (*Idem*, p. 207), essas ações não só destruíram os ecossistemas existentes no entorno da Baía de Guanabara, mas também agravaram o seu assoreamento e não conseguiram eliminar as enchentes crônicas, algo a que se propunham.

Enormes somas de dinheiro foram utilizadas na valorização das terras de grandes proprietários, que as adquiriram (se é que adquiriram) por preço vil, e as revenderam com grandes lucros, na medida em que passaram a ser loteadas e vendidas para a população proletária, que foi empurrada para a baixada inóspita, para se constituir em mão-de-obra barata para as indústrias. Os loteamentos que passaram a proliferar com o “saneamento” da baixada, não demorariam a conviver com as inundações crônicas, que não cessariam, mesmo com a continuação das obras pelo DNOS. Além das cheias, no entanto, a população sofrida e proletária da baixada conviveria ainda com a ausência quase absoluta de serviços básicos de água, esgoto, coleta de lixo, transporte e um meio ambiente impróprio para abrigar um adensamento populacional. (Amador, 1992, p. 237)

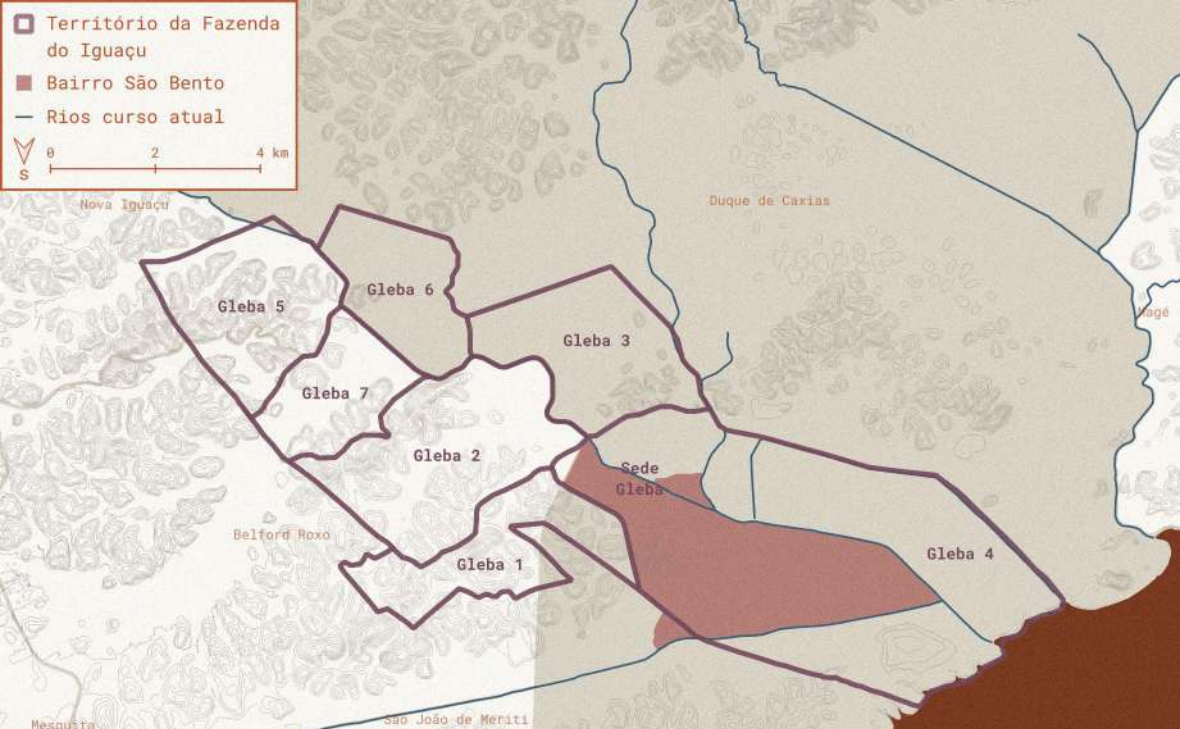
Ao longo de todo esse processo as terras da Fazenda do Iguaçu desempenharam um papel importante por compreenderem, historicamente, um território extenso de produção agrícola. Após serem administradas pela Empresa de Melhoramentos, em 1931 as terras passaram a ser administradas pelo Ministério da Agricultura, que em 1932, criou o Núcleo Colonial São Bento com o objetivo de colonização do território a partir do estímulo à produção agrícola. Isso significou a divisão da propriedade em sete glebas mais a sede administrativa, onde hoje é o bairro São Bento [Figura 24], e dentro de cada gleba foi feito o retalhamento de lotes rurais distribuídos para colonos estrangeiros e nacionais (Souza, 2023, p. 44).

A Comissão Federal de 1933 teve a Fazenda como um dos pontos de abrigo



[Figura 23]

Curso natural dos rios (até 1767) e curso pós obras de intervenção (a partir de 1916). Fonte: elaborado pela autora a partir de dados geoinformáticos (2024) e carta topográfica de 1767.



[Figura 24]

Território da antiga Fazenda Iguaçu e Núcleo Colonial São Bento. Fonte: adaptado de Martiniano e Souza (2024, p. 30-31).

e apoio para suas ações (Souza, 2023, p. 45). Nesse contexto, em 1938 foi instalada no território a Estação Fitossanitária [Figura 25], cuja pesquisa era voltada para assegurar a melhoria da produção vegetal e para combate de endemias rurais, principalmente a malária. No mesmo ano foi construído o Esporte Clube São Bento e instalada uma colônia japonesa (Souza, 2023, p. 45).

Em 1939, o governo federal construiu casas para os colonos e para o administrador do núcleo; instituiu o Parque São Bento, conhecido também como sede administrativa do núcleo; reflorestou os morros degradado pela pecuária, atualmente conhecido como Morro do Céu ou da Marinha, empreendeu atividades mineradoras e construiu no interior da sede Gleba uma escola agrícola para os filhos dos colonos, que recebeu a denominação de Escola Odilon Braga. Posteriormente, essas instalações foram cedidas para abrigar o Patronato São Bento nos anos de 1950. Concomitantemente uma nova escola foi instalada na sede Gleba, a Escola Nísia Villela Fernandes. (Souza, 2023, p. 45)

Os desdobramentos do Núcleo Colonial São Bento serão abordados no item seguinte, mas o cenário geral apresentado revela, em síntese, um projeto de expansão territorial orientado pelos interesses da centralidade urbana e dos capitais privados, mais do que uma simples preocupação sanitária. Logo, enquanto o discurso sanitarista legitimou a “modernização” e o “progresso técnico”, as políticas públicas efetivamente financiaram a destruição de ecossistemas e a valorização fundiária em benefício de poucos, num processo que permaneceu subordinado aos interesses da metrópole e do capital internacional. Desse modo, o “combate ao pântano” serviu para consolidar um tipo de relação mercadológica com a natureza, onde esta foi desmontada para gerar renda e acumulação.

Industrialização e reestruturação econômica, as transformações territoriais

O processo de ocupação do município de Duque de Caxias precisa ser compreendido em relação ao contexto nacional de industrialização, principalmente considerando sua proximidade geográfica a antiga capital, ou seja, centro econômico e político do país. Os acontecimentos abordados nesse item se inserem no recorte temporal do século XX por consequência do processo de industrialização se tornar mais forte ou significativo a partir desse período. Até 1930, o modelo econômico predominante ainda era pautado pela hegemonia agroexportadora, com a indústria nacional restrita a setores específicos.

A Primeira Guerra Mundial teve um impacto significativo no incentivo a



[Figura 25]

Estação Fitossanitária do São Bento. Fonte: Acervo FGV CPDOC.

indústria nacional, o que fortaleceu a burguesia industrial que se opunha à ideia de um país essencialmente agrícola. Assim, Abreu (2013, p. 72) caracteriza esse período do início do século (1906-1930) como um momento de instabilidade política marcado pela disputa entre a burguesia agrícola e a burguesia industrial e também pelo aumento dos contrastes entre classes sociais. Segundo o autor (*Idem*, p. 81), é também nesse período que o tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro se expande para além de suas fronteiras, ocorrendo assim, a integração física da Baixada Fluminense ao espaço carioca¹⁶. Ainda segundo Abreu, esses fatores apontavam para a crise estrutural que terminaria na revolução de 30.

Deste modo, até 1930 as indústrias procuravam se instalar em áreas mais próximas a região central onde encontravam infraestrutura consolidada, mas a partir dessa década o cenário começa a se modificar. Fatores como a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial significaram a possibilidade de expansão industrial para novos setores, consequência da queda da exportação de bens de consumo e de equipamentos pelos países centrais (Abreu, 2013, p. 96). Assim, com o Estado Novo (1937-1945), Vargas iniciou um processo de intensificação industrial no país.

A partir dessa década, o Estado passou a atuar diretamente no planejamento territorial e na promoção da atividade industrial, alterando os padrões de localização das fábricas e incentivando a expansão para os subúrbios e para a Baixada Fluminense. A atuação do Estado se manifestou principalmente por meio de obras infraestruturais como aterros e vias. Assim, os trabalhos realizados pelo DNOS demonstraram-se fatores cruciais, visto que criavam novas áreas para a implementação de sítios industriais assim como para ocupação residencial (Abreu, 2013, p. 99). Um exemplo expressivo é o caso do aterro para a criação do bairro de Manguinhos e abertura da Avenida Brasil, em 1946, que causou impactos ambientais assim como a alteração da paisagem e cotidiano ao suprimir a praia.

Nesse mesmo período ocorreu um grande crescimento da população do Rio de Janeiro, principalmente em decorrência do fluxo migratório em direção à Capital da República. Segundo Abreu (2013, p. 96) a população na década de 1930 estava em torno de 1,4 milhões de habitantes, contando já com aproximadamente 2,5 milhões no final da década de 1950. Também segundo o autor, o crescimento industrial da cidade foi um dos principais responsáveis por essa migração ao atrair mão de obra, primeiro de estados próximos e, posteriormente, do Nordeste, favorecido pela abertura da Rodovia Rio-Bahia.

16 Como visto no item anterior, a integração entre Baixada e Rio de Janeiro sempre existiu, mas esse período apresenta um aumento dos núcleos urbanos e, principalmente, das obras de infraestrutura e políticas públicas voltadas para a integração desses espaços à malha urbana e econômica da cidade. É também importante ressaltar o impacto das obras de saneamento como possibilitadoras desse avanço do tecido urbano.

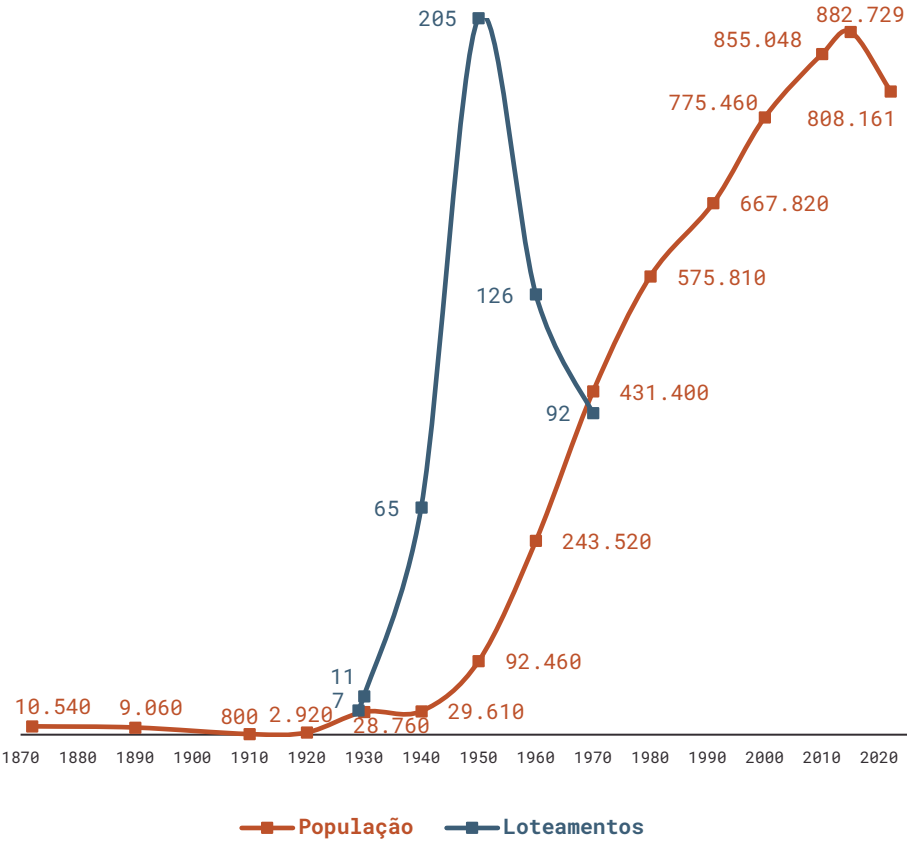
Ainda segundo Abreu (2013, p. 96) esse processo contribuiu para o crescimento dos subúrbios e também da Baixada Fluminense, visto que “foram os subúrbios mais afastados do centro e, principalmente, os municípios da Baixada Fluminense, que abrigaram a maior parte dos recém chegados ao Rio nesse período” (*Idem*, p. 107). No gráfico [Figura 26] é possível observar que a população de Duque de Caxias apresentou um crescimento expressivo de 221% entre 1930 e 1950, passando de 28.760 para 92.460 habitantes.

Em síntese, segundo Abreu (2013, p. 107-109), quatro fatores foram determinantes para o crescimento populacional das áreas periféricas: as obras de saneamento realizadas na Baixada Fluminense pelo DNOS na década de 1930; a eletrificação da Central do Brasil (1935); a criação da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio; e a abertura da Avenida Brasil (1946), que ampliou a acessibilidade às áreas periféricas. Esses investimentos favoreceram uma verdadeira “febre imobiliária”, marcada pelo retalhamento de terrenos e pela proliferação de loteamentos [Figura 26], muitas vezes irregulares. O autor (*Idem*, p. 111) também define esse período como a fase mais marcante de expansão física da metrópole.

Vale ressaltar que a Avenida Brasil é um exemplo central da associação Estado e Indústria e também sobre o papel das obras do DNOS nessa relação. Como explica Abreu (2013, p. 103), esse novo eixo rodoviário tinha como objetivo deslocar a parte inicial das antigas rodovias Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo para áreas menos congestionadas visando a diminuição dos custos de circulação e a incorporação de novos terrenos ao tecido urbano para ocupação industrial. A área para esses terrenos, assim como para a própria Avenida Brasil, consistia em aterro, ou seja, foi criada a partir dos trabalhos de saneamento realizados pelo DNOS. Nesse sentido, observa-se que foi mantido o processo de expropriação da natureza para transformação em mercadoria que também lesa o patrimônio público (Amador, 1992, p. 230), agora representado pela intenção de instalação das indústrias.

Duque de Caxias (lembrando que nesse momento ainda era distrito de Iguaçu) após esse período de 1930 também foi impactada pelos projetos modernizantes do Governo Vargas. Para que seu território fosse incorporado ao modelo de desenvolvimento industrial ocorreram remodelações da região. Entre os projetos realizados, Souza (2002, p. 67) destaca:

- 1) o investimento em saneamento básico e na diversificação agrícola como estratégias de revalorização fundiária e recuperação da produção agrária; 2) a implementação do Núcleo Colonial São Bento como política de colonização nas terras públicas; 3) a instalação da Cidade dos Meninos como prática de assistência e de formação do trabalhador nacional; e 4) a construção da cidade do motor para o fabrico de aviões e, principalmente, como espaço de formação do trabalhador nacional a serviço da industrialização.



[Figura 26]
Crescimento da população e de loteamentos em Duque de Caxias. Fonte: Ribeiro e Silveira (2017, p. 246) e Abreu (2013, p. 110, 118, 121).

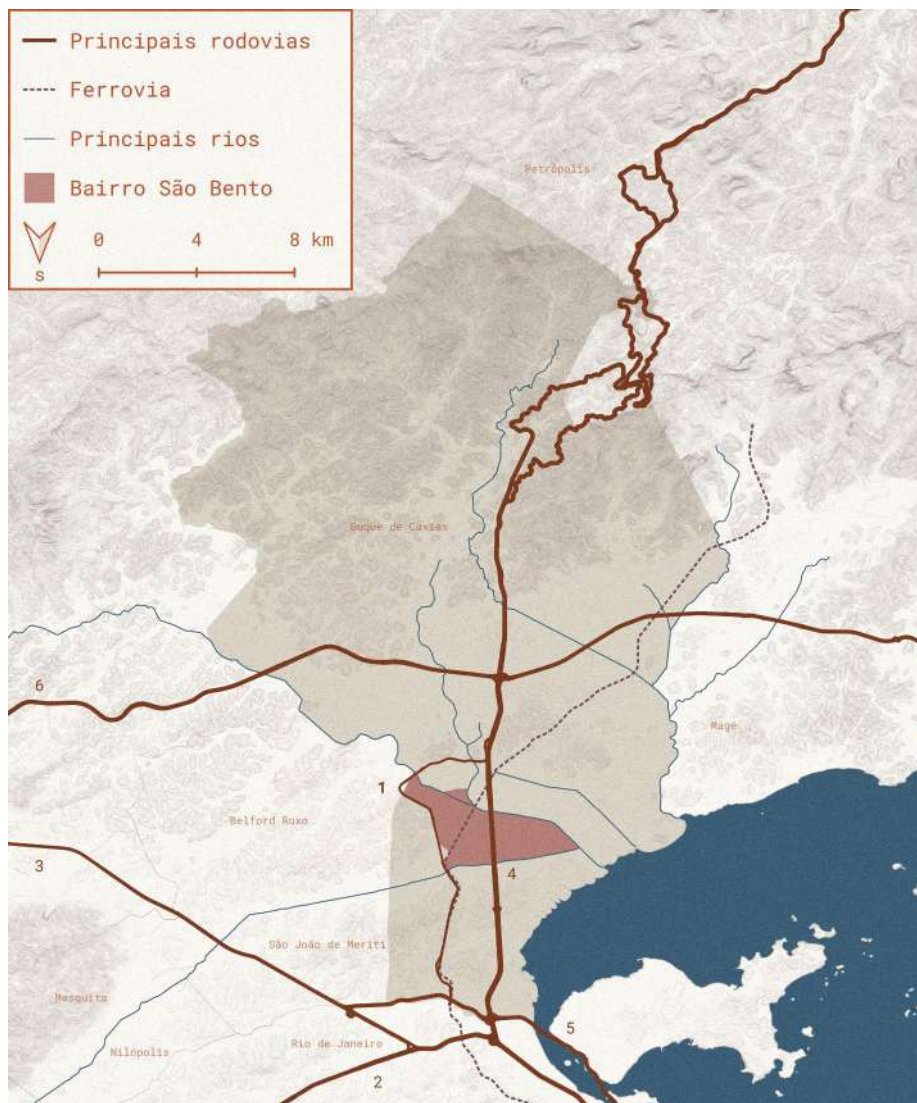
Ainda segundo a autora, os três primeiros projetos, mesmo relacionados a políticas agrárias, favoreceram a ocupação urbana em suas localidades, seja pela acomodação dos trabalhadores, seja pelos investimentos que revalorizaram a terra, e atraíram empresas loteadoras para seus entornos (Souza, 2002, p. 67-68).

Importante citar que os primeiros loteamentos da região (enquanto ainda era Meriti) foram feitos em 1918, dividindo a área ao longo da Estrada de Ferro Leopoldina e colocando lotes a venda. Porém a iniciativa foi considerada um fracasso pela dificuldade em conseguir vender os terrenos. Segundo Souza (2002, p. 72-73), entre os fatores que influenciaram o fracasso constam: as áreas alagadas em decorrência as obras de saneamento que retificaram os rios e agravaram as condições ambientais; a queda da atividade rural na região e a desvalorização das terras na década de 1920; e por fim os poucos recursos financeiros dos novos moradores e a inexistência de infraestrutura urbana, sendo assim mais fácil ocupar os arredores das estações da mesma ferrovia na periferia da cidade do Rio de Janeiro.

Desse modo, as obras de saneamento das três primeiras décadas do século XX tiveram relação direta com o processo de fragmentação do território agrário e garantiram as condições para que os antigos proprietários de terra intensificassem o retalhamento e venda de lotes¹⁷, assim novos loteamentos surgiram após 1922. Logo, somente a partir da década de 1920 que Meriti se tornou a alternativa de expansão do aglomerado urbano carioca e se incorporou rapidamente ao tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro. Essa incorporação também foi facilitada pela ferrovia, com as estações de Meriti, Gramacho, Actura (atual Campos Elíseos) e Rosário (atual Saracuruna), e abertura da Estrada Rio-Petrópolis em 1928 [Figura 27].

É possível afirmar que até 1930 a região era essencialmente rural e território de passagem obrigatória. A partir desse ano observa-se um processo acelerado de ocupação urbana em Duque de Caxias evidenciado pelo número de loteamentos aprovados [Figura 26], que cresceram de 7 em 1929 para 65 em 1940. Os números sobre a população também demonstram esse processo, indo de 2.920 habitantes na década de 1920, para 28.760 habitantes em 1930 (Souza, 2002, p. 77), assim a região transforma-se de área rural em periferia urbana industrial (*Idem*, p. 83).

17 A partir da década de 1920, a proximidade de Meriti ao Distrito Federal intensificou a especulação imobiliária na região. Nesse contexto, a desvalorização da terra rural favoreceu a aquisição de grandes propriedades por indivíduos e empresas imobiliárias, que posteriormente as retalhavam e revendiam em lotes (Souza, 2002, p. 74). Como observa Soares (1962, p. 233), o sistema mais comum consistia em sociedades entre os proprietários das terras e companhias loteadoras, responsáveis tanto pela engenharia quanto pela comercialização. A fragmentação em um grande número de lotes permitia a venda a preços aparentemente baixos por unidade, mas que, no conjunto, garantiam lucros extraordinários aos empreendedores.



1 Antiga Estrada Rio-Petrópolis, atual Avenida Governador Leonel de Moura Brizola (1928)

2 Avenida Brasil, BR-101 (1946)

3 Via Dutra, BR-116 (1951)

4 Rodovia Washington Luís, BR-040 (1954)

5 Linha Vermelha, Via Expressa Presidente João Goulart (1994)

6 Arco Metropolitano (2014)

[Figura 27]

Principais rodovias relacionadas ao município de Duque de Caxias. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Base Cartográfica Contínua da Unidade da Federação do Rio de Janeiro (IBGE 2018).

Souza chama atenção para a relação entre a questão fundiária e as formas de poder nesse território que são marcadas pela violência:

As frações da classe dominante local parecem constituir-se de: grandes proprietários fundiários, dos quais uma parte não reside no local, deixando as terras aos cuidados de administradores que, paulatinamente, adquirem poder local, tanto pela violência quanto pela intermediação de favores, e, posteriormente, pela ocupação e pelo retalhamento de parte dessas terras; comerciantes locais residentes, interessados na região e que, crescentemente, detêm o controle do poder político local, em função do absenteísmo dos proprietários originais; aventureiros e/ou apadrinhados menores dos poderes centrais, cujos ganhos derivam de especulação futura sobre o uso das terras.

Isso implica um deslocamento da propriedade da terra para comerciantes ou ocupantes cedidos por proprietários, reforçando o movimento de especulação e uma crescente promiscuidade dos poderes locais (baseados no uso da violência e na subalternidade), e as ações de poder central, cuja finalidade de cunho nacional não responde a interesses diretos da Baixada, mas fornece meios para o enriquecimento lateral desses setores. (Souza, 2002, p. 77-78)

Essa relação e a incorporação da região ao modelo de desenvolvimento industrial também pode ser compreendida pela análise do projeto de colonização do governo federal. Já citado no item anterior, o Núcleo Colonial do São Bento, criado em 1932 pelo Ministério da Agricultura, instituiu no território um processo de colonização com objetivo de assegurar o abastecimento de alimentos a capital federal (Souza, 2023, p. 47). O núcleo fez parte de um conjunto de projetos instalados na região, como a Fábrica Nacional de Motores (FNM)¹⁸ e a Cidade dos Meninos¹⁹, pois havia a

18 A Fábrica Nacional de Motores, conhecida popularmente como "Fenemê", foi implantada em 1942 com financiamento dos Estados Unidos para atender às demandas dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Destinava-se inicialmente à produção de motores aeronáuticos e sua localização em Xerém, distrito de Duque de Caxias, foi escolhida por oferecer isolamento e proteção geográfica. Em 1943, o arquiteto e urbanista Atílio Correia Lima foi encarregado, pelo governo Vargas, de projetar a Cidade dos Motores, concebida como um modelo de cidade industrial para abrigar os trabalhadores e dar suporte ao empreendimento (Contarato, 2022).

19 A Cidade dos Meninos, criada em 1943 em Duque de Caxias como uma instituição de acolhimento e formação profissional de menores, teve, em 1949, parte de suas instalações cedida ao Instituto de Malariologia e à Fábrica de Produtos Profiláticos, onde se produziam pesticidas como DDT e HCH. Em 1961, o Ministério da Saúde encerrou as atividades da fábrica, transferindo parte delas para Manguinhos (atual FIOCRUZ), mas deixou no local grandes quantidades de resíduos tóxicos sem destinação adequada. Tonéis e montes de pesticidas foram abandonados e utilizados pela população local sem conhecimento de sua periculosidade, resultando

preocupação por parte do Estado em impedir a apropriação “indevida” das terras públicas da região (muitas das quais estavam disponíveis devido as obras de saneamento). Nas palavras de Souza (2002, p. 92):

os núcleos agrícolas foram implementados como instrumentos de ocupação das terras da União e de áreas vazias, como recurso para frear o movimento migratório urbano, visto como ameaçador à segurança do Distrito Federal e como meio de assegurar o abastecimento de alimento para a capital federal.

A autora ainda destaca que a implementação do núcleo estava atrelada ao discurso estatal de valorização do homem do campo e ao fornecimento de educação e orientação técnica para assegurar uma maior racionalidade e produtividade agrícola. Esses projetos concebiam a região ao redor da capital como um cinturão agrícola e de desenvolvimento, um cinturão verde para o Rio de Janeiro. Entre os núcleos fundados na região fluminense estavam também o de Santa Cruz (1930), o de Tinguá (1938) e o de Duque de Caxias (1941), os dois últimos juntos com o de São Bento, estavam localizados na Baixada Fluminense.

O Núcleo de São Bento foi instalado nas terras da Fazenda do Iguaçu, que haviam sido desapropriadas pelo Estado em 1921 e ocupadas pela empresa responsável pelo saneamento que, após a rescisão do contrato, foram hipotecadas e entregues a União, por isso estavam disponíveis. O núcleo possuía uma área de 102 km² dividida em duas partes, a primeira denominada de sede, com lotes urbanos (70 residências construídas inicialmente entre 1939 e 1940) onde funcionava toda administração do núcleo. A segunda parte era constituída por lotes rurais compondo sete glebas [Figura 24] (Souza, 2002, p. 94).

O funcionamento do Núcleo Colonial também previa uma série de responsabilidades assumidas pelo Estado. Como aponta Souza (2002, p. 94), caberia ao poder público organizar e distribuir os lotes, construir as moradias dos colonos, fornecer orientações técnicas para o cultivo da terra e assegurar assistência médica às famílias. Também era função estatal garantir os recursos necessários ao início da produção agrícola, como máquinas e sementes, além de financiar a aquisição dos lotes por meio de pagamentos em pequenas prestações. A proposta era consolidar um modelo de colonização que combinasse infraestrutura, técnica e assistência, estimulando a fixação da população rural em áreas estratégicas para o abastecimento da capital.

Apesar da expansão do projeto no segundo governo de Vargas, o mesmo não alcançou o desenvolvimento esperado. Entre os motivos estão, segundo Souza (2002, p. 95), o fato de que muitas das terras disponibilizadas demandavam investimentos em saneamento e estavam longe de

em um dos maiores casos de contaminação química do país, com graves impactos à saúde e à vida dos moradores.

prontas para o cultivo. Deste modo, sem os recursos necessários e com financiamentos limitados, os colonos frequentemente arrendavam parte de suas terras ou abriam vendinhas para garantir a sobrevivência. Além disso, havia conflitos entre a experiência dos lavradores e as orientações dos técnicos impostas pelos administradores do núcleo, que muitas vezes desconsideravam as condições da produção ou eram inviabilizadas pela ausência de recursos.

Em Duque de Caxias, a situação se agravou ainda mais por conta da pressão urbana, isso porque o núcleo estava situado em uma área de crescente expansão da metrópole carioca. Somado a isso, a ausência de apoio governamental e o isolamento do núcleo dificultaram a continuidade da atividade agrícola. Consequentemente, de forma gradual, áreas antes reservadas ao plantio foram transformadas em lotes urbanos.

De outro modo, os investimentos públicos realizados na região beneficiaram as terras em torno da Estrada Rio-Petrópolis provocando um processo de interiorização da ocupação do município, em direção ao atual bairro do Pilar (Souza, 2002, p. 95). Assim, grandes propriedades foram adquiridas nessa região por empresas privadas que retalhavam os terrenos para em seguida vende-los sob pagamento a longo prazo (*Idem*, p. 95-96). Nesses lotes com infraestrutura urbana praticamente inexistente e exposição constante a enchentes, a ocupação era realizada por autoconstrução.

Portanto com a desestruturação do núcleo colonial, a expansão urbana se sobrepôs ao projeto agrícola, e a sua paisagem passou a mesclar elementos do campo com o adensamento urbano típico das periferias em formação. Esse processo também pode ser demonstrado pelo aumento populacional do município que foi de 28.760 habitantes em 1930 para 92.460 habitantes em 1950 [Figura 1].

No seu segundo governo, nos anos 1950, Getúlio Vargas cedeu as instalações da Estação Fitossanitária do São Bento para abrigar o Centro Panamericano de Febre Aftosa e transferiu a antiga estação para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As pesquisas voltaram-se então para as doenças da pecuária brasileira (Souza, 2023, p. 46). Ainda nessa década, em 1954, foi construído uma nova rodovia, a variante da antiga Rio-Petrópolis, atual Rodovia Washington Luís (BR040), que atravessou o território da Fazenda do Iguaçu [Figura 27]. A abertura dessa via estava integrada a um ciclo mais amplo de investimentos nacionais no transporte rodoviário.

Nas décadas de 1950 e 1960, a chamada “febre rodoviária” estimulou a construção de importantes estradas na região, reforçando a prioridade do transporte por automóveis e caminhões sobre os antigos ramais ferroviários. Nesse período foram implantadas ou modernizadas rodovias estruturantes, como a Via Dutra (BR-116), inaugurada em 1951 e eixo de ligação entre Rio e São Paulo, e a Estrada Rio-Bahia, cujo trecho inicial corresponde à atual Rio-Teresópolis (BR-116), inaugurada em 1959. Essas rodovias não

apenas reorganizaram os fluxos de circulação metropolitana, como também atraíram investimentos industriais e logísticos para áreas estratégicas ao longo de seu traçado, particularmente em Duque de Caxias, onde a oferta de terrenos baratos, somada a incentivos fiscais, consolidou novos parques industriais.

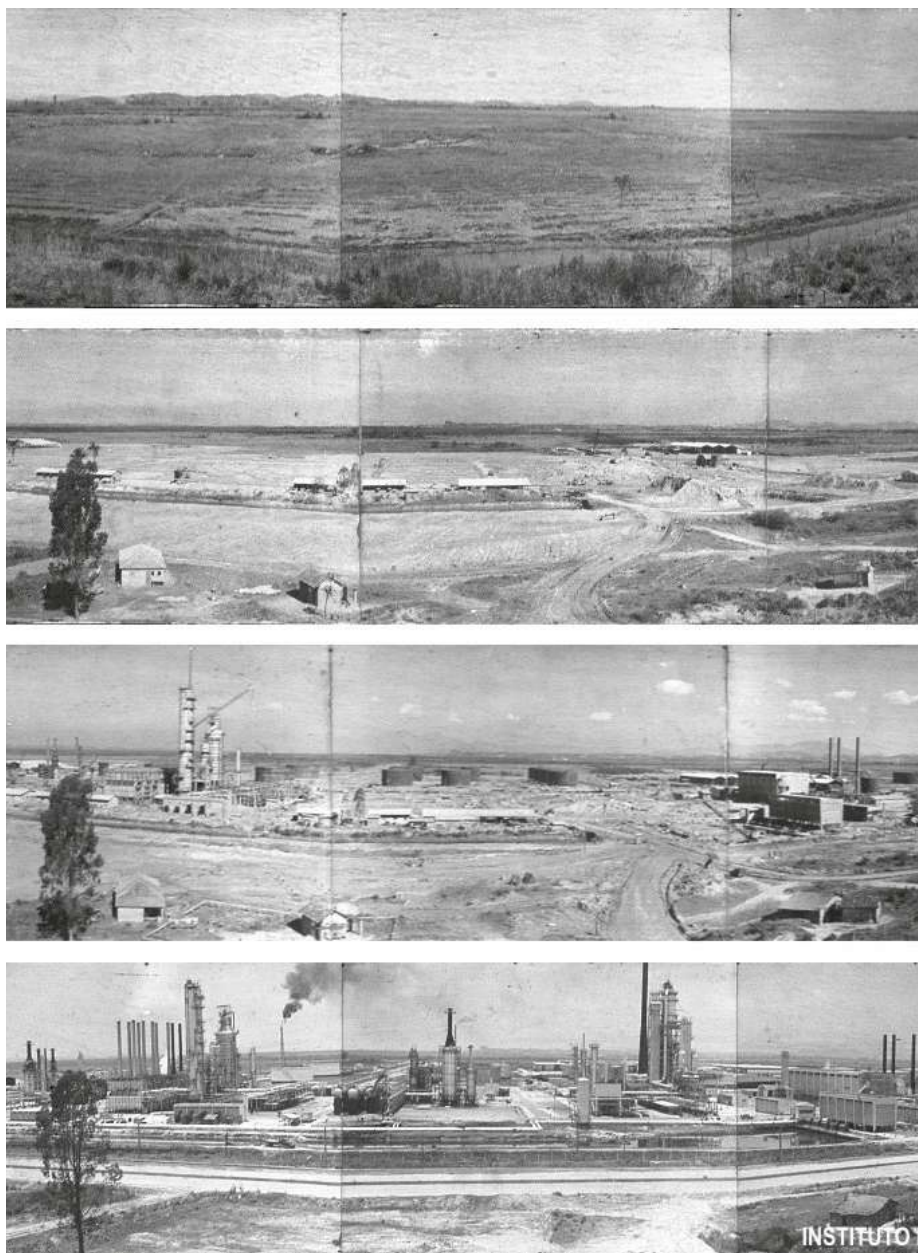
A partir da segunda metade dessa década, com o governo de Juscelino Kubitschek, ocorreu uma aceleração do processo de industrialização, que, para a sua ideologia desenvolvimentista, serial central para o processo de modernização nacional. Desse modo, esse período é caracterizado pela entrada maciça de capital estrangeiro no país, representada em parte pela importação de parques industriais (Abreu, 2013, p. 115). Assim, observa-se o crescimento da base econômica infraestrutural nacional, tal como do produto industrial. Mesmo a maior parte do crescimento industrial ocorrendo em São Paulo, o Rio de Janeiro continuou a exercer uma forte atração sobre a força de trabalho, apresentando um maior crescimento populacional que na década anterior (*Idem*). Vale lembrar que nessa mesma década ocorreu a transferência da capital para Brasília.

Nesse contexto, segundo Ribeiro e Silveira (2017, p. 242-243), o município de Duque de Caxias foi de “núcleo acanhado” no início da década de 1940 para populoso e industrializado no fim dos anos 1950. Para os autores, essas mudanças estavam diretamente relacionadas a implementação das políticas estatais de caráter nacionalista já mencionadas, principalmente no que se refere a instalações fabris de grande porte a partir da década de 1930. Ainda segundo os autores:

Num contexto marcado pelo início de descentralização da indústria fordista no espaço metropolitano, DC ganhava importância pela grande disponibilidade de terras a preços módicos, o que possibilitava às empresas manterem a proximidade com a capital federal, ao mesmo tempo que reduziam os custos de produção (Silveira, 2014). Por conta dessas vantagens, começaram a se instalar fábricas de pequeno porte dos setores têxtil, vidreiro, químico e farmacêutico (Petrakis, 2009). (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 243)

O primeiro dos grandes projetos estatais em Duque de Caxias foi a criação da já citada Cidade dos Motores, no atual distrito de Xerém, iniciada em 1943 (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 243). Porém foi a instalação da REDUC que transformou o cenário econômico do município, sendo responsável por um grande e rápido desenvolvimento econômico.

A REDUC [Figura 28] foi construída em parcelas de terras do Núcleo Colonial São Bento doadas a Petrobras ainda no governo de Juscelino Kubitschek e inaugurada em 1961, mesmo ano que foi extinto o núcleo colonial (Souza, 2023, p. 46). A refinaria, que mais tarde se tornaria a maior unidade industrial localizada na RMRJ, também impulsionou a criação de um



[Figura 28]

Processo de construção da Reduc de 1957 a 1961. Fonte:
Acervo Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de
Caxias.

polo petroquímico ao seu redor, instalado nos anos 1970 e 1980 (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 217)²⁰.

A instalação da REDUC nessas terras teve como motivo a localização estratégica da cidade de Duque de Caxias, e significou um crescimento econômico rápido para o município que no final da década de 1970 tinha na REDUC, no polo petroquímico em formação e na FNM os responsáveis por 95,8% da indústria local e empregavam 42,8% da mão de obra ocupada no setor secundário (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 244).

O impacto da implantação da REDUC e do polo petroquímico no território caxiense não se deu apenas no campo da produção industrial, mas também influenciou fortemente a dinâmica urbana e demográfica do município. Entre 1959 e 1970, Duque de Caxias viu sua participação nas atividades industriais da RMRJ mais que dobrar, passando de 4,4% para 10,8% (Beloch, 1986, p. 31). Esse crescimento fez com que o município alcançasse a terceira maior arrecadação de impostos do estado, consolidando-se como um novo polo industrial de peso no território fluminense.

Esse processo se aprofundou ao longo da década de 1970, visto que Caxias possuía, à época, a maior extensão de terras disponíveis entre os municípios da Baixada Fluminense, sendo que metade de seu território já se encontrava urbanizado, o que favorecia ainda mais a atração de novas indústrias. Para Costa (2012, p. 240) Duque de Caxias tratava-se do município com o mais rápido avanço industrial não apenas na Baixada, mas em todo o antigo estado do Rio de Janeiro.

Assim, o surto industrial transformou a função urbana de Duque de Caxias, com o município passando a exercer o papel de subcentro metropolitano, com uma área de influência que extrapolava suas fronteiras administrativas e atingia inclusive alguns bairros do então estado da Guanabara (1960–1975), atual cidade do Rio de Janeiro (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 245). Essa centralidade relativa foi acompanhada por um intenso processo de crescimento populacional: entre 1950 e 1960, Duque de Caxias foi o município fluminense com a maior taxa de crescimento demográfico (*Idem*, 2017, p. 245)

Com o aumento acelerado da população e a intensificação do processo de industrialização, Caxias passou a cumprir um papel crucial na fixação de trabalhadores de baixa renda. Desse modo o município se consolidou como uma alternativa de moradia para os setores populares, sobretudo diante do alto custo da terra nas áreas centrais da metrópole. Essas famílias

20 A instalação da REDUC em Duque de Caxias implicou a destinação de 13 km² antes voltados à reforma agrária para um grande projeto industrial (Costa, 2009, p. 137). Embora celebrada como motor do desenvolvimento local, a refinaria também trouxe sérios impactos, como poluição do ar, solo e águas (Raulino, 2011, p. 49), além do risco de acidentes graves. Tais efeitos, contudo, são frequentemente invisibilizados diante dos benefícios econômicos associados ao empreendimento.

encontravam em Duque de Caxias a possibilidade de acesso à moradia mesmo que em áreas periféricas ainda com investimentos públicos incipientes.

Esse processo se expressa claramente nos padrões de parcelamento do solo. O período de loteamento mais intenso variou conforme o distrito, no caso do 2º distrito, Campos Elíseos, concentrou-se nas décadas de 1950 e 1970 (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 249). Parte desse processo já foi descrito anteriormente em relação as terras do antigo Núcleo Colonial São Bento: grandes propriedades ou glebas desvalorizadas eram retalhadas e comercializadas a longo prazo, muitas vezes sem infraestrutura básica. Porém após a extinção do núcleo, sem qualquer apoio para manutenção das atividades agrícolas, os colonos intensificaram os processos de retalhamentos de seus lotes rurais, criando assim diversos loteamentos e bairros (Souza, 2023, p. 48).

É importante ressaltar que grande parte desses retalhamentos e comercialização de lotes não passaram por qualquer fiscalização governamental. Para Abreu (2013, p. 121), esse fato também ajudou na criação da febre loteadora, visto que na capital as exigências burocráticas e a cobrança do cumprimento de normas urbanísticas tornavam mais difícil a construção de novos imóveis. Segundo Ribeiro e Silveira (2017, p. 251-252), essa febre de loteamentos ocorreu principalmente nas décadas de 1950 e 1960 em Duque de Caxias e estava fortemente relacionada ao processo de remoção de favelas na Zona Sul, na Zona Norte e no centro da cidade do Rio de Janeiro que ocorria no mesmo momento. Ainda de acordo com os autores:

Nesse momento, as áreas ocupadas pelas favelas começaram a ser disputadas pelo setor imobiliário, que buscava reproduzir seu capital em uma área já consolidada. A partir de então, o Estado assumiu a tarefa de remover as comunidades, o que permitiu liberar áreas para a especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, aumentar o valor de troca das propriedades, ao eliminar a presença de algumas externalidades negativas, como a pobreza e a marginalidade ali existentes à época (Pacheco, 1984). Portanto, percebe-se que o Estado e os interesses do capital privado atuaram em conjunto na produção do espaço urbano nesse período, agravando o quadro já problemático da questão habitacional e induzindo a população mais pobre a se afastar do núcleo da metrópole, prejudicando, assim, sua capacidade de vivenciar os espaços mais valorizados da cidade. (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 252)

A partir disso, a febre de loteamentos impulsionou o processo de periferização que já existia e que atingiu Duque de Caxias de forma intensa, transformando 35% da área total do município em loteamentos no fim dos anos 1960 (Beloch, 1986, p. 25). Esse percentual não foi maior porque

grande parte das áreas municipais consistirem em “encostas, várzeas inundáveis, patrimônios públicos e outros terrenos não utilizáveis com essa finalidade, além de não terem sido computados os loteamentos clandestinos nessa estatística” (Ribeiro; Silveira, 2017, p. 252)²¹. Assim, o ciclo de autoconstrução urbana se expandiu na região, o que permitiu a transferência de grande parte da pobreza e dos problemas sociais da área central do Rio de Janeiro para uma região distante da burguesia (*Idem*, p. 249).

Dessa maneira é possível afirmar que até a década de 1970 a ocupação sem infraestrutura adequada gerou a caracterização de Duque de Caxias, e da Baixada Fluminense no geral, como espaço de mão-de-obra barata para a indústria e construção civil da capital e do próprio município mesmo que ainda de forma incipiente. Isso porque a ausência de políticas urbanas provocou uma segregação socioespacial, com distinção clara entre lugares dos pobres, da produção e dos ricos (Silva, 2014, p. 77).

A década de 1970 foi marcada por uma nova fase dos grandes projetos de saneamento na Baixada com o desenvolvimento do Plano Nacional de Saneamento Ambiental (PLANASA) (Silva, 2014, p. 72-73). Também foi uma década marcante pelo ressurgimento dos movimentos populares urbanos na Baixada Fluminense. Dentro do contexto de reabertura política após a ditadura militar²², o agravamento dos problemas urbanos contribuiu para a formulação de um novo discurso sobre a Baixada, que passou a ser identificada como espaço de moradia da classe trabalhadora e expressão concreta da exploração de classe (Quintslr, 2017, p. 8-9).

A partir desse momento, as associações de bairro da Baixada Fluminense passaram a articular lutas por melhorias no saneamento básico, inicialmente com ações locais como mutirões de limpeza de valões e discussões influenciadas por médicos sanitaristas que vinculavam saneamento e saúde pública, especialmente frente à recorrência de enchentes. Esse movimento se fortaleceu na década seguinte com a criação das federações de associações de moradores e, em 1984, do Comitê de Saneamento da Baixada Fluminense, resultado de uma nova compreensão coletiva dos problemas urbanos em escala regional. A atuação do Comitê envolvia reuniões com órgãos estaduais e articulava demandas de drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma integrada (Quintslr, 2017, p. 9-10)²³.

21 É importante destacar que, mesmo sendo um fator de grande importância, os loteamentos não foram a única forma de urbanização de Duque de Caxias e Baixada Fluminense no geral, e que os espaços dessa região não podem ser considerados homogêneos. O foco dado a esse processo parte da sua relevância para o recorte estudado.

22 Vale mencionar que Duque de Caxias assumiu relevância política durante a ditadura militar. A cidade foi declarada Área de Segurança Nacional em 1968, passando a ter prefeitos nomeados pelo regime, e manteve interventores militares até 1985, quando se encerrou a gestão de Hydekell de Freitas, último deles (Souza, 2002, p. 208-209).

23 Contudo, a partir dos anos 1990, observou-se um processo de desmobilização

A partir dos anos 1980, o cenário econômico do Estado do Rio de Janeiro passou por transformações associadas à reestruturação produtiva, que resultou em um processo de descentralização industrial. Nesse sentido, houve a transferência de algumas atividades industriais para a região da Baixada Fluminense em detrimento da cidade do Rio de Janeiro. Um exemplo é o caso da Zona Norte, onde muitas unidades industriais encerraram suas atividades, reduziram a produção ou migraram para outras regiões do país, atraídas por incentivos fiscais e pela possibilidade de reduzir custos operacionais (Albernaz; Contarato; Diógenes, 2025, p.11).

Com maiores repercussões na década de 1990, a reestruturação produtiva e econômica no estado do Rio de Janeiro teve impactos desiguais sobre o território, sendo mais intensa nas áreas com base industrial consolidada ou que se tornaram atrativas diante da nova lógica econômica global (Oliveira, 2006, p. 86). No caso da Baixada Fluminense, houve uma proliferação de empresas em determinados municípios, o que modificou o tradicional padrão centro-periferia em relação à cidade do Rio de Janeiro. Para Silva (2014, p. 118), esse processo gerou maior homogeneidade regional entre os municípios da RMRJ, mas acirrou desigualdades internas, criando espaços urbanos marcados por forte heterogeneidade socioespacial, como o caso de Duque de Caxias:

Em realidade, estes contrastes urbanísticos refletem as injustiças socioterritoriais do município. Por exemplo, a priorização dos investimentos em infraestrutura para o bom funcionamento das grandes empresas – no lugar de melhorias nos serviços e equipamentos urbanos de uso coletivo –, ao passo que criou um ambiente favorável à atração de outros grandes empreendimentos, promovendo a homogeneização deste no conjunto da RMRJ, imprimiu maior heterogeneidade na escala micro por efeito da concentração de investimentos e riqueza em apenas parte de alguns bairros, enquanto outros locais são dados ao ostracismo social com ausência de serviços e atendimentos básicos – resultando num novo paradigma ao padrão núcleo x periferia na metrópole fluminense. (Silva, 2014, p. 119)

Nesse contexto, foram realizados grandes projetos de reestruturação urbana na Baixada Fluminense que favoreceram o desenvolvimento econômico de municípios como Duque de Caxias, que passou a atrair ainda mais empreendimentos industriais, comerciais e imobiliários. Segundo

desses movimentos, influenciado por fatores como a ausência frequente do poder público nos espaços de negociação, o impacto da crise econômica dos anos 1980 e a incorporação da agenda neoliberal pelo Estado, que agravou a precarização do trabalho e a pobreza. Além disso, o crescimento da violência, do tráfico de drogas e, mais recentemente, o medo das milícias também contribuíram para o enfraquecimento da organização popular na região (Quintslr, 2017, p. 12).

Alves (2021, p. 123), com o adensamento comercial e de serviços o primeiro distrito de Duque de Caxias transformou-se em nova centralidade metropolitana, no entanto, foi o setor imobiliário que assumiu protagonismo na reorganização do espaço urbano. Assim, a expansão se deu sob novas bases e numa direção distinta daquela da “febre loteadora” das décadas de 1950 e 1960, voltando-se agora à empreendimentos associados à indústria, comércio e logística, como condomínios industriais e centros comerciais (*Idem*, p. 124).

Essa nova dinâmica contou com a participação de grandes e pequenas incorporadoras, empreiteiras, gestões municipais e proprietários fundiários, “todos interessados nas possibilidades de materializar fluxos de capital em espaços capazes de conceder utilidade à vantagem de localização em Caxias” (Alves, 2021, p. 123). Dessa forma a cidade passou por um processo de requalificação e refuncionalização a partir de obras viárias [Figura 27], como a extensão da Linha Vermelha (1994) e a construção do Arco Metropolitano (2014), que reforçaram a inserção da cidade nas redes econômicas e logísticas da metrópole (*Idem*, p. 124). A partir dessas mudanças, foi implantada uma ampla gama de empreendimentos no município e em outras áreas da Baixada Fluminense, incluindo apart-hotéis, shoppings, centros comerciais, condomínios industriais voltados à logística e grandes lojas de atacado.

Em suma, a urbanização da Baixada Fluminense, particularmente do município de Duque de Caxias, deve ser compreendida como resultado de processos históricos e estruturais mais amplos, próprios da dinâmica do capitalismo brasileiro, que se manifestam de forma localizada e desigual. Conforme aponta Silva (2014, p. 75), essa expansão urbana está profundamente articulada à metropolização do Rio de Janeiro e à maneira como as relações sociais e econômicas se inscrevem no território, revelando estratégias de apropriação do espaço por parte de atores hegemônicos. Nesse cenário, a valorização do solo, intensificada pelo processo inflacionário e pela função da terra como reserva de valor, atuou como vetor fundamental de transformação urbana (Abreu, 2013, p. 115).

A ausência de políticas públicas eficazes de regulação do uso do solo e o incentivo governamental à mobilidade rodoviária contribuíram para a consolidação de um padrão urbano disperso, que favoreceu o surgimento de loteamentos distantes dos principais centros urbanos, acentuando a fragmentação socioespacial. Essa lógica foi aprofundada com a industrialização da Baixada e as ondas migratórias estimuladas pelas transformações no mercado de trabalho metropolitano. Esse processo é intrinsecamente relacionado à reestruturação produtiva do Rio de Janeiro e à divisão territorial do trabalho, na qual os espaços são organizados conforme sua funcionalidade em relação à cidade central, reafirmando o papel subordinado de áreas como Duque de Caxias.

Milton Santos (1994) contribui no aprofundamento da análise desse

processo ao propor a categoria “território usado”, entendido como a síntese entre a materialidade do espaço e sua dimensão social, ou seja, um território que é continuamente apropriado e reorganizado conforme os interesses dos atores que nele atuam. No caso da Baixada Fluminense, observa-se que o uso do território é orientado, majoritariamente, pelos interesses econômicos dos grupos dominantes, que direcionam os investimentos para áreas específicas, promovendo infraestrutura voltada à produção e à circulação de mercadorias, ao passo que negligenciam os serviços públicos e o bem-estar das populações locais. Essa seletividade na ocupação e nos investimentos reforça a desigualdade social e territorial, fazendo com que o território se transforme em recurso estratégico para a reprodução do capital:

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. (Santos, 2006, p. 6)

Ainda segundo Santos (1996, p. 104), “a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial”, é movida pela produção e atribui, a cada movimento, um novo conteúdo a uma nova função aos lugares. Também pode ser vista como um processo de repartição ou distribuição de recursos disponíveis, social e geograficamente. Acrescentando a questão espacial na categoria, o autor afirma que “a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (Santos, 1996, p. 112), ou seja, não há formação social que não seja espacial.

Nesse sentido, a industrialização da Baixada, com sua infraestrutura associada (ferrovias, rodovias e polos logísticos) estruturou o espaço urbano de forma funcional à lógica da acumulação, estabelecendo zonas de concentração produtiva e áreas residenciais de baixa renda nas margens desse sistema. A configuração espacial que daí resulta é de um território marcado por conurbação e crescimento econômico, mas atravessado por profundas desigualdades internas. Como afirma Silva (2014, p. 77-78; 87), o que se observa é uma metrópole cada vez mais integrada fisicamente, mas socialmente fragmentada, onde a segregação socioespacial constitui a marca persistente da urbanização periférica. Assim, a Baixada Fluminense expressa, em sua forma urbana, o modo como o desenvolvimento capitalista brasileiro se realiza de maneira excludente e desigual, privilegiando o desenvolvimento econômico em detrimento do social.

AS OCUPAÇÕES RECENTES E A CRISE AMBIENTAL NO BAIRRO SÃO BENTO

História das ocupações

O bairro São Bento, localizado no 2º distrito de Duque de Caxias, Campos Elíseos, possui cerca de 13,3 km² e uma população de 27.604 habitantes, registrando um crescimento de 28% em relação ao censo anterior (IBGE 2022; IBGE 2010). Seus limites [Figura 29] são definidos pelos rios Iguaçu (norte) e Sarapuí (sul), pelo encontro desses cursos d'água (leste) e pela Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, antiga Rio-Petrópolis (oeste). É atravessado pela Rodovia Washington Luís (BR040) e pelo ramal ferroviário Saracuruna da Supervia, embora não tenha uma estação ferroviária. Dos 11.508 domicílios, cerca de 87% são abastecidos por rede geral de água e 12% utilizam poço profundo ou artesiano. Em relação ao esgoto sanitário, 78,4% contam com ligação à rede pública de esgoto, mas 7% despejam dejetos diretamente em corpos hídricos, e outros 10% usam valas, fossas rudimentares ou buracos. A maioria da população se declara parda (50,5%), seguida por brancos (28,5%) e pretos (20,9%), e cerca de 78% é alfabetizada (IBGE 2022).

A história da ocupação urbana no bairro, como vem sendo apresentado, possui estreita relação com o processo de loteamento das terras do antigo Núcleo Colonial São Bento. Como discutido anteriormente, esse núcleo era composto por diversas glebas, das quais a sede gleba seria a que corresponde à maior parte do bairro atual, por isso a atenção deste estudo

recai especialmente sobre ela. A necessidade desse recorte territorial se justifica tanto pela grande extensão da antiga Fazenda do Iguaçu e posterior Núcleo Colonial, quanto pelas especificidades geográficas, econômicas e sociais de cada gleba.

Dentro do contexto de extinção do núcleo colonial e a transição de um meio rural ao urbano, a sede gleba foi a última a passar por loteamentos, em razão de sua menor ocupação inicial e do fato de suas terras pertencerem ao INCRA, o que dificultava os processos de legalização fundiária. Mesmo assim, o processo de loteamento dessas terras acompanhou a chamada “febre loteadora” e foi marcado por uma intensa corrida pela obtenção do Registro Geral de Imóveis (RGI), ferramenta por meio da qual se buscava legalizar loteamentos inicialmente irregulares.

Como vem sendo abordado, antes mesmo da urbanização nos moldes atuais, o território do bairro já apresentava formas de ocupação relacionadas à Fazenda do Iguaçu e, posteriormente, ao próprio Núcleo Colonial. Esse passado de produção ligada à terra é marcado pela permanência de algumas construções, para além da própria fazenda e igreja em si, como as tulhas. A Tulha A, construída no final do século XIX, era composta por duas edificações e funcionava como espaço de secagem, beneficiamento e armazenamento de arroz, além de abrigar veículos e ferramentas (Martiniano; Souza, 2024, p. 53). Já a Tulha B, cuja função ainda é objeto de debate, foi possivelmente utilizada como senzala, embora não haja comprovação documental. O que se pode afirmar, com base nos registros disponíveis, é que essa edificação foi utilizada para o armazenamento de carvão até o século XX, devido à sua localização estratégica próxima ao Casarão e a um córrego que conectava os espaços produtivos ao porto no rio Iguaçu [Figura 30] (*Idem*, p. 116).

Quando o território da Fazenda do Iguaçu foi transformado em núcleo colonial as antigas senzalas e casas de trabalhadores rurais foram convertidas em casas de colonos²⁴ e de funcionários do Ministério da Agricultura (Martiniano; Souza, 2024, p. 82). Contudo, a primeira ocupação urbana do atual bairro data de 1939, com a criação do Parque São Bento [Figura 31]. Este assentamento foi planejado pela administração do núcleo para abrigar mais colonos e incluía a construção da casa do administrador²⁵ localizada às margens da então Estrada Rio-Petrópolis, atual Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, além do Esporte Clube São Bento e das residências dos colonos (*Idem*, p. 28–29).

Ao longo das décadas de 1940 e 1950 ainda foram construídas várias outras

24 “Colonos eram migrantes provenientes de diversas partes do Brasil e imigrantes alemães, portugueses e suecos, além de uma colônia japonesa com mais de 80 famílias” (Martiniano; Souza, 2024, p. 84).

25 A casa do administrador era um espaço de poder e moradia do administrador do núcleo e de sua família. O administrador atuava como um prefeito do núcleo, sendo representante do Ministério da Agricultura.



[Figura 29]

Localização do bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora com dados do geo inea (2024).

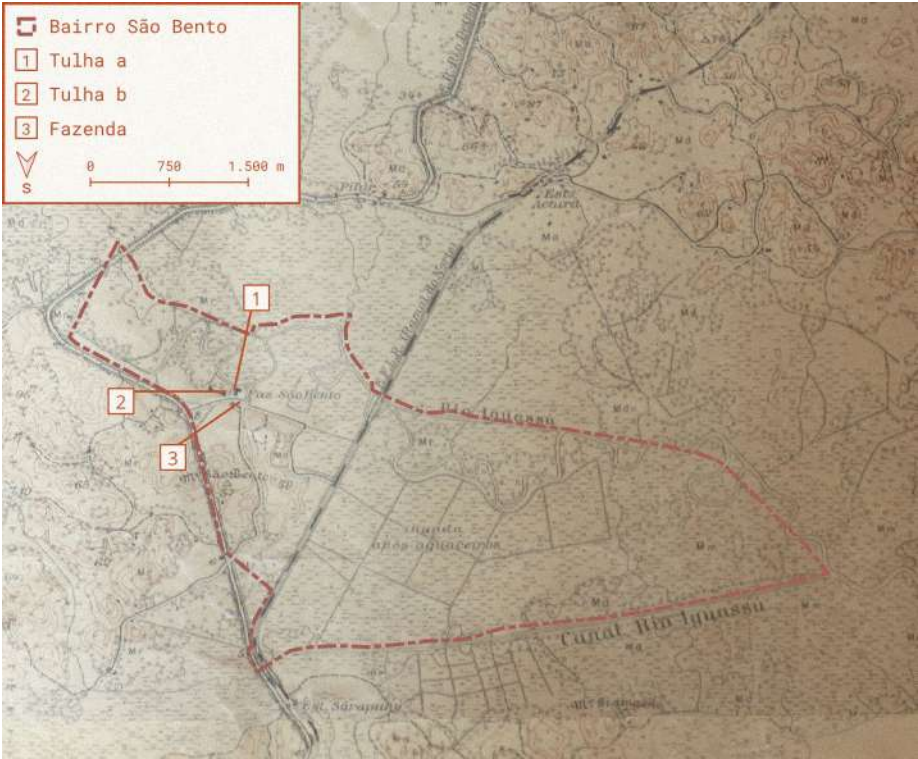
casas de colono [Figura 32] no território, que formavam assim um conjunto arquitetônico padronizado em um ambiente mesclado entre rural e urbano, onde não havia cercas (Martiniano; Souza, 2024, p. 84). Com a extinção do núcleo colonial os moradores continuaram nas casas, que com o tempo foram sofrendo modificações na arquitetura, mas ainda existem algumas preservadas no território (*Idem*, p. 84). Durante essas décadas, outras estruturas importantes também foram implantadas na região, como o prédio administrativo que serviria ao hospital do núcleo, a Escola Municipal Odilon Braga (1946) e o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (1951). Ainda na década de 1950, algumas ocupações populares começaram a se expandir na região. Um exemplo emblemático é a instalação do Parque Liberdade em 1954, às margens do rio Sarapuí, já anunciando a aproximação das moradias às margens dos cursos d'água.

Na década de 1960, o território ganhou novos marcos, como a descoberta e registro do sítio arqueológico Sambaqui do São Bento pelo IPHAN em 1960. Vale mencionar que em 1957, o Casarão e a Capela da antiga Fazenda do Iguaçu foram tombados pelo mesmo instituto. Já em 1972, parte da sede gleba foi cedida pelo INCRA para a criação da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), a primeira faculdade de licenciatura do município. A década também foi marcada pela implantação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho²⁶, às margens da Baía de Guanabara e do rio Sarapuí, que mesmo não estando na sede gleba, impactou profundamente as comunidades locais, especialmente pescadores e catadores de caranguejo, ao comprometer suas formas tradicionais de subsistência (Souza, 2023, p. 42).

A década de 1970 foi marcada ainda pelo início da ocupação da Vila Alzira, localizada sobre o dique do rio Iguaçu, marco importante da ocupação da margem do rio no bairro. Na década seguinte, movimentos sociais começaram a promover cursos e atividades voltadas à memória local, processo que culminou na fundação do Museu Vivo do São Bento (MVSb), oficializado por lei municipal em 2008, com sede inaugurada em 2011 (Martiniano; Souza, 2024, p. 20-23).

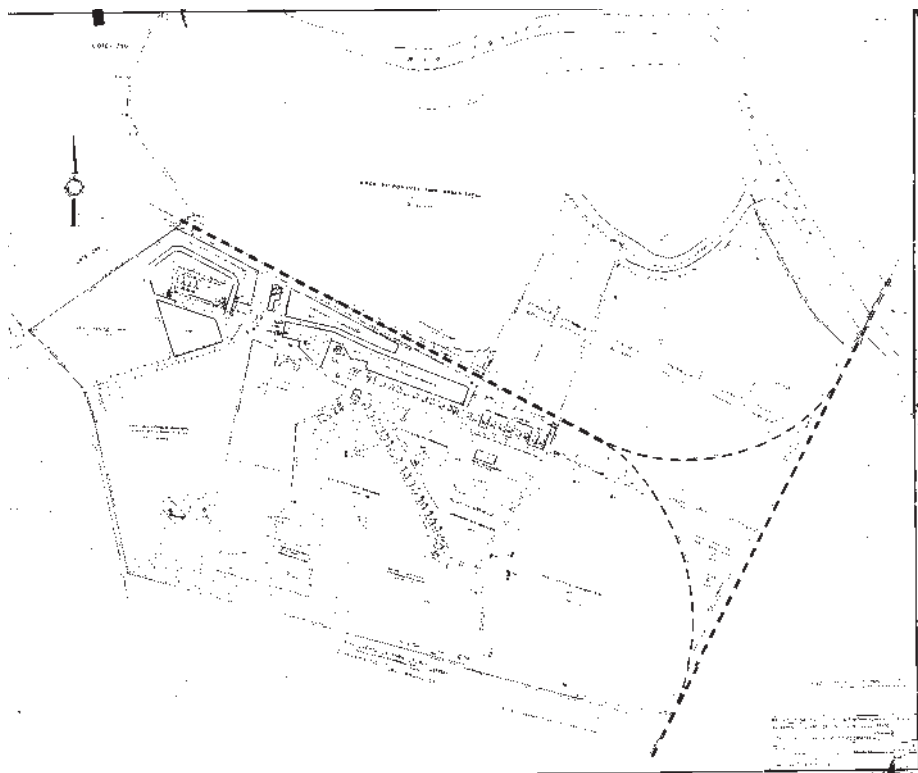
A década de 1990 marcou uma mudança importante na forma de ocupação do bairro, que passou a apresentar uma configuração mais parecida com a atual, visto que até esse momento o Parque São Bento se manteve praticamente preservado como na época do núcleo. Nesse sentido, em 1995, a Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB) iniciou uma nova ocupação popular que ficou conhecida como Novo São Bento [Figura 33]. O assentamento ocorreu em terras públicas que no passado tinham sido utilizadas por colonos japoneses e priorizou mulheres

26 O Aterro do Jardim Gramacho, considerado o maior lixão da América Latina, funcionou entre 1976 e 2012 recebendo mais de 7.000 toneladas de rejeitos químicos e orgânicos provenientes dos municípios vizinhos da Baixada Fluminense e também do município do Rio de Janeiro.



[Figura 30]

Mapa São Bento, 1935. Fonte: Serviço Geográfico do Exército, Acervo Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, marcações da autora.



[Figura 31]

Mapa Sede Gleba do Núcleo Colonial São Bento com construções do Parque São Bento. Fonte: INCRA, Acervo Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.



[Figura 32]

Casas de colonos, 1941. Fonte: Acervo Museu Vivo do São Bento.



[Figura 33]

Fotografias ocupação Novo São Bento. Fonte: Acervo Museu Vivo do São Bento.

em situação de vulnerabilidade social (Martiniano; Souza, 2024, p. 123).

A ocupação consistiu, no primeiro momento, em um acampamento provisório com materiais reaproveitados como lonas, plásticos e restos de madeira em lotes retalhados pelo MUB. Posteriormente, de forma gradual, foram feitos aterros e casas de alvenaria, construídas, em sua maioria, pelas próprias moradoras que constituíram a principal mão de obra. Essas mulheres eram diaristas, empregadas domésticas, catadoras de material reciclável, doceiras, camelôs, costureiras, desempregadas ou mulheres em situação de trabalho precário, sem casa própria e, em grande parte, também eram chefes de família (Martiniano; Souza, 2024, p. 123).

Aos poucos, a mobilização popular assegurou a construção de infraestrutura básica como pavimentação, energia elétrica e iluminação pública. A ocupação se expandiu com novos lotes às margens do rio Iguaçu, e atualmente, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) organiza os moradores em torno da regularização fundiária e melhorias nas condições de vida no território (Martiniano; Souza, 2024, p. 124).

Nos anos seguintes (e continuando até o presente), diversas outras ocupações surgiram na região e algumas delas se juntaram a Vila Alzira e Novo São Bento nas margens do rio Iguaçu [Figura 34]. São elas, em ordem de surgimento: Esperança ou Vila Nova, Guedes e Medina (Martiniano; Souza, 2024, p. 127). Essas ocupações das margens ocorreram e ocorrem em áreas de polder determinadas pelo Plano Diretor de Recursos Hídricos (COPPE, 2013, p. 52) [Figura 35]. Calvão (2021, p. 103), a partir da análise comparativa de imagens satélites demonstra como o adensamento urbano das áreas ocupadas ocorre de forma rápida.

Ainda a partir da análise das imagens é possível observar também que as ocupações tem um traçado de loteamento regular. Apesar da semelhança formal, os processos sociais e urbanos que envolvem as ocupações mais recentes diferem profundamente da concepção da Novo São Bento, por exemplo. Mesmo se tratando de ocupações para moradia em terras públicas, a Novo São Bento, como explicado, foi fruto de um movimento popular por moradia, com um projeto político de cidade. Já a partir do final da década de 1990, o caráter das ocupações muda por serem agora promovidas pela milícia visando o lucro com a venda dos terrenos irregulares.

O observado é uma forma de grilagem de terras públicas combinado com o desmatamento das reservas de Mata Atlântica que configuram um acirramento da questão ambiental na região (Souza, 2023, p. 47). Simões (2019), em reportagem investigativa sobre uma das ocupações mais recentes, descreve, a partir de entrevistas com moradores, que o processo tem início com a “limpeza” da área escolhida com fogo, no qual incendeiam a vegetação para abrir espaço e eliminar obstáculos naturais. Em seguida são feitos aterros com entulho²⁷ para nivelar o solo e secar as áreas alagadiças,

27 Segundo moradores, o despejo de entulho na região ocorre sobretudo

preparando a base para construções [Figura 36 e 37]. Após o aterro, a área é dividida em lotes e começa a ser vendida, geralmente para trabalhadores de baixa renda, com valores em torno de 11 mil reais, com a possibilidade de pagamento a prazo²⁸.

Os compradores recebem ainda documentos de cartórios locais que atestariam a legitimidade da transação, porém sem o RGI. Muitos desses novos moradores não tinham conhecimento desse documento, descobrindo depois da transação que se trata de uma terra da União. A situação ainda é agravada no cotidiano, visto que a infraestrutura nessas áreas é provida, em grande parte, pelos mesmos grupos de poder, como a abertura de vias, postes de luz e até mesmo associações de moradores para receber correspondências e cobrar taxas (Simões, 2019). Essas ações simulam uma gestão pública e reforçam o controle desses grupos na região.

Toda a situação é agravada pelo assentamento das ocupações em áreas de risco de inundações [Figura 38] e com moradias precárias [Figura 39]. No final de 2009 um temporal deixou toda região alagada por dias antes que a água baixasse. Isso tensionou que o INEA, responsável pela fiscalização ambiental no Estado, em colaboração com o Ministério das Cidades, anunciassem uma parceria para incluir os residentes no Projeto Iguaçu (Britto; Fleury, 2023, p. 13). O projeto, financiado pela Caixa Econômica Federal como parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) 2 (Calvão, 2021, p. 120), visava realocar 2,5 mil famílias que viviam em áreas de risco de inundação ao longo das margens dos rios.

Nesse sentido, o INEA desapropriou a área na esquina entre a Avenida Leonel de Moura Brizola e a Rua Benjamin da Rocha Junior para a construção dos três condomínios correspondentes: Bolonha, Florencia e Mendonza [Figura 40]. O empreendimento do âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida foi inaugurado em 2016 totalizando 900 unidades

de madrugada para não chamar atenção. Os caminhoneiros pagam cerca de 350 reais por caçamba para despejar o entulho que é utilizado pela milícia para aterrar terrenos. Nesse contexto, a chamada “ponte do Alba”, construída pela prefeitura, acabou por facilitar a entrada desses caminhões. Segundo relatos de moradores, representantes da administração municipal se apresentaram como assessores do então vereador Celso do Alba (PMDB), na época Secretário de Meio Ambiente de Duque de Caxias, ligado ao prefeito Washington Reis, condenado em 2016 por crimes ambientais e loteamento irregular (Simões, 2019).

28 Tal processo de preço baixo e opção de pagamento a prazo se assemelha ao processo de loteamentos do século XX.

[Figura 34]

Evolução das ocupações* na margem do Rio Iguaçu no bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora a partir de imagens satélites históricas do Google Earth.

*a localização de cada ocupação, por não ser oficial, foi aproximada.

Vila Alzira

Esperança ou
Vila Nova

Medina

Novo
São
Bento

Guedes



Vila Alzira

Esperança ou
Vila Nova

Medina

Novo
São
Bento

Guedes

1985

2003

2015

2025

 área edificada nova
 área edificada antiga

 aterros / ocupação não consolidada
 área verde

 vias novas
 vias antigas

 água



[Figura 35]

Região do Pôlder São Bento e canais do bairro São Bento segundo Plano Diretor de Recursos Hídricos (COPPE, 2013).
Fonte: adaptado de Calvão (2021, p. 100).

habitacionais com previsão de 2790 moradores e tinha como objetivo a realocação das famílias que moravam em faixas marginais dos rios Iguaçu e Sarapuí (Calvão, 2021, p. 120).

As áreas que seriam desocupadas correspondiam as áreas 1 e 2 [Figura 40] planejadas para a implantação do Parque Urbano Inundável do São Bento previsto pelo Plano diretor de Recursos Hídricos do Projeto Iguaçu (Calvão, 2021, p. 102) e correspondem, hoje, as ocupações Guedes e Medina. O processo de cadastramento dessas famílias ocorreu entre julho de 2015 e janeiro de 2016 e o INEA chegou a fazer o levantamento de todas as casas que seriam demolidas. Contudo, em junho de 2017, os residentes foram surpreendidos com a notícia do cancelamento do projeto (Simões, 2019). Além disso, as unidades do conjunto habitacional foram distribuídas pela prefeitura contemplando outros moradores e impossibilitando que os residentes das áreas de risco conseguissem se mudar (Britto; Fleury, 2023, p. 13).

Segundo Souza (Simões, 2019), o projeto de reassentamento poderia ter consolidado a presença do poder público, inibindo práticas de aterramento e grilagem. A ausência de sua implementação, contudo, acabou por reforçar o movimento contrário, ao estimular a continuidade das ações da milícia sem qualquer perspectiva de limitação. A ocupação no Guedes ilustra esse processo, uma vez que o aterramento foi retomado em 2017 e permanece em andamento (*Idem*).

A ocupação da margem do rio Iguaçu no bairro São Bento envolve, então, diversos agentes e processos que contribuem para os debates sobre a produção social do espaço urbano periférico. Entre as características que definem a urbanização periférica, Caldeira (2024, p. 6) destaca o papel dos moradores como agentes centrais da urbanização e não apenas como consumidores do espaço. Essa centralidade se manifesta na prática da autoconstrução, responsável por dar forma a esses territórios que apresentam uma paisagem heterogênea e marcada por temporalidades próprias.

Dessa forma, as periferias seguem uma lógica não uniforme e progressiva na qual a improvisação, bricolagem e imaginação são centrais (Caldeira, 2024, p. 7). Para a autora, esse processo revela que a urbanização periférica não significa a ausência de Estado, mas uma relação complexa com o mesmo. A presença do Estado viria a posteriori da produção do espaço pelos moradores, principalmente a partir de tentativas de regularização e provimento de infraestruturas (*Idem*, p. 9). Muitos bairros periféricos, como lembra a autora, surgiram de planos de loteadores, mas com camadas de irregularidade e negociações entre moradores, Estado e agentes privados (*Idem*).

A irregularidade, nesse sentido, é uma categoria central para a compreensão desse modo de produção social do espaço, não significando

necessariamente ilegalidade, mas sim uma complexidade da propriedade, visto que frequentemente os moradores pagam e têm direito sobre seus lotes (Caldeira, 2024, p. 10). Assim, a irregularidade aparece mais como instabilidade, ou seja, a situação legal está sempre sujeita a transformações e muitos moradores também apostam em regularizações futuras. É nesse terreno que emerge o espaço político da cidadania insurgente, em que, apesar da precariedade, as periferias se tornam também territórios de invenção política, fortalecendo laços comunitários e reivindicações por melhorias (*Idem*, p. 12).

O debate proposto por Oliveira (2003; 2006) amplia essa discussão ao apontar que a autoconstrução pelos trabalhadores, junto com os subsídios estatais, atuou historicamente como pilar da industrialização brasileira reduzindo os custos da reprodução da força de trabalho. Desse ponto de vista, a presença do Estado não é apenas posterior, mas também anterior, uma vez que sua “ausência” deliberada, como permitir loteamentos sem infraestrutura básica, operou como aval e incentivo para a disseminação da autoconstrução.

A partir disso, a urbanização periférica é também um reflexo da exploração estrutural do trabalho, transformando a autoconstrução em forma de trabalho não remunerado pelo capital (Oliveira, 2006, p. 69). Os mutirões, característicos dessa prática, expressam essa dialética negativa ao “resolverem” a questão da habitação pelo esforço coletivo dos pobres, ao mesmo tempo em que desobrigam o Estado e o capital (*Idem*, p. 72). Assim, para as classes populares não há mercado imobiliário pleno e a casa assume sobretudo valor de uso, não de troca (*Idem*).

Cavalcanti e Araújo (2023) retomam esse debate ao destacar que os moradores atuam “enquanto Estado”, articulando diagnósticos sociais e realizando obras, o que borra as fronteiras entre Estado, mercado e movimentos sociais (Cavalcanti; Araújo, 2023, p. 10). As autoras recorrem à noção de “pessoas como infraestruturas” (Simone, 2004) para demonstrar a centralidade do trabalho informal e comunitário na produção urbana, além de dialogarem com Oliveira (2003) para enfatizar que o setor informal não é marginal, mas parte constitutiva da lógica capitalista, ao reduzir os custos de reprodução da força de trabalho. Nesse quadro, a dualidade formal/informal perde força explicativa, pois ambos estão articulados na acumulação capitalista (Oliveira, 2003, p. 136-138).

Cabe ainda incluir na análise um agente central na dinâmica urbana do bairro São Bento, a milícia. Como aponta Canetti (2024, p. 3), os estudos sobre urbanização periférica tendem a negligenciar a relação entre grupos criminosos e o mercado imobiliário informal, assim como a relevância da sua atuação. Nesse sentido, o autor (2024, p. 6) destaca que essa centralidade ocorre justamente porque a urbanização periférica se dá onde a presença do Estado é ambígua, em referência a Caldeira (2024, p. 9). Assim, esses grupos passam a atuar na gestão da informalidade fundiária e na produção e



[Figuras 36 e 37]

Fotografia de caminhão despejando entulho no bairro São Bento. Fonte: Simões (2019).

Fotografia de pilha de entulho no bairro São Bento. Fonte: Simões (2019).

manutenção de economias ilícitas (Canettieri, 2024, p. 6).

Essa lógica precisa ser compreendida em diálogo com a restrição estrutural do mercado formal de terras e habitação. Como observa Canettieri (2024, p. 6), a população é incapaz de acessar a moradia pelas vias do mercado e do Estado devido à restrição e segregação dos mercados imobiliários. Nesse ponto, pode-se retomar Oliveira (2006, p. 72), que afirmou que, para as classes populares, não existe mercado imobiliário. É nesse interstício que as milícias e outros grupos criminosos passam a operar, articulando-se com autoridades locais, policiais e agentes institucionais.

O “caráter altamente restritivo da condição de legalidade da produção do espaço”, como enfatiza Canettieri (2024, p. 8), abre espaço para a mobilização de práticas ilícitas, das quais as milícias se aproveitam. Suas ações são multifacetadas e incluem desde o fornecimento de infraestrutura e serviços urbanos, sobretudo segurança, até a atuação direta no mercado imobiliário, seja por meio de loteamentos clandestinos, da organização de ocupações, ou da venda e revenda de terrenos e casas sob coerção (*Idem*, p. 9).

Essa participação dos agentes criminosos na produção do espaço urbano remete, em parte, ao que Caldeira (2024) descreve como autoprodução do espaço, mas com uma diferença crucial, aqui não se trata apenas de um processo de conquista coletiva de direitos, mas de uma apropriação orientada prioritariamente pela extração de ganhos financeiros (Canettieri, 2024, p. 16). Em síntese, como conclui o autor (2024, p. 17), “suas ações incluem grilagem, loteamento irregular e comercialização de terras, afetando a produção e a comodificação do ambiente construído, além de influenciar o mercado imobiliário”.

Em vista disso, a dinâmica das ocupações pode expandir os comentários apresentados de Caldeira (2024, p. 6). Isso porque, nesse caso, não são apenas os moradores os agentes centrais da urbanização periférica, mas principalmente a milícia. Assim, a autoconstrução e a paisagem heterogênea (*Idem*), embora ainda presentes e significativamente importantes, se apresentam em um segundo plano, pois primeiramente ocorre a ação da milícia de degradação ambiental e completo desprezo às condições de vida da população. Além disso, a temporalidade aqui também se manifesta de maneira distinta, ao invés de representar uma possível “melhora” gradativa, no contexto dessas ocupações, significa tragédias anunciadas, como as inundações.

A partir disso, é essencial compreender que a atuação da milícia existe dentro de uma lógica sustentada pela violência. Nesse sentido, as considerações de Alves (2020) sobre violência no contexto da Baixada Fluminense são fundamentais. O autor chama atenção para a necessidade de tratar a violência como constitutiva do poder, e não como um elemento externo ou residual, negando, assim, a separação absoluta entre poder e



[Figura 38]

Áreas inundáveis no bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da SMUH-DC de Duque de Caxias.



[Figura 39]

Fotografia Vila Alzira. Fonte: Filipo Tardim, 2024.

violência ao sugerir a

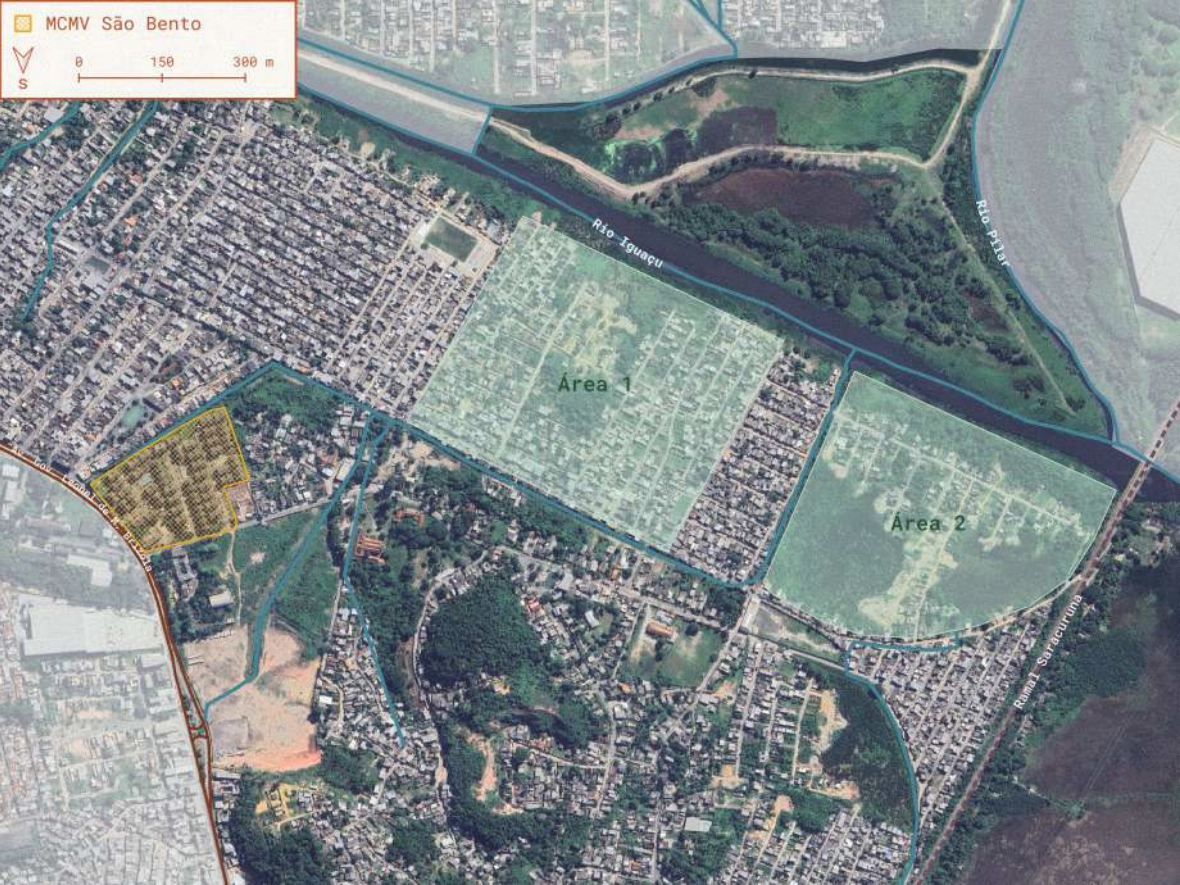
possibilidade de um consenso em torno do uso da violência, isto é, da construção de um modelo de poder onde a violência por ele implementada ou permitida torne-se reconhecida e respaldada pela maioria, não meramente como uma imposição ditatorial, mas como uma forma de dominação historicamente elaborada. (Alves, 2020, p. 76)

No caso da Baixada Fluminense, isso se traduz no que Alves (2020, p. 76) denomina um “totalitarismo socialmente construído”, em que a legitimação da violência compõe o cálculo racional dos atores e é sustentada pelas dinâmicas de poder local, estadual e federal. Essa perspectiva amplia a compreensão sobre a centralidade da violência, permitindo politizar o conceito e entendê-lo em sua historicidade. Segundo o autor (2020, p. 74), a violência revela a complexidade das relações sociais, articulando diferentes esferas que estruturam a sociedade e conformando padrões de comportamento que se reproduzem no tempo e no espaço. Assim, a violência se apresenta também como mecanismo de domesticação da violência dos pobres, constantemente representados como ameaça à ordem.

A análise da Baixada Fluminense mostra, assim, que a violência não pode ser dissociada das relações de poder e da própria formação do Estado. Ao reconstruir a história local, Alves (2020, p. 74) identifica que as formas instrumentais da violência (em suas dimensões econômicas, culturais e sociais) se consolidaram ao longo do tempo, desdobrando-se também em seu sentido mais restrito, como força física exercida sobre os corpos, capaz de interromper ações, agredir, desonrar e matar.

Para o autor, esse processo se concretiza, de forma particular, a partir do final dos anos 1960, quando os grupos de extermínio se consolidam na Baixada, instaurando uma prática sistemática de execuções sumárias que perdura até os dias atuais (Alves, 2020, p. 75). Nesse quadro, a violência deixa de ser apenas um sintoma de “ausência” estatal para se tornar uma tecnologia de poder, moldando a vida cotidiana e estruturando o espaço urbano.

O caso das ocupações do bairro São Bento evidencia como diferentes temporalidades e formas de uso da terra se sobrepõem, desde o núcleo colonial e seus loteamentos até as ocupações populares recentes. Ao longo da história, nota-se a coexistência de iniciativas comunitárias, como a Novo São Bento, com processos de mercantilização e grilagem de terras promovidos pela milícia. Nesse sentido, demonstra que a urbanização periférica se constituiu em meio a uma atuação contraditória do Estado, ora ausente na provisão de infraestrutura, ora presente na legitimação de loteamentos, remoções e políticas de habitação inacabadas. Essa dinâmica não é acidental, mas parte do funcionamento da cidade capitalista, em que a irregularidade fundiária e a autoconstrução cumprem papel estrutural



[Figura 40]

Localização do MCMV São Bento e áreas para implantação do Parque Urbano Inundável do São Bento. Fonte: adaptado de Calvão (2021, p. 103).

ao transferir para os trabalhadores os custos da reprodução da moradia, enquanto agentes privados maximizam o lucro em cima dos moradores e da natureza (Alves, 2020, p. 19).

De cinturão-verde a zona de sacrifício, os instrumentos de planejamento

A partir das análises realizadas, até o momento, o Estado desempenhou um papel central na forma como a ocupação urbana em Duque de Caxias se consolidou. Deste modo, a análise dos instrumentos de planejamento urbano permite compreender, não apenas as regras formais de ordenamento territorial, mas também os projetos políticos de diferentes agentes e instituições que incidiram sobre o município e, em particular, sobre o bairro São Bento. Examinar essas diretrizes é fundamental para evidenciar como certas visões de cidade e de desenvolvimento foram incorporadas (ou impostas) ao território. Nesse contexto, uma das primeiras iniciativas de regulação do uso do solo no município foi o Plano Diretor Urbanístico de 1972, sancionado pelo interventor militar General Carlos Marciano.

O Plano de 1972, aprovado antes mesmo da Lei de Parcelamento do Solo Urbano²⁹, estabelecia as condições para loteamentos e tinha como objetivo declarado “orientar e controlar o desenvolvimento territorial do município” (Duque de Caxias, 1973). Seu zoneamento consistia na separação de zonas de uso predominante do solo: habitacional, comercial, serviços comunitários, industrial, especial, agropastoril e reserva. Também dividiu o quadro urbano do município nas seguintes áreas: Áreas Urbanas (AU); Área de Expansão Urbana (AE); Área Industrial (AI); e Área de Grandes Propriedade (AP). Para este trabalho, destaca-se a previsão de Áreas Industriais que abrangiam grande parte do atual bairro São Bento [Figura 41]. Na prática, quase metade da área do bairro foi destinada ao estabelecimento de indústrias, na AI, e a outra parte à ocupação básica, na AU, “destinada a abrigar a população das atuais localidades urbanas do município” (*Idem*).

O plano também estabeleceu um quadro rural, com a definição de Área Rural (AR) e de Área de Reserva (AV). Esta última deveria ser preservada como reserva florestal e de proteção de mananciais do município, situada acima da curva de nível de 150 metros na vertente da Serra do Mar e demais elevações do território. Dessa forma, a região atualmente ocupada pelo bairro São Bento, assim como grande parte do litoral, foi desconsiderada dessa categoria de proteção, ficando restrita ao pé da serra no distrito de Xerém. Expressando mais as intenções do que o posterior real crescimento da malha urbana do município, o plano evidencia como os projetos oficiais para o território estavam diretamente vinculados às pretensões econômicas do regime militar e à presença da REDUC e da FNM, polos de atração

29 Lei 6.766/79: Parcelamento do Solo Urbano.

fundamentais para a instalação de indústrias na região (Alves, 2021, p. 44). Destaca-se ainda que a preocupação ambiental não se apresentava como prioridade, sendo marginal frente aos interesses de expansão industrial e urbana.

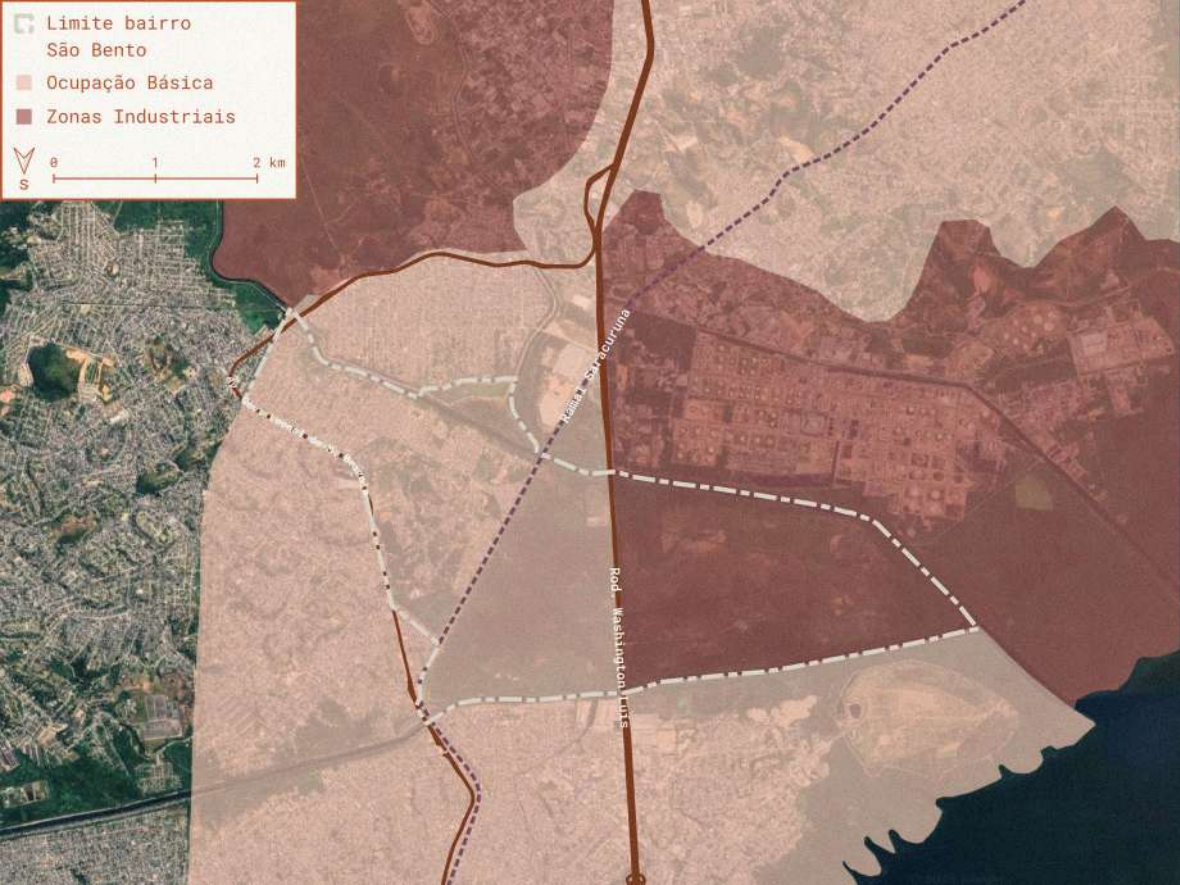
A proximidade da REDUC com a Rodovia Washington Luís, incorporada ao traçado da BR-040 pelo Plano Nacional de Viação de 1973, reforçava a função do eixo viário como articulador de espaços industriais no município. A escolha da localização da refinaria não apenas se relacionava à integração logística e à posição estratégica de Duque de Caxias no polígono industrial do Sudeste, mas também consolidava a rodovia como vetor de expansão urbana-industrial, em contraste com sua reduzida função residencial (Alves, 2021, p. 45–46). Esse arranjo espacial colocou a área de estudo em contato direto com os efeitos decorrentes da presença de um grande empreendimento petroquímico, cuja produção se expandiu de forma acelerada ao longo das décadas seguintes.

No que tange aos impactos socioambientais, a REDUC exerceu forte pressão sobre os ecossistemas da região, especialmente o rio Iguaçu e os manguezais remanescentes em sua foz. Estima-se que, em determinados períodos, o sistema de refrigeração da refinaria tenha despejado até 2,8 toneladas de óleo por dia no rio, número reduzido para cerca de 650 kg/dia na década de 1990, mas ainda significativo frente ao conjunto das emissões industriais da Baía de Guanabara (COPPE, 1996, p. 48). A dragagem periódica do canal de tomada de água, realizada a cada 18 meses em média, também agravava a degradação ao lançar sedimentos sobre áreas de manguezal, interrompendo o fluxo das marés e provocando a morte da vegetação (*Idem*). Tais efeitos, somados à emissão de material particulado, gases poluentes e riscos recorrentes de acidentes industriais, como o ocorrido em 1972³⁰, evidenciam a dimensão local dos passivos ambientais gerados pela refinaria (Raulino, 2011, p. 49). Em síntese,

A construção da refinaria e a consolidação de um complexo petroquímico ocorreram ao mesmo tempo em que se ampliou o uso residencial nas áreas que correspondem aos bairros de Campos Elíseos e Jardim Primavera – cuja ocupação antecedeu a própria chegada das plantas industriais (Raulino, 2013, p. 72). O fenômeno urbano-industrial se desenvolveu, então, combinando contraditoriamente as benesses econômicas, arrecadação, empregos residuais e descasos socioambientais que repercutiram gravemente na condição de vida das áreas urbanas vizinhas. (Alves, 2021, p. 51)

Ainda sobre os impactos ambientais que afetam a população da região, as inundações são centrais. Nesse sentido, em 1996 foi elaborado o Plano

³⁰ Em 1972 ocorreu a explosão de um tonel esférico contendo gás liquefeito de petróleo que resultou em pelo menos 42 mortos (Alves, 2021, p. 51).



[Figura 41]

Zoneamento do Duque de Caxias segundo Plano Diretor de 1972. Fonte: adaptado de Alves (2021, p. 45).

Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu-Sarapuí, conhecido como Projeto Iguaçu, com ênfase no controle de inundações. O documento foi resultado de uma iniciativa da antiga Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA)³¹, elaborado por uma equipe técnica o Laboratório de Hidrologia da COPPE/UFRJ. O plano pretendia, a longo prazo, contribuir para o estabelecimento de um sistema estadual de gestão de recursos hídricos, integrando ações de engenharia, de ordenamento territorial e de recuperação ambiental.

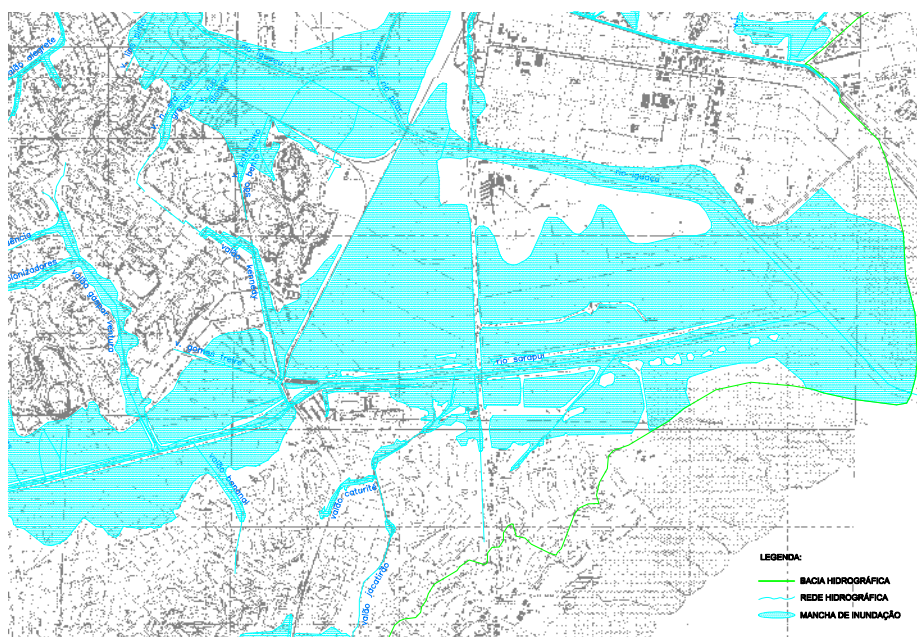
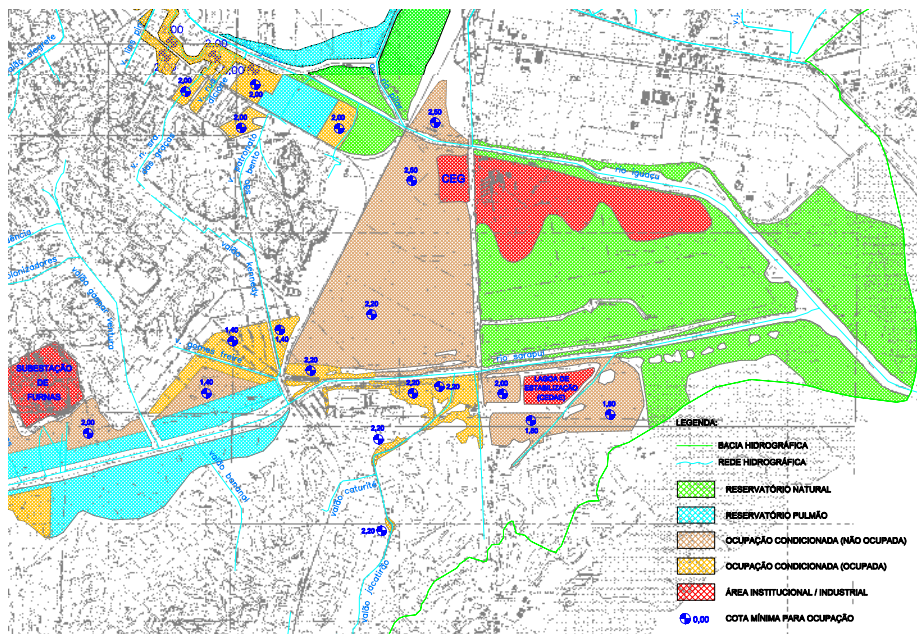
A elaboração do plano foi motivada pelas dificuldades enfrentadas no Projeto Reconstrução-Rio³², especialmente no que dizia respeito ao reassentamento da população ribeirinha. Muitas dessas habitações estavam situadas em áreas de risco e ao mesmo tempo bloqueavam a execução das obras necessárias. O relatório enfatizava que essa condição estava diretamente relacionada à ausência de uma política habitacional capaz de atender a demanda por moradia na região. Enquanto o poder público mostrava eficiência em proteger a propriedade privada, inclusive terrenos vazios e sem risco, era notória a permissividade quanto à ocupação de áreas públicas vulneráveis, como margens de rios e várzeas, agravando os efeitos das enchentes e encarecendo as soluções técnicas para mitigá-las (COPPE, 1996).

Em termos de propostas, o plano estruturou um conjunto de intervenções hidráulicas que incluía a construção e recuperação de polders, diques, casas de bombas e sistemas de comportas, de modo a reduzir a frequência e a gravidade das inundações. Previu ainda a criação de reservatórios pulmão, áreas destinadas a funcionar como espaços de retenção temporária das águas em períodos críticos. Essas medidas se articulavam com obras de canalização de valões e de dragagem, sobretudo em áreas como o antigo núcleo São Bento, onde o adensamento urbano já impunha riscos significativos. Ao mesmo tempo, o relatório recomendava associar a cada ação estrutural uma ou mais ações não estruturais, voltadas à sustentabilidade de longo prazo do sistema. Nesse campo, foram incluídas diretrizes para o disciplinamento do uso do solo, recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, práticas conservacionistas e programas educativos voltados à conscientização ambiental.

Ainda que o plano contemplasse aspectos ecológicos, o foco central permanecia na viabilização de obras de controle hídrico e no reordenamento urbano, o que implicava a necessidade de remoção de milhares de famílias

31 Fundação já extinta, substituída pelo INEA.

32 Programa desenvolvido entre 1990 e 1996 e financiado pelo Banco Mundial, que incluía entre suas ações obras voltadas para o esgotamento sanitário na região da Baixada Fluminense (Britto, 2003, p. 64). Sua elaboração esteve relacionada às mobilizações de movimentos sociais da Baixada, em especial das federações de moradores, que, após as enchentes de 1988, passaram a pressionar o poder público por respostas estruturais aos recorrentes problemas de saneamento e drenagem.



[Figuras 42 e 43]

Ordenamento e uso do solo. Fonte: adaptado de Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu/Sarapuí (1996).

Mancha de inundação detalhada situação 1996. Fonte: adaptado de Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu/Sarapuí (1996).

para áreas mais seguras. No caso específico da área de estudo deste trabalho, a intervenção prevista dizia respeito ao Pôlder Núcleo São Bento, que demandaria a relocação de cerca de 150 famílias. Tratava-se de uma das ações classificadas pelo relatório como de maior impacto social, justamente por envolver deslocamentos em larga escala, com reassentamentos parciais em bairros mais distantes ou, em alguns casos, até mesmo em outros municípios (COPPE, 1996, p. 128). O destino apontado para esses moradores era a área do Pôlder Gomes Freire, localizada nas proximidades da Avenida Gomes Freire, com 180.000 m² e capacidade estimada para 1.500 unidades habitacionais (*Idem*, p. 127). Hoje, essa área encontra-se completamente urbanizada, tal como as demais porções do bairro.

No âmbito das propostas de ordenamento do uso do solo, a margem do Rio Iguaçu no bairro São Bento foi classificada pelo plano como área de ocupação condicionada, reservatório pulmão ou reserva natural [Figura 42]. Os desenhos técnicos presentes no relatório, especialmente o mapa de mancha de inundação detalhada [Figura 43], permitem observar a amplitude dos impactos previstos das cheias na região à época. Essa representação reforça o contraste entre a função ambiental e de contenção das águas que se buscava atribuir ao território e o processo posterior de adensamento urbano que continuou a desconsiderar tais restrições.

Em 1997 foi criada a APA São Bento [Figura 44] pelo Decreto Municipal nº 3020, sendo a primeira unidade de conservação do município de Duque de Caxias e uma das primeiras na Baixada Fluminense. Sua localização condizia quase inteiramente ao bairro São Bento, ocupando 1.033,42 hectares cortados pela estrada de ferro e pela Rodovia Washington Luís. Sua criação teve como fundamento o reconhecimento das características ecológicas, históricas, arqueológicas e culturais da região. O decreto municipal ressaltava que a área representava um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica próximos ao centro urbano, desempenhando papel estratégico na retenção de poluentes atmosféricos e na melhoria da qualidade do ar do entorno.

Além disso, tratava-se de uma área sujeita a inundações periódicas, por ser ponto natural de transbordamento dos rios Sarapuí e Iguaçu, característica que reforçava sua função ecológica como espaço de regulação hídrica. O texto legal também destacava a relevância cultural do tombamento do complexo da Fazenda do Iguaçu pelo IPHAN, integrando o patrimônio histórico ao espaço protegido. Entre suas diretrizes estavam previstos a criação de um zoneamento ambiental, a elaboração de um plano de gestão participativo e a instalação de um escritório técnico para acompanhamento das ações (Duque de Caxias, 1997).

Apesar de sua importância reconhecida no momento da criação, a APA São Bento passou, desde então, por um processo de sucessivas descaracterizações institucionais. Em 2006, durante o primeiro mandato do prefeito Washington Reis, a Lei Complementar nº 01 instituiu o novo Plano



[Figura 44]

Localização APA São Bento e Campo do Bomba. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do geo inea (2024) e da SMUH-DC.

Diretor Urbanístico do município de Duque de Caxias, ainda vigente. No macrozoneamento [Figuras 45 e 46] apresentado, grande parte de suas terras foi classificada como Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), enquanto o complexo da Fazenda e os sítios arqueológicos foram definidos como Zona Especial de Interesse Turístico (ZEIT). Parte do território das margens do Rio Iguaçu foi enquadrado também como ZEIA e a outra, área da ocupação Esperança ou Vila Nova, como Zona de Ocupação Básica (ZOB)³³. Entretanto, nesse mesmo ano, por meio do Decreto-Lei Municipal nº 2003, o prefeito retirou uma grande área da APA, conhecida como Campo do Bomba [Figura 44], sem apresentar justificativas técnicas. Essa área foi reclassificada como Zona Especial de Negócios (ZEN) e definida no macrozoneamento municipal como centro atacadista (Contarato, 2024, p. 11).

O Campo do Bomba é denominado assim em decorrência do Quilombo do Bomba que fazia parte da Hidra de Iguaçu, abordado anteriormente. Possui quase três milhões de metros quadrados e representa uma das últimas grandes planícies fluviais da Baixada Fluminense (Martiniano; Souza, 2024, p. 134–135). Trata-se ainda de uma região de várzea que desempenha papel essencial no equilíbrio hidrológico local, funcionando como amortecedor natural das enchentes ao receber e reter as águas dos rios Iguaçu e Sarapuí em épocas de cheia.

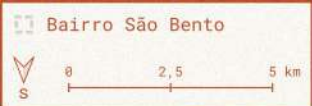
No mapa de uso e cobertura da terra do município [Figuras 47 e 48], observa-se que o Campo do Bomba, em conjunto com área da APA às margens da Baía de Guanabara, constitui uma extensa área de campos alagados cercada por ocupação urbana intensa. A pressão imobiliária e as propostas de aterro e construção nesse território intensificam riscos já conhecidos. Segundo Britto e Fleury (2023, p. 15), a área funciona como um pôlder, o que implica em alta vulnerabilidade caso haja intervenções que comprometam sua dinâmica natural.

Um estudo de modelagem hidrológica conduzido pelo Laboratório de Estudos das Águas Urbanas do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEAU-PROURB-UFRJ) reforça essas preocupações. A simulação aponta que a construção sobre a planície do Campo do Bomba deslocaria volumes expressivos de água para as áreas urbanizadas do entorno, ampliando a intensidade dos alagamentos, especialmente diante do agravamento previsto pelas mudanças climáticas

33 A ocupação Vila Alzira se encontra fora dos limites da APA São Bento, mas dentro do bairro São Bento.

[Figura 45]

Macrozoneamento de Duque de Caxias Plano Diretor de 2006.
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da SMUH-DC.



Miguel Pereira

Petrópolis

Nova Iguaçu

Duque de Caxias

Magé

Belford Roxo

Mesquita

São João de Meriti

Nilópolis

Macrozoneamento

Cota 50

Cota 75

Zona de Ocupação Básica (ZOB)

Zona de Ocupação Controlada (ZOC)

Zona de Ocupação Preferencial (ZOP)

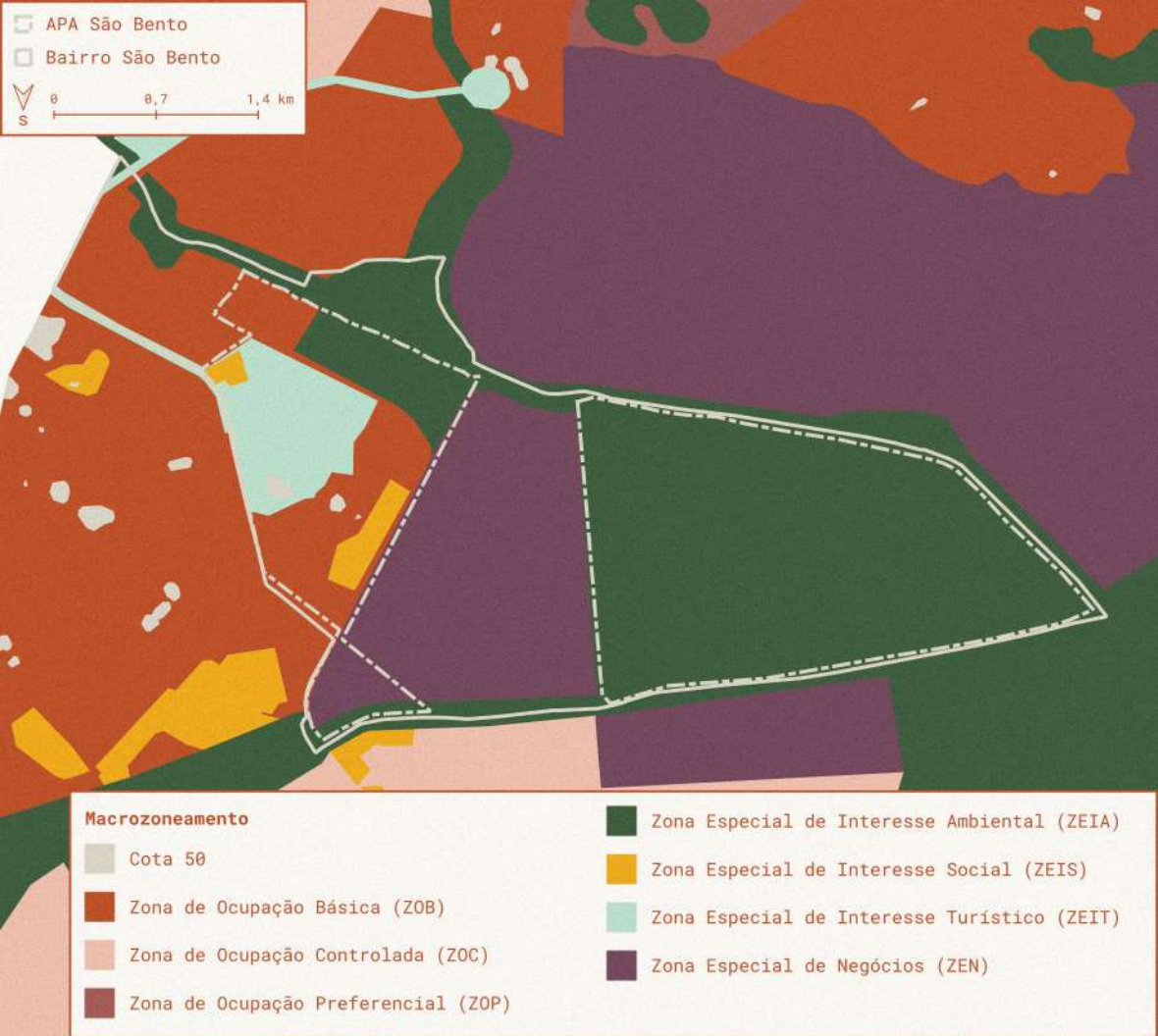
Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA)

Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

Zona Especial de Interesse Turístico (ZEIT)

Zona Especial de Negócios (ZEN)

Zona Especial de Negócios Rural (ZEN Rural)



[Figura 46]

Macrozoneamento de Duque de Caxias Plano Diretor de 2006, aproximado bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da SMUH-DC.

(Contarato, 2024, p. 15).

Ainda sobre o Plano Diretor, entre os objetivos estratégicos do município consta “recuperar e promover a identidade de Duque de Caxias no cenário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, qualificando a imagem do Município como de referência Fluminense” (Duque de Caxias, 2006). Para tanto, são elencadas uma série de peculiaridades que caracterizariam o território, como: polo estadual de qualificação de mão de obra industrial petroquímica, tecnológica e de defesa, além da recuperação de passivos ambientais; principal polo industrial da RMRJ; polo logístico em tecnologia, estocagem e distribuição de produtos; e ainda polo turístico de referência metropolitana, apoiado em atributos culturais, quilombolas e ecológicos. No mesmo documento, está previsto também

preservar e recuperar os ecossistemas naturais do Município, com a finalidade de promover padrões ambientais satisfatórios e sustentáveis, tendo em vista, no que couber, uma gestão ambiental compartilhada com os municípios vizinhos, em especial referida aos recursos hídricos. (Duque de Caxias, 2006)

No entanto, ao observar as diretrizes da política ambiental, emerge uma contradição, pois, entre elas, destaca-se o objetivo de “promover agilidade nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de interesse municipal, articulando e integrando as ações dos diversos entes públicos federais e estaduais no Município” (Duque de Caxias, 2006). Essa formulação evidencia a tensão entre a retórica de preservação ambiental e a priorização do crescimento econômico baseado na expansão industrial e logística. Em contextos como o do Campo do Bomba, essa contradição se torna ainda mais clara, uma vez que o território é reconhecido, de um lado, por seu papel ecológico e estratégico no controle de enchentes e, de outro, pressionado por interesses de ocupação que fragilizam justamente as funções ambientais que o plano afirma querer preservar.

Em 2008 foi elaborado pela COPPE/UFRJ o Plano Diretor de Recursos Hídricos, Controle de Inundações e Recuperação Ambiental das Bacias do rio Iguaçu/Sarapuí, uma revisão do Projeto Iguaçu de 1996, que forneceu subsídios técnicos para as obras de macrodrenagem financiadas pelo Governo Federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Baixada Fluminense (COPPE, 2013, p. 123). A reformulação do plano ocorreu em meio a um contexto de crise, visto que no final de 2007 ocorreram fortes chuvas que provocaram inundações em diversos municípios e que afetaram especialmente a bacia do rio Sarapuí (COPPE, 2008, p. 1). Esses eventos, que ocorreram logo após a aprovação do Plano Diretor Municipal e a exclusão do Campo do Bomba da APA São Bento, expuseram de forma contundente a vulnerabilidade das populações residentes nas áreas mais baixas e pressionaram pela priorização de medidas emergenciais.

As intervenções propostas pelo Projeto Iguaçu tinham como objetivo central reverter o quadro de degradação dos corpos hídricos e melhorar as condições de escoamento, respondendo aos problemas identificados nos levantamentos técnicos, como assoreamentos, estrangulamentos e seções fluviais insuficientes (COPPE, 2008, p. 18). Naquele momento, a estratégia adotada consistiu em mapear as áreas mais atingidas pelas enchentes e priorizar intervenções nessas localidades, de modo a reduzir o impacto dos transbordamentos que haviam se intensificado no ciclo de chuvas anterior. No âmbito dessas propostas, foram previstos projetos específicos para a área de estudo, como o Pôlder do Núcleo São Bento e o Parque Urbano Inundável do São Bento, já abordado anteriormente.

Mais recentemente, em 2018, em seu segundo mandato, Washington Reis desfez o conselho gestor da APA São Bento, enfraquecendo os instrumentos de participação social e de fiscalização. Pouco depois, no mesmo ano, o INCRA, proprietário legal das terras, doou o território ao município sob a condição de que fosse utilizado em até dois anos³⁴. A decisão contrariou a recomendação do Ministério Público Federal³⁵, que havia se posicionado contra a transferência em razão da ausência de compromisso socioambiental da prefeitura e da recorrência de conflitos fundiários e de grilagem na região (Britto; Fleury, 2023, p. 12–13).

Atualmente, as obras do centro atacadista previstas para o Campo do Bomba encontram-se paralisadas em razão do processo judicial ainda em andamento que discute quem será o futuro proprietário das terras. Esse impasse, ao mesmo tempo em que bloqueia o avanço do empreendimento de forte impacto ambiental, evidencia a ausência de um plano consistente por parte do poder público para a proteção da área, que deveria estar vinculada à APA São Bento.

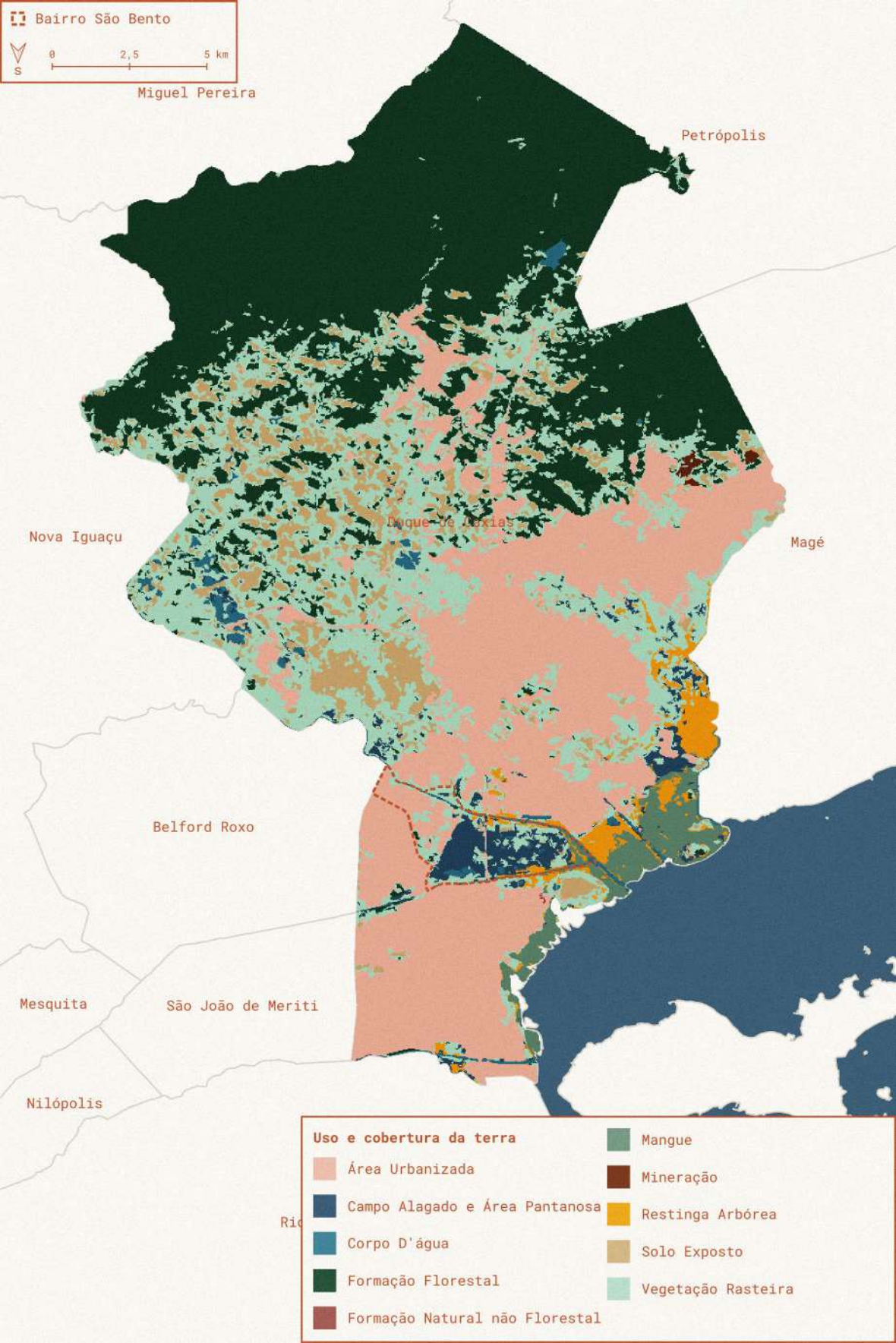
Em contrapartida ao projeto político da administração municipal, que sistematicamente enfraquece os instrumentos de preservação e abre caminho para usos intensivos e predatórios do solo, estão os coletivos sociais e pesquisadores que vêm assumindo o protagonismo na defesa

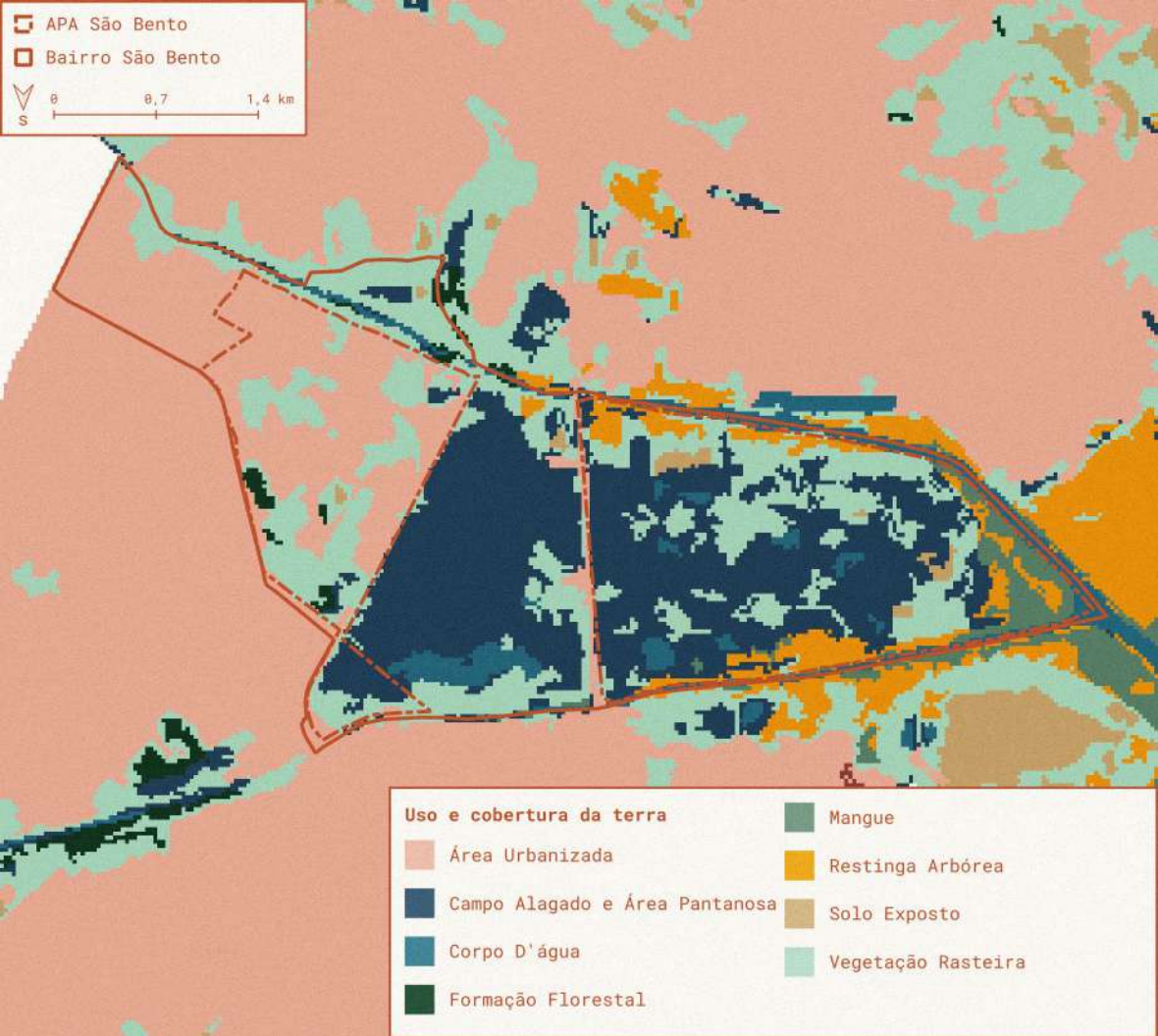
34 No mesmo ano, a Lei Nº 2931 autorizou o “Poder Executivo Municipal e suas autarquias a receber, por doação, áreas e acessórios, localizados no Núcleo Colonial São Bento, 2º Distrito deste Município, a fim de implantar equipamentos públicos, regularizar ocupações informais e construir unidades habitacionais”.

35 Recomendação Nº05/2018. Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000070/2015-89.

[Figura 47]

Uso e cobertura da terra em Duque de Caxias, 2024. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do MapBiomias (2024).





[Figura 48]

Uso e cobertura da terra em Duque de Caxias, 2024, aproximado bairro São Bento. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do MapBiomas (2024).

do território, inclusive recorrendo a denúncias e ações junto ao Ministério Público (Contarato, 2024, p. 17).

Nesse sentido, destaca-se a atuação do MVSb, institucionalizado pela Lei Municipal nº 2224/2008, que se constituiu como um ecomuseu ou museu território voltado à preservação do patrimônio material, imaterial e natural da região. A lei estabelece como finalidades o fortalecimento do movimento de defesa do território, a afirmação do São Bento como lugar de memória e história, a valorização dos sujeitos locais como construtores de seu tempo e a projeção coletiva de novos futuros (Duque de Caxias, 2008). O MVSb foi concebido sob os princípios da Nova Museologia, ampliando a noção de patrimônio e propondo uma experiência museológica mais interativa, ligada à vida cotidiana e às lutas sociais do bairro (Bezerra et al., 2020, p. 335–336). Seu papel ultrapassa a preservação da memória, já que intervém na realidade social ao envolver as comunidades em um processo de pertencimento e reivindicação de direitos. Como observa Souza (2023, p. 48), trata-se de um projeto político-cultural que reconhece as ruínas históricas como base para “estabelecer coletivamente projetos de outras urbanidades”, orientadas pela reparação histórica e pela recuperação de áreas degradadas.

Paralelamente, em 2021, o Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping (FORAS)³⁶ mobilizou o Ministério Público Federal e a comissão metropolitana da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) a convocarem audiências públicas sobre o futuro do Campo do Bomba. Dessa mobilização resultou o Projeto de Lei nº 4773/2021, que propôs a criação do Parque Estadual do Quilombo do Bomba, articulando preservação ambiental, resgate histórico e oferta de lazer em um território carente de equipamentos públicos. Em parceria com o LEAU/PROURB/UFRJ, desenvolveu-se ainda um projeto arquitetônico-paisagístico que prevê trilhas elevadas, ciclovias e estruturas integradas ao percurso do MVSb, além de uma nova estação ferroviária que conectaria o bairro ao restante da metrópole (Contarato, 2024, p. 16–17). A proposta evidencia o esforço de coletivos, instituições acadêmicas e moradores em formular alternativas sustentáveis, em contraste direto com a agenda municipal voltada para empreendimentos comerciais de grande impacto ambiental.

A disputa pela destinação de terras do antigo núcleo colonial São Bento não

36 O FORAS surgiu em 2014, a partir da articulação de moradores e movimentos locais diante da iminente construção de um complexo multiatividades, denominado Central Park Caxias, na então última área verde da região central de Duque de Caxias. Organizado no formato de fórum popular, o FORAS se constituiu como um espaço de articulação de diferentes organizações e coletivos, posicionando-se contra o empreendimento e denunciando seus impactos sociais, culturais, urbanos e ambientais, ao mesmo tempo em que passou a defender, em contraposição, a criação de um parque urbano como alternativa para a área. O movimento segue em atuação no município, articulando lutas e debates em torno de outras questões urbanas, socioambientais e relacionadas ao direito à cidade.

se restringe ao Campo do Bomba. Em 2021, diversas audiências públicas foram convocadas pelo Ministério Público Federal para debater as áreas sob responsabilidade do INCRA, entre elas o terreno situado atrás da FEUDUC. O objetivo era reunir subsídios para a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta a ser negociado com o município. No processo, a Prefeitura de Duque de Caxias requereu formalmente ao INCRA a doação de parte da área em questão para viabilizar a implantação do “Central Park Fluminense”. O projeto, orçado em aproximadamente 66 milhões de reais, previa a construção de um parque urbano com infraestrutura de lazer diversificada, como quadras, playgrounds, academias, pistas de atletismo, áreas de churrasco, pistas de skate, anfiteatro e estacionamento, além da canalização de cerca de 2 km do Canal São Bento, que corta a região (Duque de Caxias, 2024).

Entretanto, a proposta foi questionada na audiência pública por propor usos incondizentes com a área, aumentando a impermeabilização do solo, como pistas de skate e atletismo, e, sobretudo, por ignorar a função ambiental do canal e da vegetação existente. Especialistas e moradores alertaram que a canalização comprometeria a capacidade de drenagem da área, agravando o risco de enchentes, além de eliminar elementos paisagísticos e ecológicos fundamentais para a preservação da APA São Bento. Mesmo sem resolução da destinação das terras, em 2024, durante o período eleitoral, a área foi devastada [Figura 50] e recebeu uma placa anunciando o futuro “Central Park Fluminense” [Figura 51], em evidente estratégia de promoção política do então candidato Netinho Reis, posteriormente eleito prefeito. A intervenção resultou na destruição de habitats de flora e fauna local, o que motivou novas denúncias por parte do FORAS e dos responsáveis pelo MVSb. Após a repercussão negativa, as obras foram paralisadas, porém retomadas nos primeiros meses de 2025.

Esse quadro pode ser interpretado como o processo histórico no qual a Baixada Fluminense foi transformada de cinturão-verde em zona de sacrifício da metrópole. Como sintetizou Segadas Soares (1962, p. 70):

a baixada era preciosa demais para que se lhe confiasse o puro e simples papel de zona rural. A metrópole necessitava dessa área para instalar sua população em rápido crescimento e para localizar as suas indústrias.

Desconsideraram-se assim, mais uma vez, as funções ecológicas que estruturam o território, abrindo caminho para a consolidação de um modelo de ocupação voltado prioritariamente para atender às demandas da capital e do parque industrial metropolitano, em detrimento das necessidades sociais e ambientais da própria região.

Cabe ressaltar que essa trajetória não foi apenas resultado de pressões externas, mas também de escolhas políticas orientadas pelo modelo urbano-industrial baseado no desenvolvimentismo. O primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Duque de Caxias (1970) já



[Figura 49]

Comparação da área do projeto do Central Park Fluminense em 2024 e 2025. Fonte: Google Earth.



[Figura 50]
Placa de divulgação em frente à área do Central Park Fluminense. Fonte: Google Street View.

indicava como inevitável a ampliação da base industrial local, destacando que a refinaria e a fábrica de borracha induziriam à instalação de indústrias químicas e congêneres, ressaltando a alta produtividade desse setor (Raulino, 2011, p. 40). Essa visão, reiterada posteriormente no Planejamento Estratégico Municipal de 1999, consolidou um discurso de desenvolvimento associado exclusivamente à expansão industrial, naturalizando seus impactos e invisibilizando alternativas de uso do território (*Idem*).

As consequências desse processo são visíveis na configuração do município como espaço receptor de atividades de alto impacto, marcado por injustiças ambientais severas como poluição atmosférica e acidentes derivados da instalação do polo petrolífero, a contaminação crônica da Cidade dos Meninos, a implantação do aterro metropolitano de Jardim Gramacho durante a ditadura, além da atuação de grupos armados ligados à grilagem e à exploração de areais³⁷ (Souza, 2023, p. 47–48). Esse conjunto de práticas consolida Duque de Caxias como uma zona de sacrifício na RMRJ, onde os custos do “desenvolvimento” recaem sistematicamente sobre a população mais vulnerabilizada.

A crise ambiental e as mudanças climáticas

Como vem sendo abordado ao longo do trabalho, o território de estudo sofre historicamente com a questão das inundações e mesmo após décadas de projetos voltados a solucionar o problema, uma solução efetiva ainda não foi instalada. Com a extinção do DNOS na década de 1990, ficou sob responsabilidade dos governos municipais a proteção sanitária da população, mas as obras remanescentes conseguiram mitigar temporariamente os impactos das enchentes (Canedo, 2024, p. 1-2). Entretanto, ficaram anos sem manutenção adequada, culminando na enchente de 1988, uma das mais severas da história da região, que deixou centenas de mortos e milhares de desabrigados, além de gerar um grande surto de leptospirose. Este evento marcou o início do Projeto Iguaçu, elaborado pela UFRJ com financiamento emergencial do Banco Mundial, que buscou implementar medidas estruturais e não-estruturais para reduzir os riscos de inundação (*Idem*).

Apesar da importância das intervenções promovidas pelo Projeto Iguaçu, incluindo sua revisão em 2008, sua execução incompleta manteve a região vulnerável, como evidenciado pela enchente de 2009, que deixou milhares de pessoas sem energia elétrica e áreas extensas alagadas por várias horas (Canedo, 2024, p. 5). As obras, como pôlderes, diques e sistemas de bombeamento, mostraram-se insuficientes frente à continuidade da

37 O morro do céu, localizado no bairro São Bento, guarda uma vegetação relativamente preservada, porém nas últimas décadas parte do morro foi degradada pela exploração ilegal de saibro (Martiniano e Souza, 2024, p. 140-143).

urbanização das planícies fluviais e à canalização inadequada dos cursos d'água adjacentes, que aumentam a velocidade e o volume de água chegando aos rios principais (*Idem*, p. 8, 14).

O quadro vem se agravando em decorrência das mudanças climáticas, que aumentam a intensidade e frequência dos eventos de precipitação. Isso ficou evidente no episódio chuvoso de 2024, quando, segundo registros técnicos, o volume de chuva em Nova Iguaçu (231,6 mm em 14 horas) superou em quase o dobro o evento de 2009 (122 mm), resultando em alagamentos extensos em Duque de Caxias e outras áreas da Baixada, com impactos significativos sobre o sistema viário, infraestrutura urbana e saúde da população (Canedo, 2024, p. 5). O escoamento lento nos rios Iguaçu e Sarapuí, aliado à insuficiência das obras existentes, fez com que os alagamentos perdurassem por horas além do “tempo de concentração” da bacia, ampliando os prejuízos materiais e riscos sanitários (*Idem*, p. 11). Em janeiro de 2025 mais uma chuva intensa, 33,3 mm em apenas uma hora, provocou inundações no município [Figura 51]. A Rodovia Washington Luís foi totalmente interditada nos dois sentidos na altura da REDUC e o bloqueio, que durou em torno de 9 horas, gerou um engarrafamento de aproximadamente 15 km. Isso, em conjunto com diversos bairros alagados, levou o município a decretar estado de alerta extremo (G1 Rio, 2025).

Canedo (2024) chama atenção para a questão das ocupações em áreas que deveriam ser dedicadas exclusivamente ao armazenamento de água. Segundo o autor (*Idem*, p. 14) as regiões muito baixas, que estão sujeitas ao refluxo das águas salgadas da Baía em períodos de maré alta tiveram como solução a construção de polders, isto é, diques de terra de pequena altura que impedem a entrada da água da maré alta. No entanto, como observa o autor, esse mesmo dique que protege contra a maré também bloqueia a saída das águas pluviais acumuladas no interior da área protegida, deixando-a vulnerável às enchentes provocadas pela chuva. Para resolver essa limitação, cada dique de polder deve dispor de comportas, casas de bombeamento ou ambos, e na Baixada Fluminense todos os polders contam com pelo menos um conjunto de comportas (*Idem*).

O funcionamento do sistema depende, contudo, de que uma parte da área protegida seja reservada exclusivamente para o armazenamento das águas pluviais. Isso porque o escoamento pelas comportas ocorre de forma intermitente, regulado pelas diferenças de pressão hidrostática, o que torna imprescindível a existência de espaço interno destinado a acumular a água da chuva até que ela possa ser liberada. Assim, o crescimento dessas ocupações, especialmente nas margens dos rios Sarapuí e Iguaçu, compromete a eficiência dos polders e agrava a vulnerabilidade da população que nelas residem (*Idem*). Um exemplo foi a inundação que ocorreu por causa do transbordo das águas do Rio Iguaçu devido a maré alta, sem chuva, em 2016 [Figura 52].

Em 2014, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-



[Figura 51]

Imagens aéreas das pistas alagadas na BR 040 na altura da REDUC. Fonte: G1 Rio 2025.



[Figura 52]

Fotografias do transbordo do rio Iguaçu com maré alta e sem chuva, 2016. Fonte: Marlúcia Santos de Souza.

RJ) o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (PERHI-RJ), que constituiu um marco no planejamento estratégico para a gestão da água no estado. Elaborado pelo Laboratório de Hidrologia e Estudos Ambientais da COPPE/UFRJ (LabHid), com apoio da Fundação COPPETEC, o plano teve como objetivo central orientar as ações necessárias para assegurar água em quantidade e qualidade adequadas às demandas presentes e futuras da sociedade e dos ecossistemas. Estruturado em duas etapas principais, diagnóstico e definição das ações até 2030, o PERHI-RJ buscou reverter tendências de degradação dos recursos hídricos, enfrentar problemas relacionados à disponibilidade e qualidade da água e, também, fortalecer a capacidade institucional de gestão.

Na região hidrográfica V (RH-V), que abrange a Baía de Guanabara e grande parte da RMRJ, os estudos apontaram uma das maiores concentrações de vulnerabilidade do estado. Essa vulnerabilidade decorre da combinação entre suscetibilidade natural (clima, relevo, solos e vegetação) e ocupação inadequada do solo, sobretudo em margens de rios e áreas de baixada. O diagnóstico mostrou que, entre 2000 e 2012, a RH-V concentrou 34% das pessoas afetadas por eventos críticos no estado, revelando a magnitude do impacto humano nas áreas mais expostas.

O relatório de Vulnerabilidade a Eventos Críticos do PERHI-RJ reforçou que os chamados “desastres naturais” não resultam apenas da intensidade dos eventos extremos, mas principalmente do grau de exposição das populações urbanas. Assim, o aumento da ocupação de áreas de risco, associado ao crescimento populacional, tem ampliado a frequência e a gravidade dos desastres, sobretudo nas regiões metropolitanas do Sudeste, onde predominam chuvas intensas, inundações, enxurradas e deslizamentos (COPPE, 2014, p. 2). Esse quadro não é novo visto que registros históricos indicam que chuvas intensas sempre ocorreram na cidade do Rio de Janeiro e em outros municípios, causando inundações nas baixadas e escorregamentos nas encostas (COPPE, 2014, p. 16).

O relatório chama atenção para a enchente de 1988, citada anteriormente, considerada uma das mais graves da história da Baixada Fluminense, que deixou 277 mortos e cerca de 2.000 desabrigados apenas em Petrópolis e na Baixada. O evento foi tão marcante que motivou o decreto de estado de calamidade pública em 11 municípios, incluindo Duque de Caxias, Magé, Nilópolis e Nova Iguaçu (COPPE, 2014, p. 17-18). O episódio ilustrou a associação entre ocupação urbana em área de risco, falhas na infraestrutura de drenagem e vulnerabilidade social.

O diagnóstico do plano evidenciou, ainda, um cenário agravado pela presença de polos industriais de alto risco na RH-V, como o complexo petroquímico centrado na REDUC³⁸, que concentra atividades ligadas à

38 Um dos maiores acidentes da REDUC ocorreu no dia 18 janeiro de 2000 quando um oleoduto que liga a Refinaria ao Terminal da Ilha D'Água, vizinho à Ilha do Governador, se rompeu, derramando 1,3 milhão de litros

petroquímica, química fina, plásticos, tintas e vernizes (COPPE, 2014, p. 224). Associado a isso, há a circulação de cargas perigosas pela BR-040, incluindo explosivos, combustíveis, pesticidas e ácidos, o que aumenta a exposição da região a potenciais acidentes de grandes proporções (COPPE, 2014, p. 189). No município de Duque de Caxias a BR-040 corta ainda cinco corpos hídricos para além do rio Iguaçu: Rio Meriti, Rio Sarapuí, Rio Santo Antônio, Canal Mato Grosso e Rio Saracuruna (COPPE, 2014, p. 185). Esse cenário aumenta ainda mais as chances de acidentes relacionados a derramamento de cargas perigosas nos rios.

Todas essas situações apresentadas podem ser compreendidas, dentro do debate sobre justiça ambiental, como desigualdade ambiental e consideradas injustiça ambiental. No caso do São Bento, tais conceitos se evidenciam na medida em que a população local é exposta a riscos e danos ambientais de forma desproporcional em relação a outros grupos sociais. Como define Raulino (2011, p. 40-41), a desigualdade ambiental não se restringe ao simples fato de todos sofrerem algum grau de exposição, mas está relacionada a outras desigualdades sociais, como renda, raça e gênero, que tornam certos grupos mais vulneráveis. A injustiça ambiental, por sua vez, refere-se ao mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais a populações marginalizadas, como as de baixa renda e trabalhadores em condições precárias (*Idem*, p. 41).

O caso de São Bento se insere também no campo dos conflitos ambientais, caracterizados quando diferentes usos e interesses sobre o território entram em disputa e afetam diretamente a vida da população local. Como sintetiza Acselrad (2004c, p. 9), “os conflitos ambientais eclodem quando impactos indesejáveis, transmitidos pelo ar, pela água ou pelo solo, comprometem a coexistência localizada entre distintas práticas sociais de uso do território e de seus recursos”. No território em questão, entre os principais atores estão a prefeitura, as milícias e a população, sendo que os interesses dos dois primeiros grupos, de exploração política e econômica do espaço, se sobrepõem às condições e qualidade de vida do terceiro.

Esse processo se reflete em práticas como a falta de infraestrutura básica, como o abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e as deficiências no saneamento, especialmente relacionadas à drenagem, assim como na ocupação (ou planos de ocupação) de áreas de risco que deveriam funcionar como zonas de absorção das chuvas, como o terreno da FEUDUC ou o campo do Bomba. Ao mesmo tempo, a proximidade com a REDUC agrava os problemas ambientais e de saúde, devido à poluição atmosférica, à emissão de resíduos tóxicos e ao histórico de acidentes industriais. Não por acaso, Raulino (2011, p. 51) caracteriza o entorno da REDUC como um caso emblemático de injustiça ambiental por ser um território altamente

de óleo na região.

NITAHARA, Akemi. Após 16 anos, pescadores ainda não foram compensados por vazamento da Reduc. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2016.

impactado onde a população continua vivendo em condições precárias.

Acsehrad (2004c, p. 11) lembra que o poder público desempenha papel central nesse quadro, tanto pela omissão em garantir serviços básicos quanto pela convivência em flexibilizar normas de ocupação do solo e ambientais. A permissividade do Estado contribui para a consolidação de zonas de sacrifício, isto é, áreas destinadas historicamente à instalação de atividades poluentes e perigosas, em geral em regiões de baixa renda e menor capacidade de mobilização política. Esse conceito se aplica diretamente à Baixada Fluminense e, em especial, ao distrito de Campos Elíseos, onde coexistem riscos relacionados a enchentes, lixões, emissões industriais e precariedade urbana.

Raulino (2011, p. 44-45) também destaca a exposição desproporcional aos riscos tecnológicos e industriais. O autor mostra como a REDUC e o polo petroquímico concentram atividades de alto potencial poluidor e risco, cuja lógica distributiva faz com que a população vizinha arque com as consequências, ao mesmo tempo em que recebe poucos benefícios do modelo de desenvolvimento (*Idem*). Nesses casos, aos mais pobres “cabem mais riscos nesse modelo, não voluntariamente, mas pelas condições de sua própria subsistência” (Douglas; Wildavsky, 1983 apud Raulino, 2011, p. 45).

Além disso, a convivência cotidiana com a poluição industrial, os ruídos, os odores e os riscos de explosões, cria um ambiente de constante vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade é ainda mais grave em países periféricos, onde pobreza estrutural, urbanização acelerada e precariedade das moradias ampliam os efeitos de acidentes industriais ou catástrofes naturais. É nesse sentido que o distrito de Campos Elíseos é citado explicitamente como território de alta vulnerabilidade (Raulino, 2011, p. 47).

Por fim, deve-se lembrar que, além da poluição e dos riscos, a população enfrenta ainda desigualdade no acesso a recursos básicos, como a água. Raulino (2009, p. 110) destaca que a REDUC dispõe de abundante abastecimento, ainda que de água bruta, enquanto comunidades vizinhas convivem com a escassez, o que reforça a lógica de injustiça ambiental e o descumprimento das prioridades de uso estabelecidas na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97).

Duque de Caxias, especialmente o bairro São Bento, não está preparado para enfrentar os eventos extremos que vêm sendo intensificados pelas mudanças climáticas. As enchentes recentes atestam esse quadro de vulnerabilidade, revelando que o problema não se limita apenas à drenagem deficiente, mas está profundamente relacionado à forma de urbanização consolidada na região. A chamada vocação logística da Baixada Fluminense vem agravando ainda mais os impactos socioambientais, seja pelo aumento da impermeabilização do solo, pela formação de ilhas de calor ou pela pressão crescente sobre áreas frágeis.

Os eventos extremos, como secas prolongadas, chuvas torrenciais e ondas de calor, se tornaram mais frequentes e intensos no século XXI. Não podem ser vistos como anomalias ocasionais, pois fazem parte de um cenário em que o aumento da temperatura média do planeta desregula ciclos naturais e aprofunda desigualdades. Assim, a crise climática tem multiplicado tanto a frequência quanto a severidade desses fenômenos, atingindo de maneira desproporcional populações em situação de vulnerabilidade. Sobretudo aquelas que vivem em áreas de risco, encostas, periferias ou próximas a rios, que são as mais expostas, tendo sua sobrevivência comprometida pela ausência de infraestrutura adequada e de políticas públicas eficazes.

Esse processo precisa ser compreendido dentro da atuação de grandes corporações ligadas ao setor de combustíveis fósseis. Em um estudo recente, Quilcaille et al (2025), mostraram que grandes corporações responsáveis por emissões de gases de efeito estufa, as chamadas *carbon majors*, desempenharam papel decisivo no agravamento da crise climática. Segundo os autores as emissões associadas a apenas 180 dessas empresas explicam a intensificação de pelo menos 213 ondas de calor extremo entre 2000 e 2023, muitas das quais seriam “virtualmente impossíveis” sem a ação dessas entidades. Entre elas encontra-se a Petrobras, cujas emissões contribuíram para que 22% dos eventos de calor extremo tivessem sua probabilidade aumentada em mais de dez mil vezes.

Em relação ao caso específico do São Bento, alguns dados locais ajudam a compreender o cenário. O mapa de temperatura média de 2019 no município de Duque de Caxias [Figura 53] revela que a região da APA São Bento mantém temperaturas amenas, inferiores a 30 °C, graças à presença de cobertura vegetal. Já nas áreas urbanizadas adjacentes, impermeabilizadas e densamente ocupadas, as temperaturas ultrapassam os 34 °C, chegando a picos superiores a 44 °C. Esse contraste evidencia não apenas os efeitos diretos dos padrões de uso do solo sobre o microclima, mas também a importância estratégica das áreas de preservação para a mitigação dos impactos da crise climática.

O mapa de suscetibilidade territorial do município de Duque de Caxias elaborado por Oscar Junior (2014, p. 53) [Figura 54] aponta extensas áreas vulneráveis a ocorrência de enchentes e inundações, especialmente ao aproximar para o bairro São Bento. Esses riscos ligados a eventos pluviais são agravados diante da influência das águas da Baía de Guanabara, especialmente dentro do contexto de aumento do nível do mar. No mapa de previsão do aumento do nível do mar [Figura 55] (considerando a terra abaixo de 1 metro de água) é possível observar a extrema vulnerabilidade da região, intensificada pela dinâmica das marés, tendo em vista que as projeções indicam que essa elevação pode se concretizar já nas próximas décadas, possivelmente até 2050³⁹.

39 Os cenários do Climate Central consideram que um nível de água de 1,0 metro acima da linha da maré alta pode ser alcançado por meio de

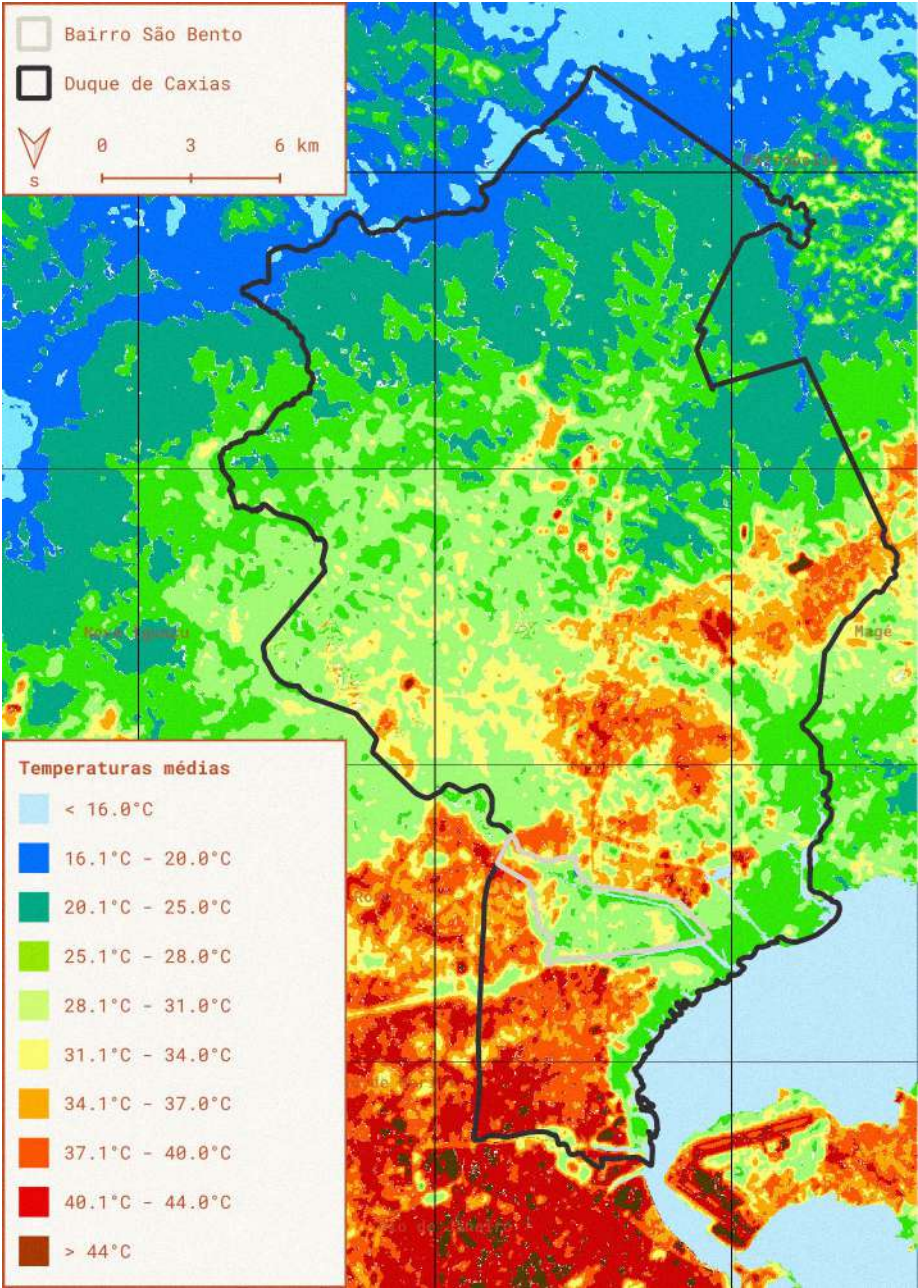
Na perspectiva das ciências sociais críticas, “não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados” (Acsehrad, 2004b, p. 8). Essa compreensão recusa a visão reducionista que trata a natureza apenas como recurso, reconhecendo-a como campo histórico e cultural em permanente disputa. Na prática, isso significa admitir que as inundações, a poluição atmosférica, a impermeabilização do solo e a pressão sobre áreas de preservação não são efeitos meramente naturais, mas sim resultados de projetos de apropriação do território, nos quais se cruzam interesses econômicos, sociais e políticos. Como destaca Acsehrad (2004b, p. 9),

todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja através das águas, do solo ou da atmosfera.

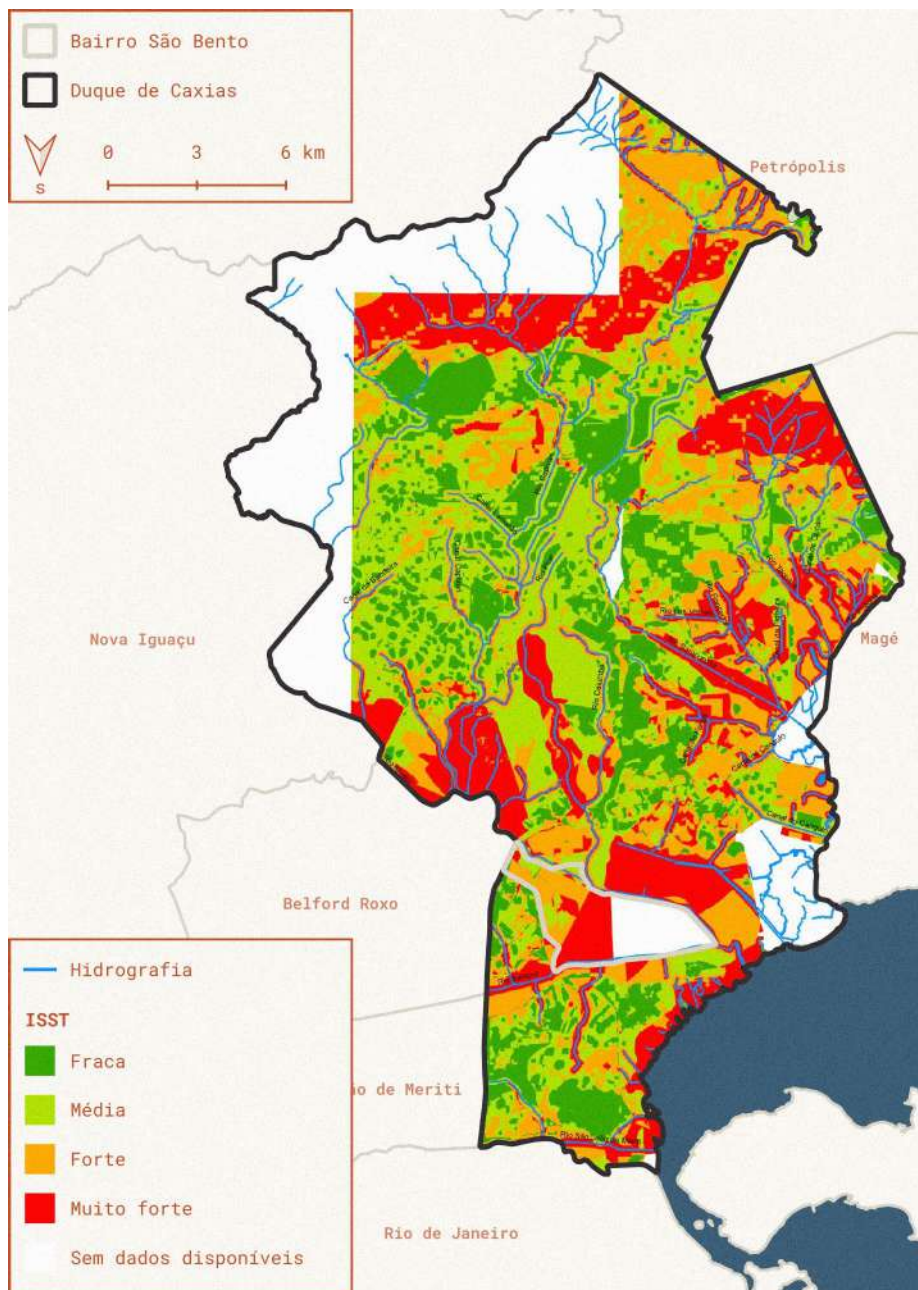
Essa perspectiva reforça a discussão apresentada no item 3.1, que o espaço resulta da mediação contínua entre sociedade e natureza, um metabolismo no qual o trabalho humano se articula às forças naturais, como o trabalho fluvial do rio Iguaçu, moldando formas e conteúdos diversos no território. Trata-se, portanto, de uma rede de processos socioecológicos que torna impossível retirar a natureza do campo de disputas sociais (Acsehrad, 2004b, p. 9).

O caso da ocupação na margem do rio Iguaçu no bairro São Bento esmiúça esse debate. E, como aponta Souza (2023, p. 48), olhar para esse processo é também um exercício de identificar os resultados da ação de diferentes agentes, do Estado, de ordens religiosas e de interesses privados no território. Mas, sobretudo, trata-se de provocar o aprofundamento da análise sobre o projeto de expansão urbano-industrial na Baixada Fluminense e de refletir sobre outras possibilidades de urbanidade. Retomando Milton Santos (1996, p. 113) é importante trazer à tona as rugosidades, ou as formas herdadas, e suas permanências no presente, visto que “o trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer” (*Idem*). Assim, abre-se a perspectiva de pensar futuros que considerem efetivamente os sujeitos que hoje vivem nesse espaço, em vez de submetê-los à lógica contínua do sacrifício.

combinações de elevação do nível do mar, marés e tempestades. A fonte utilizada para as projeções de aumento do nível do mar é o Leading Consensus (IPCC 2021).

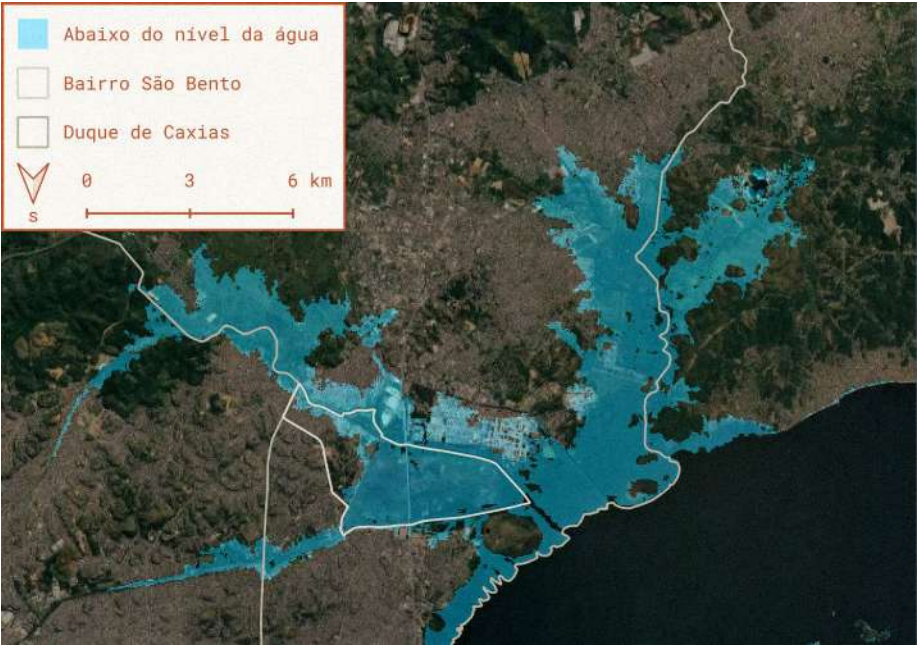


[Figura 53]
 Mapa de temperaturas médias de Duque de Caxias em 2019.
 Fonte: adaptado de Climatologia RJ.



[Figura 54]

Mapa da Suscetibilidade do Sistema Territorial (ISST) de Duque de Caxias aos impactos pluviais. Fonte: adaptado de Oscar Júnior (2014, p. 53).



[Figura 55]
Mapa de previsão do aumento do nível da água, considerando marés. Fonte: adaptado de Climate Central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o fenômeno da metropolização e a ocupação das margens dos rios, a partir do caso da margem do rio Iguaçu no bairro São Bento, em Duque de Caxias, permitiu compreender o entrecruzamento entre o fenômeno da metropolização e as questões ambientais, fornecendo insumos para refletir sobre as dinâmicas urbanas contemporâneas e as desigualdades territoriais que as sustentam. Ao analisar a formação histórica, política e territorial da Baixada Fluminense, buscou-se revelar como a expansão da metrópole do Rio de Janeiro se traduziu em processos de exclusão social e vulnerabilidade ambiental. Dessa maneira, a pesquisa contribui não apenas para a compreensão de um caso específico, mas também para reflexões em outros contextos de metropolização brasileira e latino-americana.

A partir do curso histórico-teórico mostrou-se que as bases da urbanização contemporânea foram lançadas ainda no período colonial, quando se instituíram estruturas fundiárias e de poder concentradas. A herança colonial e imperial permaneceu como forma persistente de organização do território, condicionando modos de apropriação e controle do espaço que se reatualizam na modernidade. Nesse sentido, a industrialização reorganizou a divisão territorial do trabalho, consolidando novas centralidades e ampliando a dependência das periferias urbanas (Santos, 1996; Silva, 2014). Como discutido, compreender a metropolização exige ir além da expansão física das cidades, trata-se de reconhecer a metrópole como tradução socioespacial da globalização e da financeirização, onde se condensam as

contradições da modernização brasileira, marcada por integração econômica e fragmentação social.

A Baixada Fluminense, e especialmente Duque de Caxias, materializam essas contradições. A urbanização da região foi impulsionada por políticas de industrialização e por infraestruturas de transporte que a conectaram ao núcleo metropolitano, mas que também a destinaram às funções complementares e subordinadas da economia urbana. A concentração industrial, os loteamentos precários e a carência histórica de serviços básicos consolidaram um território profundamente desigual, cuja paisagem combina os sinais da modernização com marcas persistentes de exclusão. As políticas públicas, quando presentes, muitas vezes reforçaram esse padrão, seja pela legitimação de parcelamentos irregulares, seja pela ausência de planejamento habitacional consistente. Essa leitura histórica ampliada permitiu compreender que as margens urbanas, tanto geográficas quanto sociais, são parte constitutiva do fenômeno da metropolização.

A discussão ambiental, por sua vez, trouxe à tona as dimensões mais recentes e urgentes desse modelo. O diálogo com o conceito de justiça ambiental (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009) mostrou que a desigualdade social no Brasil se reflete também na distribuição dos riscos e danos ambientais. No caso de Duque de Caxias, a destinação histórica de atividades poluentes e perigosas, como o polo petroquímico da REDUC, o Aterro do Jardim Gramacho e a contaminação da Cidade dos Meninos, ilustra a formação de zonas de sacrifício, onde o custo ambiental do desenvolvimento recai sobre as populações de menor renda, cujos interesses contam com pouca representação nas decisões políticas e na gestão municipal. A permissividade e, às vezes, promoção do Estado, expressa na flexibilização de normas de uso do solo e ambientais, reforça esse cenário como parte estrutural do modelo urbano-industrial.

O estudo da margem do rio Iguaçu, no bairro São Bento, aprofundou essa reflexão ao mostrar como o processo de ocupação do território articula temporalidades diversas e múltiplos agentes. A partir da análise histórica e cartográfica, foi possível identificar as continuidades entre o período colonial, o projeto do Núcleo Colonial São Bento e as ocupações populares mais recentes. Como apontam Martiniano e Souza (2024, p. 10), trata-se de um território onde coexistem múltiplas camadas temporais, desde tempos muito pretéritos com sinais da presença dos Sambaquianos e povos originários, passando por traços da colonização beneditina do período colonial e escravagista, o projeto varguista de colonização agrícola e o tempo presente, com as ocupações urbanas. Essa sobreposição de tempos expressa a permanência de uma lógica de apropriação que transforma o espaço em mercadoria e as margens em fronteiras de exploração.

Dessa forma, contar a história da ocupação urbana a partir do rio permitiu enxergar o papel dos elementos naturais como agentes da produção territorial. Inspirado em abordagens do campo da história ambiental, o

recorte temporal ampliado também foi essencial para compreender o modo como o trabalho humano e o trabalho dos rios (Marx, 2010 [1844]; Capilé; Sedrez, 2024) moldaram conjuntamente a paisagem, articulando técnica, natureza e sociedade na produção do espaço. A substituição progressiva do trabalho fluvial pelo trabalho humano mediado pela técnica expressa, como discutiu Milton Santos (1996), a tecnicização da paisagem e a crescente artificialização da natureza. Assim, o rio Iguaçu não é apenas um limite físico ou um elemento de risco, mas um protagonista na história urbana do território, um agente de transformações.

A história recente das ocupações no São Bento, sobretudo a partir dos anos 1990, revelou novos desdobramentos da metropolização. A ausência deliberada do Estado na provisão de moradia e infraestrutura abriu espaço para a atuação de agentes como a milícia, que passaram a gerir a informalidade fundiária e o mercado imobiliário ilegal (Canettieri, 2024). Como observa Oliveira (2003; 2006), a autoconstrução é também um mecanismo de exploração, ao transferir para os trabalhadores o custo da reprodução da moradia e da força de trabalho. Assim, a urbanização periférica (Caldeira, 2024) aparece não como uma adversidade no sistema, mas como parte constitutiva de sua lógica de acumulação.

Os resultados dessa forma de urbanização são hoje visíveis na intensificação das vulnerabilidades socioambientais, como áreas de risco sujeitas a inundações, destruição de ecossistemas, poluição, impermeabilização do solo e pressão crescente sobre as margens fluviais. Diante das mudanças climáticas e do aumento da frequência e intensidade das chuvas, essas vulnerabilidades se agravam, expondo a fragilidade das políticas públicas e a lógica predatória da ocupação do território. A vocação logística atribuída a Duque de Caxias reforça essas pressões, convertendo antigas áreas de cinturão verde em zonas de uso industrial e de circulação intensiva.

A utilização de fontes históricas, dados cartográficos, análise espacial multiescalar, e também o acesso a acervos locais (MVSb e Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias), foi fundamental para sustentar as análises e evidenciar as transformações do território ao longo do tempo. A confecção dos mapas auxiliou na visualização das dinâmicas de ocupação e das pressões sobre as áreas de preservação, mostrando a articulação entre infraestrutura urbana, expansão imobiliária, degradação ambiental e planejamento urbano.

Ao articular diferentes tempos e escalas, a pesquisa reafirma o território como uma construção histórica e socialmente disputada. As rugosidades (Santos, 1996) permanecem ativas no presente, condicionando tanto a construção do espaço quanto as possibilidades de sua transformação. Reconhecer essas permanências é fundamental para compreender o modo como a metropolização se reproduz e, sobretudo, para imaginar alternativas à sua lógica de exclusão. Além do mais, essa multiplicidade de formas, funções e modos de vida em um mesmo território expressa a complexidade

crescente da urbanização contemporânea, e a necessidade de estudo de situações urbanas específicas.

Por fim, o trabalho contribuiu para compreender a metrópole a partir de suas margens, onde se tornam ainda mais evidentes as continuidades históricas, os conflitos ambientais e as desigualdades estruturais que sustentam a urbanização brasileira. O estudo abre caminhos para futuras investigações sobre a relação entre planejamento urbano e degradação ambiental, destacando a centralidade da questão ambiental na dinâmica recente do município e o papel da gestão municipal na reconfiguração das áreas de proteção e na expansão do modelo urbano-industrial. Dessa maneira, pensar as margens é também aprofundar a análise desse projeto urbano-industrial e projetar o futuro da metrópole, um futuro que exige transformar as relações entre sociedade, natureza e território.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. *In*: ABREU, Mauricio de Almeida (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. p. 54-103.
- ABREU, Mauricio de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ªed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, 2013.
- ABREU, Mauricio de A. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda. & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. vol. 1 e 2
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a. p. 13-38.
- ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais - a atualidade do objeto. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. p. 8-12.
- ACSELRAD, Henri. De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” - um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004c. p. 7-18.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALBERNAZ, Maria Paula; CONTARATO, Carolina Maia; DIÓGENES, Marina Guerra. Impactos da industrialização e desindustrialização no Rio de Janeiro: uma investigação nos subúrbios ferroviários da Zona Norte da cidade. **Coleção Estudos Cariocas**, [s. l.], vol. 13, nº 2, p. 151-151, 2025.

ALMEIDA, Eliza Pinto de. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional**. 2000. dissertação - Universidade de São Paulo, [s. l.], 2000.

ALVES, Gabriel Souza. **A reestruturação espacial e a produção de condomínios industriais em Duque de Caxias**. 2021. Dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2021.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões Ao Extermínio Uma História Da Violência Na Baixada Fluminense**. 2ªed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2020.

AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: um balanço histórico. In: ABREU, Mauricio de Almeida (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. p. 201-258.

BELOCH, Israel. **Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BEZERRA, Nielson Rosa; BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno; RIBEIRO, Paula. Movimentos populares e museologia social: a experiência do Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias, RJ. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [s. l.], vol. 17, nº 50, p. 327-342, 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000.

BRITTO, Ana Lucia; FLEURY, Jorge Nassar. Infraestrutura verde em Duque de Caxias e os impasses na preservação do Campo do Bomba. In: ENANPUR, 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém: [s. d.], 2023.

BRITTO, Ana Lucia; QUINTSLR, Suyá; PEREIRA, Margareth Da Silva. Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], vol. 39, nº 81, p. 47-70, 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Urbanização periférica: autoconstrução, lógicas transversais e política em cidades do sul global. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], vol. 26, nº 1, 2024.

CALVÃO, Cristina da Rocha. **UM PERCURSO ACESSÍVEL: Revitalização do Museu Vivo do São Bento, Duque de Caxias - RJ**. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, 2021.

CANEDO, Paulo. **Relatório para o Governo Federal sobre as inundações da**

Baixada Fluminense em janeiro de 2024. [S. l.]: [s. d.], 2024.

CANETTI, Thiago. Ocupações periféricas, conflitos fundiários, violência e criminalidade nas periferias metropolitanas de Belo Horizonte (MG, Brasil). In: LATIN AMERICA STUDIES ASSOCIATION (LASA), 2024, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá: [s. d.], 2024.

CANIL, Katia et al. VULNERABILIDADES, RISCOS E JUSTIÇA AMBIENTAL EM ESCALA MACRO METROPOLITANA. **Mercator (Fortaleza)**, [s. l.], vol. 20, p. e20003, 2021.

CAPILÉ, Bruno; SEDREZ, Lise Fernanda. Water labour: urban metabolism, energy and rivers in nineteenth-century Rio de Janeiro, Brazil. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; VITAL, André Vasques; GASCÓN, Margarita (orgs.). **More-Than-Human Histories of Latin America and the Caribbean: Decentring the Human in Environmental History**. London: University of London Press, 2024. p. 119-143.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2023.

CAVALCANTI, Mariana; ARAÚJO, Marcella. Autoconstrução e produção da cidade: outra genealogia dos estudos de infraestruturas urbanas. **Estudos Avançados**, [s. l.], vol. 37, p. 7-24, 2023.

CONTARATO, Carolina Maia. **Utopias urbanas para Duque de Caxias: experimentações gráficas como forma de pensar espaços periféricos**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CONTARATO, Carolina Maia. Patrimônio cultural e natural em risco: impactos do zoneamento urbano no bairro São Bento, Duque de Caxias (RJ). In: ANAIS DO ARQUIMEMÓRIA 6: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 2024. **Anais [...]**. [S. l.]: [s. d.], 2024. p. 1. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/arquimemoria6/928090-patrimonio-cultural-e-natural-em-risco--impactos-do-zoneamento-urbano-no-bairro-sao-bento-duque-de-caxias-\(rj\)](https://www.even3.com.br/anais/arquimemoria6/928090-patrimonio-cultural-e-natural-em-risco--impactos-do-zoneamento-urbano-no-bairro-sao-bento-duque-de-caxias-(rj)). Acesso em: 30 jul. 2025.

COPPE, Laboratório de Hidrologia (LABHID) – COPPE/UFRJ. **Plano Diretor de Recursos Hídricos, Controle de Inundações e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Iguaçu/Sarapuí – Plano de Trabalho**. Rio de Janeiro: [s. d.], 2008.

COPPE. **Plano Diretor de Recursos Hídricos, controle de inundações e recuperação ambiental da bacia dos rios Iguaçu/Sarapuí**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

COPPE, Laboratório de Hidrologia (LABHID) – COPPE/UFRJ. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu-Sarapuí: Ênfase no Controle de Inundações**. Rio de Janeiro: Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), 1996. Relatório Final.

COPPE, Laboratório de Hidrologia (LABHID) – COPPE/UFRJ. **Vulnerabilidade a Eventos Críticos: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação COPPETEC, 2014.

COSTA, Pierre Alves. **A cidade do petróleo: uma geo-história do refino do petróleo no Brasil**. Guarapuava: Unicentro, 2012.

COUTINHO M. DA SILVA, Raquel. Políticas para a preservação do patrimônio cultural em face do desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro. In: PATRIMÔNIO, AMBIENTE E SOCIEDADE: NOVOS DESAFIOS ESPACIAIS. Rio de Janeiro: PROURB, 2012. (, Coleção Direito e Urbanismo). p. 117-133.

DOTA, Ednelson Mariano; FERREIRA, Francismar Cunha. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], vol. 22, p. 893-912, 2020.

DUQUE DE CAXIAS. Prefeito municipal de Duque de Caxias. **Decreto N°3020 de 5 de Junho de 1997**. Cria a Área de Proteção Ambiental do São Bento. 1997.

DUQUE DE CAXIAS. **Deliberação nº 1765, de 28 de Dezembro de 1972**. Institui o Plano Diretor Urbanístico de Duque de Caxias. 1972.

DUQUE DE CAXIAS. **Lei Complementar nº01, de 31 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor Urbanístico do Município de Duque de Caxias-RJ e estabelece diretrizes e normas para o ordenamento físico-territorial e urbano. 2006.

DUQUE DE CAXIAS. **Lei nº 2224. de 3 de novembro de 2008**. Institui a criação do museu de percurso no município de Duque de Caxias com a denominação de Museu Vivo do São Bento e efetiva o tombamento dos Lugares de Memória e das edificações patrimoniais do percurso. 2008.

FADEL, Simone. **Meio ambiente, saneamento e engenharia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense**. 2006. Doutorado em História Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

G1 RIO. Alagamento fecha a BR-040, na altura de Caxias, e causa longo congestionamento. **G1**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2025. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/04/04/alagamento-rj-fim-de-tarde.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2025.

GAMBA, Carolina; COSTA RIBEIRO, Wagner. Conservação ambiental no Brasil: uma revisão crítica de sua institucionalização. [s. l.], 2017.

GÓES, Hildebrando de Araújo. **O Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.

GUEVARA-CUE, Gabriela. Climate justice: A view from the Latin American context. **Environmental Science & Policy**, [s. l.], vol. 171, p. 104156, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [s. l.], vol. 18, p. 287-320,

2010.

LASSANCE, Guilherme; ALBERNAZ, Maria Paula. Plan integrado de desarrollo urbano de la región Metropolitana de Río de Janeiro: un análisis crítico. In: RÍO, Magdalena Vicuña del; ELINBAUM, Pablo; VALENZUELA, Luis Miguel (orgs.). **Planes metropolitanos en Iberoamérica. Culturas e instrumentos**. Providencia, Santiago de Chile Valparaíso Barcelona: RIL editores, 2022. p. 123-147.

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [s. l.], nº 120, p. 133-148, 2011.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MARICATO, Erminia. A informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; RAICHELIS, Raquel (orgs.). **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública**. São Paulo: EDUC: Neplam, 2009. p. 269-295.

MARICATO, Erminia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [s. l.], vol. 17, p. 151-166, 2003.

MARQUES, Leônidas de Santana. A questão regional brasileira como determinante para a compreensão do fenômeno da metropolização no século XXI. **Geopauta**, [s. l.], vol. 8, p. e13904, 2024.

MARTINIANO, Leear; SOUZA, Marlúcia Santos de. **Almanaque MVSb [livro eletrônico]: o percurso do Museu Vivo do São Bento**. Duque de Caxias, RJ: Museu Vivo do São Bento, 2024.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 79-90.

MENEZES, Cassio Roberto Conceição. O Fenômeno da metropolização Brasileiro: evolução e institucionalização das RM's. **Scientia Plena**, [s. l.], vol. 7, nº 2, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], p. 67-85, 2006.

OSCAR JÚNIOR, Antonio Carlos da Silva. **Ordenamento territorial e riscos ambientais de natureza atmosférica no município de Duque de Caxias (RJ)**. 2014. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do IPHAN. **Revista CPC**, [s. l.], vol. 13, nº 25, p. 34-59, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. [S. l.]: [s. d.], 2013.

QUILCAILLE, Yann et al. Systematic attribution of heatwaves to the emissions of carbon majors. **Nature**, [s. l.], vol. 645, nº 8080, p.

392-398, 2025.

QUINTSLR, Suyá. **A (re)produção da desigualdade ambiental na metrópole: conflito pela água, 'crise hídrica' e macrossistema de abastecimento no Rio de Janeiro**. 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional., Rio de Janeiro, 2018.

QUINTSLR, Suyá. Crise hídrica e debate público sobre saneamento. **Anais ENANPUR**, [s. l.], vol. 17, nº 1, 2017.

RAULINO, Sebastião Fernandes. 50 Anos de Reduc: Momento para Reflexão sobre Desigualdades e Injustiças Ambientais relacionadas às Indústrias do Petróleo, Petroquímica e Química. **Revista Pilares da História**, [s. l.], vol. ano 10, nº número 12, p. 39-52, 2011.

RAULINO, Sebastião Fernandes. **Construções Sociais da Vizinhaça: Temor e Consentimento nas Representações dos Efeitos de Proximidade entre Grandes Empreendimentos Industriais e Populações Residentes**. 2009. Doutorado - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Miguel Angelo; SILVEIRA, Leandro de Almeida. Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena. In: MARAFON, Glaucio José (org.). **Revisitando o território fluminense**, VI. [S. l.]: EDUERJ, 2017.

RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Tomo I**. Rio de Janeiro, 2018.

SAINT-HILAIRE, Auguste (1779-1853). **Viagem pelos Distritos de Diamantina e pelo Litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma epistemologia existencial. **Questões territoriais na América Latina**, [s. l.], 2006.

SANTOS, Eric; MACIEL, Mariana; FERRARI, Laís. O impacto das estradas de ferro e das comissões de saneamento na Baixada Fluminense: desenvolvimento econômico e degradação ambiental. In: VI ENANPARQ, 2020, Brasília. **Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: [s. d.], 2020.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos**, [s. l.], vol. 10, nº 3, p. 55-78, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. **Obras do Central Park, em Duque de Caxias, estão na Fase de Terraplanagem**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://duquedecaxias.rj.gov.br/noticia/obras-do-central-park,-em-duque-de-caxias,-estao-na-fase-de-terraplanagem/5747>. Acesso em: 8 set. 2025.

SEGADAS SOARES, Maria Therezinha de. Nova Iguaçu - Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, [s. l.], vol. 2, nº 24, 1962.

SENN, Kelson Vieira; BIENENSTEIN, Glauco. A "máquina de produzir periferia" e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, PDUI/RMRJ (2018). **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, [s. l.], nº 26, 2023.

SILVA, Elizabeth Pessanha. **A nova relação centro-periferia: reflexões a partir do município de Duque de Caxias (RJ)**. 2014. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional., Rio de Janeiro, 2014.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2011.

SIMÕES, Mariana. Milícias avançam sobre reserva ambiental no Rio de Janeiro. In: AGÊNCIA PÚBLICA. 3 jul. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/milicias-avancam-sobre-reserva-ambiental-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SIMÕES, Manoel Ricardo. Duque de Caxias no contexto regional metropolitano e da Baixada Fluminense. In: TENREIRO, André. **Duque de Caxias: a geografia de um espaço desigual**. Nova Iguaçu: Entorno, 2015. p. 35-63.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade. História Política da Cidade de Duque de Caxias**. 2002. - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SOUZA, Marlúcia Santos de. História do território da Fazenda do Iguaçu. **Dossiê Baixada Fluminense. Revista do IHGRJ**, [s. l.], vol. ano 03, nº n. 30, p. 33-50, 2023.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**, [s. l.], vol. 4, nº 6, p. 17-25, 2006.